

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**DERRUBANDO CERCA, PLANTANDO LIBERDADE:
Ocupar o latifúndio, produzir felicidade!? Classe e
consciência de classe: limites e desafios impostos
aos assentados do Novo Horizonte II**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Sabrina Zientarski de Bragança

Santa Maria, RS, Brasil.

2012

**DERRUBANDO CERCA, PLANTANDO LIBERDADE:
Ocupar o latifúndio, produzir felicidade!? Classe e
consciência de classe: limites e desafios impostos aos
assentados do Novo Horizonte II**

Sabrina Zientarski de Bragança

Dissertação Apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Práticas Escolares, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr^a Sueli Menezes Pereira

Santa Maria, RS, Brasil.

2012

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bragança, Sabrina Zientarski de
Derrubando cerca, plantando liberdade: ocupar o latifúndio, produzir felicidade!? Classe e consciência de classe: limites e desafios impostos aos assentados do Novo Horizonte II / Sabrina Zientarski de Bragança.-2012.
147 p.; 30cm

Orientadora: Sueli Menezes Pereira
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RS, 2012

1. Assentamento. 2. Reforma Agrária. 3. Educação. I. Pereira, Sueli Menezes II. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado.**

**DERRUBANDO CERCA, PLANTANDO LIBERDADE:
Ocupar o latifúndio, produzir felicidade!? Classe e consciência de
classe limites e desafios impostos aos assentados do Novo
Horizonte II**

elaborada por
Sabrina Zientarski de Bragança

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Educação

Comissão Examinadora:

Sueli Menezes Pereira, Dr^a.
(Presidente/ Orientadora)

Diorge Alceno Konrad, Dr. (UFSM)

Clóvis Renan Jacques Guterres, Dr. (UFSM)

Ane Karine Meurer, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 03 de Agosto de 2012.

AGRADECIMENTOS

Um desafio, sim, quase inimaginável, de vencer, para alguém que pensava que ainda não era o momento, ou então que, teoricamente não se sentia madura para algo que prometia ser tão profundo e avassalador. E foi exatamente assim, o encarar desta Dissertação de Mestrado: foi extremamente enriquecedor para mim e minha opção de vida e trabalho; que só foi concluída com o esforço coletivo de muitas pessoas que estiveram comigo: familiares, amigos, professores, companheiros.

À professora Sueli Menezes Pereira, que acreditou na minha capacidade, e que exalou admirável paciência com minhas dificuldades e limitações: lembrar-me-ei sempre da confiança que teve em meu processo de busca ao conhecimento.

Aos colegas e amigos, Cícero e Luiza, pela companhia nas discussões, ações e sonhos de uma educação como prática de liberdade, e por auxiliarem em meu processo de autoconhecimento.

À Clarice Zientarski, que desde que eu era pequena, sempre me acompanhou, ensinando-me a dignidade e o amor ao próximo e ao distante, e principalmente, a beleza de ser feliz no trabalho: mãe, sem você, essa escrita e minha luta jamais seriam possíveis.

À Joana, que tornou a minha vida colorida, cheia de luz e esperança: temo pelos dias de amanhã, filha, mas estarei ao teu lado para aprender contigo a ser alguém melhor.

Ao Marcelo e família, por compartilharem comigo a beleza de uma vida gerada, e pelo zelo e carinho com Joana, em todas as vezes que ficaram com ela, enquanto tive de me ausentar em prol do feitiço desta pesquisa.

Ao professor Diorge Alceno Konrad, que, desde o período que cursei a Licenciatura em História, sempre se mostrou camarada, coerente e incansável no comprometimento com a educação e evolução de seus alunos.

Aos demais membros da banca que aceitaram avaliar o presente estudo, mesmo com prazos curtos.

E a todos(as) trabalhadores(as) Sem Terra e demais camponeses, com os quais vivi e fiz a luta pela Reforma Agrária, em especial, aos assentados da região de São Gabriel, meu carinho e admiração por todos é imensurável. Vencer este desafio é mérito coletivo.

Para os que virão

Como sei pouco, e sou pouco,
faço o pouco que me cabe
me dando inteiro.
Sabendo que não vou ver
o homem que quero ser.

Já sofri o suficiente
para não enganar a ninguém:
principalmente aos que sofrem
na própria vida, a garra
da opressão, e nem sabem.

Não tenho o sol escondido
no meu bolso de palavras.
Sou simplesmente um homem
para quem já a primeira
e desolada pessoa
do singular - foi deixando,
devagar, sofredamente
de ser, para transformar-se
- muito mais sofredamente -
na primeira e profunda pessoa
do plural.

Não importa que doa: é tempo
de avançar de mão dada
com quem vai no mesmo rumo,
mesmo que longe ainda esteja
de aprender a conjugar
o verbo amar.

É tempo, sobretudo,
de deixar de ser apenas
a solitária vanguarda
de nós mesmos.
Se trata de ir ao encontro.
(Dura no peito, arde a límpida
verdade dos nossos erros.)
Se trata de abrir o rumo.

Os que virão, serão povo,
e saber serão, lutando.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós- Graduação em Educação
Universidade Federal de Santa Maria

DERRUBANDO CERCA, PLANTANDO LIBERDADE: Ocupar o latifúndio, produzir felicidade!? Classe e consciência de classe: limites e desafios impostos aos assentados do Novo Horizonte II

Autora: Sabrina Zientarski de Bragança
Orientadora: Sueli Menezes Pereira
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 03 de Agosto de 2012.

O presente estudo trata sobre as limitações e desafios impostos aos assentados da reforma agrária, recentemente instalados no Município de Santa Margarida do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. Tem como objetivo principal discutir até que ponto a compreensão do conceito de classe social e de consciência de classe consegue se manter ou representar uma resistência, quando os camponeses são colocados diante de situações diferentes das encontradas durante o período em que estiveram acampados. As circunstâncias com que os assentados se defrontam, resultantes da sociedade capitalista na qual estão inseridos, são inúmeras e envolvem desde o apelo intenso e desenfreado ao consumo, assim como o modo de produzir as mercadorias, em um embate entre os que defendem o modo capitalista de produção e os que defendem uma nova forma de produção que não dependa das políticas do capital. Tal aspecto geram conflitos internos entre os assentados, assim como tensões com o poder público municipal e a população local, especialmente os produtores agrícolas. Uma das ferramentas para a formação da consciência de classe e da identidade de interesses e pertença camponesa é a educação e, nesta ótica, os cidadãos analisados, sujeitos participantes ativos no movimento social, contavam com o apoio da escola itinerante por eles conquistada e, nela, de seus educadores e educandos que se mostravam como um elo propulsor de ideias, de formação da consciência política. A pesquisa possui cunho qualitativo com abordagem dialética, apresentando princípios de pesquisa participante, pela compreensão de que deve ser feita a relação entre objetividade e subjetividade, ou seja, os fatos e dados existentes. A realidade concreta deve contar com a percepção que a população envolvida tem dessa realidade de modo que os fatos e posicionamentos devem fazer parte das constatações e aspirações. Conclui-se que a educação exerce papel fundamental tanto na formação e (re)construção da consciência de classe quanto na estratificação da classe camponesa, à medida em que os jovens, as crianças e os adolescentes que a frequentam, reproduzem, internalizam e incorporam os valores trabalhados.

Palavras-chave: Assentamento. Reforma Agrária. Educação.

ABSTRACT

DROPPING FENCE, FREEDOM PLANTING: Occupy the latifundia: produce happiness!? Class and class consciousness: the limits and the challenges of the Novo Horizonte II seated

This paper deals with the limitations and challenges facing land reform settlers, recently installed in the City of St. Margaret South, in the State of Rio Grande do Sul. Its main objective is to discuss how far the understanding of the concept of social class and of class consciousness is able to maintain, or represent a resistance, when the peasants are placed in situations different from those found during the period they were camped. The circumstances in which the settlers faced as a result of capitalist society in which they belong, are numerous and involve appeals from the intense and unbridled consumption, as well as how to produce goods in a clash between those who defend the capitalist mode production and those who advocate a new form of production that does not depend on the policies of the capital. This creates internal conflicts between the settlers, as well as tensions with the municipal authorities and local people, especially farmers. This creates internal conflicts between the settlers, as well as tensions with the municipal authorities and local people, especially farmers. One of the tools for the formation of class consciousness and identity of interests and membership education and peasant is from this perspective, these citizens, subjects are active participants in social movement had the support of itinerant school they conquered, and it, their educators and students who showed as a link propellant ideas, political awareness. This is a qualitative study of dialectical approach also presents principles of participatory research, the understanding that should be the relationship between objectivity and subjectivity, that is, the facts and data. The reality must have the perception that the population involved is this reality so that the facts and positions should be part of the findings and aspirations. Concludes that education plays a fundamental role both in training, (re) building of class consciousness and stratification of the peasantry, as the youth, children and ad.

Keywords: Settlement. Agrarian Reform. Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COPTec	-	Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos
CPAs	-	Cooperativas de Produção Agropecuária
EJA	-	Educação de Jovens e Adultos
FARSUL	-	Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
FHC	-	Fernando Henrique Cardoso
INCRA	-	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MASTER		Movimento de Agricultores Sem Terra
MDA	-	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MP	-	Medida Provisória
MPA	-	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	-	Movimento dos Agricultores Sem Terra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CLASSE SOCIAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: UMA BUSCA TEÓRICA DE INTERPRETAÇÃO DO CASO CAMPONÊS	33
1.1 O homem, o trabalho e a propriedade privada: a constituição das classes sociais	35
1.2 A propriedade privada: componente e constituinte da luta de classes ...	37
1.3 A classe social e a consciência de classe	41
1.4 A consciência de classe e a especificidade do camponês	45
1.5 A identidade e os camponeses	56
2 A QUESTÃO FUNDIÁRIA BRASILEIRA E SEUS DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS	65
2.1 A expansão industrial agrícola e a espoliação camponesa	68
2.2 A questão agrária brasileira no contexto atual	74
2.3 O despertar organizativo da luta pela terra: a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	78
2.4 A agudização do agronegócio no Brasil: recortes da política agrária, de Fernando Collor de Mello ao Governo Lula	85
2.5 O contexto do Rio Grande do Sul	88
2.6 A (neo)liberalização do Rio Grande do Sul e a criminalização dos movimentos sociais	91
3 OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA: CONHECENDO A SITUAÇÃO DA REGIÃO DE SÃO GABRIEL, OS ASSENTADOS DO NOVO HORIZONTE II	99
3.1 Os assentamentos da Reforma Agrária e as novas facetas do território	102
3.2 São Gabriel Terra de Marechais, e Terra de Sem Terra?!	107
3.3 A resistência dos camponeses: a composição da classe e da consciência no Assentamento Novo Horizonte II	121
3.4 A fragmentação da classe, algumas contradições do Novo Horizonte II	126
3.5 A (re)construção, criação e estruturação da consciência de classe por meio da educação	128
CONCLUSÃO	133
REFERÊNCIAS	137

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, compreendida entre 2006 a 2011, trata das limitações e desafios impostos aos assentados da reforma agrária (recentemente instalados) no Município de Santa Margarida do Sul¹, Estado do Rio Grande do Sul (RS) – assentamento objeto de estudo. Tem-se como objetivo principal discutir até que ponto a compreensão do conceito de classe social e de consciência de classe consegue se manter ou representar uma resistência, quando os camponeses são colocados diante de situações diferentes das encontradas durante o período em que estiveram acampados. Para tanto, são consultadas as obras de estudiosos clássicos destas questões, tais como: Karl Marx, Giörgy Lukács, Edward P. Thompson, Vladimir Lênin, e de autores contemporâneos, a saber: István Meszáros, Carlos Lessa, Maria da Glória Gohn, Ilse Scherrer-Warren.

As situações com que os assentados se defrontam, resultantes da sociedade capitalista na qual estão inseridos, são inúmeras. Tais questões envolvem desde o apelo intenso e desenfreado ao consumo, assim como o modo de produzir as mercadorias, em um embate entre os que defendem o modo capitalista de produção e os que defendem uma nova forma de produção que não dependa das políticas do capital. Assim, tem-se a geração de conflitos internos entre os assentados, bem como tensões com o poder público municipal e a população local, em especial, os produtores agrícolas.

Ainda, no que diz respeito às preocupações, no assentamento, chama a atenção a formação de uma consciência individual de seus integrantes, desfigurando a consciência coletiva já conquistada e presente no movimento desde seus primórdios, quando da formação dos acampamentos na localidade da região metropolitana e norte do RS. Neste sentido, ao ingressar nos movimentos sociais do campo, os participantes, em sua maioria, lá chegam possuindo uma consciência formada nos moldes capitalistas sem a compreensão política da sua situação de

¹ Em Santa Margarida do Sul (localidade próxima ao Município de São Gabriel, na mesma Unidade da Federação (UF)) foram assentadas 100 (cem) famílias que receberam um total de 1625 (um mil e seiscentos e vinte e cinco) hectares de terra, no dia 18 de dezembro de 2008, na Fazenda Santa Rosa. Este assentamento faz parte do complexo de assentamentos da região de São Gabriel, composto por 11 (onze) assentamentos que compreendem, em sua totalidade, 674 (seiscentos e setenta e quatro) famílias.

exclusão. A partir de inúmeras formações, discussões, estudos, debates e análise da situação concreta de expropriação a que estão submetidos, a compreensão inicial vai sendo modificada com base no senso comum, formando-se uma consciência de classe trabalhadora dos participantes dos movimentos sociais camponeses.

O processo de tomada de consciência normalmente permite a compreensão das contradições capitalistas, e nestas, a luta de classes, além do entendimento que os sujeitos passam a ter sobre as condições a que são submetidos. Tal fato tem impulsionado os movimentos camponeses, nos quais têm participado, entre outros, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)² e suas ações, no sentido de avançar na luta dos oprimidos em sua caminhada, bem como na identificação dos opressores representados na sociedade capitalista, neste caso, o latifúndio e o agronegócio.

A força do Estado capitalista, no entanto, tem promovido estratégias de modo que os assentamentos sofram influência direta de seu modelo de organização, relativizando a unidade do movimento camponês em cada caso e, principalmente, obstruindo a visão de classe já adquirida, a partir do momento em que passam a ser considerados “donos da terra”, entendidos em um prisma capitalista, em contraposição à consciência de classe coletiva já desenvolvida.

Tal afirmação revela a preocupação em entender como os assentados de Santa Margarida do Sul – focos do presente estudo – estão agindo frente a este desafio. Isto se justifica, tendo em vista que, à medida que se organizaram, lutaram, refletiram e se constituíram como classe, houve um propósito de estar e manter-se no movimento como sujeitos sociais coletivos.

Faz-se importante esclarecer que, durante o período de permanência nos acampamentos, os sujeitos partícipes do MST buscavam realizar um movimento social que revolucionaria povos inteiros e, por sua vez, em cada povo, classes inteiras, mediante uma ação durável, que resultasse em uma grande transformação histórica, na condição de “práxis revolucionária” (MARX; ENGELS, 2007, p. 28), o que vem sendo ameaçado pelo apelo intenso do capitalismo no assentamento em pauta, fragilizando a consciência social coletiva adquirida.

² Tanto o MST quanto o MPA constituem a população do assentamento em pauta.

Uma das ferramentas para a formação da consciência de classe e da identidade de interesses e pertença camponesa é a educação e, nesta ótica, estes cidadãos, sujeitos participantes ativos no movimento social, contavam com o apoio da escola itinerante por eles conquistada e, nesta, de seus educadores e educandos que se mostravam como um elo propulsor de ideias, de formação da consciência política. As ações e a proposta emancipatória ali desenvolvidas fortaleciam o movimento e permitiam que os sujeitos envolvidos lutassem para atingir seus ideais.

Neste contexto, a escola itinerante, bem como a escola dos assentamentos, de modo geral, exercia e exerce um papel fundamental no processo de transformação histórica de fortalecimento do movimento camponês, por seu caráter educativo em uma perspectiva popular, como formadora de classe trabalhadora e de uma identidade camponesa. A escola, portanto, se constitui em um veículo que mobiliza a comunidade por possuir espaços para desenvolver atitudes conscientizadoras e aglutinadoras na busca de outro mundo possível “para além do capital em si.” (MESZAROS, 2010, p.18).

Considera-se, neste caso, que, da escola, partiram e partem grandes decisões, discussões e questionamentos sobre a sociedade, tais como a luta pela terra, e o direito à educação, à livre manifestação e à igualdade social. Este cenário sinaliza a escola como instituição subversiva no entendimento do Estado e das forças que representa, ou que lhe dão sustentação como mediadora dos interesses sociais no contexto da sociedade capitalista.

Observou-se no RS, especialmente no período 2006-2010, o interesse do Governo do Estado em ‘desmantelar’ a educação popular do movimento, contando, para tanto, com todo seu aparato de coerção e persuasão imposta por uma parcela da sociedade civil. Além dos ataques coercitivos impostos à escola do MST (acabar com ela através do aparato do Estado – forças armadas, Tribunais, Ministério Público (MP), legislação e polícia), foram usados mecanismos persuasivos inerentes aos meios de comunicação de massa, às escolas “regulares”, aos grupos locais e outros componentes da sociedade civil com o propósito de obter o consenso, seja através da submissão – no caso da força – ou através da ‘opção livre’ das pessoas persuadidas.

Nas escolas dos assentamentos, o que deveria ser uma continuidade do que já vinha sendo realizado nas escolas dos acampamentos, as propostas pedagógicas desenvolvidas, supostamente, vislumbrariam a construção de identidades sociais, cujas origens nas raízes camponesas dos assentados se desdobrariam na possível elaboração de projetos políticos de emancipação das referidas populações subalternizadas. Tais experiências se tencionam, no entanto, com os aparatos institucionais do Estado, com a situação crítica vivida pelos assentados no tocante às alternativas de sustentabilidade econômica e social dos assentamentos, o que acarreta, entre outras limitações das condições de dignidade da existência humana, a própria inexistência da escola como direito social.

Diante o exposto, conforme o preconizado por Gramsci (1978), para quem o Estado é força e é consenso, apesar de estar a serviço de uma classe dominante, este não se mantém apenas pela força e coerção legal, mas se reproduz através de diversos meios e sistemas, inclusive, através de entidades que parecem estar fora da estrutura estatal.

O Estado, como instrumento de uma classe, se reproduz e mantém-se, construindo o consenso. Em outras palavras: “Estado - sociedade civil e sociedade política, isto é, hegemonia encorajada de coerção [...]”, ou: “Estado (no sentido integral: ditadura+hegemonia)³.”(GRAMSCI, 1978, p. 76). Por estas razões, é necessário tratar deste assunto para identificar os mecanismos do Estado com vistas ao atrelamento das instituições sociais – entre as quais, a escola – aos seus interesses.

No caso específico, o Estado agiu e age no assentamento de Santa Margarida do Sul por meio do uso da força e constrói o consenso, o que pode ser observado, por exemplo, com a pressão para acabar com o movimento e com a escola que funcionava, anteriormente, no acampamento em São Gabriel, município próximo; o Estado proibiu legalmente a organização da escola, ameaçando os educadores e, inclusive, as famílias dos educandos.

³ O termo “hegemonia”, em Gramsci, traz uma dupla interpretação: a primeira, teria o significado de dominação; a segunda, um significado de liderança, tendo implícita alguma noção de consentimento. Tem-se na segunda definição um papel de destaque na elaboração de todo o quadro teórico gramsciano. Para aquele pensador italiano, a hegemonia é um processo que expressa a consciência e os valores organizados praticamente por significados específicos e dominantes, num processo social vivido de maneira contraditória, incompleta e até, muitas vezes, difusa. É interpretando como se dá a dominação da burguesia na Itália, utilizando Maquiavel e Pareto, sobre seus conceitos de Estado como força e consentimento, que o conceito de hegemonia em Gramsci assume papel fundamentador na sua concepção de Estado.

Nesta oportunidade, houve situações de uso da força ao colocar um transporte na entrada do assentamento para conduzir as crianças às escolas estaduais e municipais da rede urbana, impedindo que as mesmas se dirigissem à escola itinerante do antigo acampamento, hoje extinta. Tal situação contribuiu para o desestímulo da permanência das crianças no seu meio. Por decisão do Estado, as crianças deveriam frequentar aulas nas escolas localizadas no centro da cidade, impedindo que o grupo de assentados se reunisse para solicitar uma escola pública, de caráter popular, nos assentamentos da região de São Gabriel.

Esta situação foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação que, em consonância com os interesses do Estado, alegavam as más condições de funcionamento das escolas itinerantes, ligadas ao MST, evidenciando o desinteresse do Estado em manter aquele tipo de estabelecimento de ensino.

As medidas de coerção do Estado envolveram, inclusive, o contingente Batalhão da Brigada Militar, que foi colocado ‘à disposição das famílias’⁴ para ‘garantir’ que elas oferecessem escolas “adequadas” aos seus filhos com o argumento relacionado à “liberdade de escolha”: ou ficar nas escolas dos acampamentos, ainda em funcionamento, na época, ou frequentar as escolas urbanas.

A educação é um desdobramento da teoria política e pressupõe a compreensão dos projetos sociais que as classes sociais pretendem conservar ou instaurar. Implica toda a caminhada de conhecimento produzido historicamente, porque a história constitui-se como um processo contraditório de construção das sociedades em que o passado é um elemento essencial na constituição das relações sociais do presente.

O Estado, por sua vez, apresenta-se como um complexo político e ideológico que tem a finalidade de “adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do desenvolvimento continuado do aparelho econômico de produção.” (GRAMSCI, 1978, p. 156). Isto é um complexo em que se forma um tipo de homem adequado às exigências do modo de produção e aos objetivos da economia de um dado momento histórico, processo que implica a formação de um modo de pensar e de uma direção cultural realizada por intelectuais.

⁴ Estão sendo utilizadas as aspas para chamar a atenção de aspectos relevantes no contexto do texto, embora as afirmações sejam da autora.

Desta forma, pode-se constatar que a ação do Estado Capitalista busca atingir os sujeitos assentados justamente em seu “tendão de Aquiles” nos aspectos que os tornam mais vulneráveis, que são: os “assentadinhos”, filhos dos assentados, por serem crianças que, em sua escola de origem (itinerante) estavam desenvolvendo a criticidade, a politização e a consciência de classe.

Ao negar toda a possibilidade de uma escola que responda aos interesses da classe dos trabalhadores, acaba sendo negada a condição do próprio grupo de assentados constituírem-se enquanto classe, pois, ao mesmo tempo em que não permite que a educação popular aconteça no assentamento, há o impedimento de que o conhecimento historicamente construído por aquela população seja socializado pelos sujeitos sociais; isto porque essa dimensão educativa, formadora das classes subalternas, pode ser captada no processo histórico de organização dos movimentos sociais populares, tornando o movimento mais consolidado.

Diante da pressão exercida pelo Estado e pelos grupos que lhe dão sustentação, pretende-se verificar até que ponto os assentados vão resistir ou reagir (representando uma força revolucionária e/ou consciência de classe), como já afirmado anteriormente, ou se vão aceitar e participar do consenso que está sendo construído pelo Estado.

Nesta perspectiva, o estudo pretende aprofundar este debate e busca identificar os aspectos que envolvem o espaço do campo, o sujeito camponês e o caráter de pertencimento à classe, explicitando e discutindo a relação entre a consciência de classe e a educação do campo.

Este trabalho, em parte, é fruto das inquietações, discussões e questionamentos que paradoxalmente, envolvem as nossas atividades como: educadora, como trabalhadora da educação e militante de movimentos sociais, especialmente do MST perante a política do Governo Estadual do Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 2006 - 2011, que se configurou em um total massacre a qualquer tipo de manifestação contrária ao seu modelo neoconservador.

Assim, caracteriza ainda, a busca pela coerência entre os limites e possibilidades impostos por ser filha de proletários, não diretamente de fábricas, mas que estavam submetidos a outros tipos de “patrões”, talvez o de pior tipo, os ideológicos, ou então como assegura Althusser aos Aparelhos Ideológicos de

Estado⁵. Nessa condição, jovens não compreendiam como pessoas honestas e trabalhadoras poderiam ter tantas dificuldades financeiras já que a escola ensinava que o trabalho dignifica e que só através do estudo poderíamos ser alguém na vida. A elucidação destas limitações vai sendo descortinada à medida que se compreende os limites da sociedade capitalista.

Althusser explicita que a reprodução da força de trabalho não exige apenas a reprodução de subqualificação, mas também de sua submissão às normas da ordem vigente. Uma reprodução da submissão dos operários à ideologia dominante e uma “reprodução da capacidade de perfeito domínio da ideologia dominante por parte dos agentes da exploração e repressão, de modo a que eles assegurem também ‘pela palavra’ o predomínio da classe dominante.” (ALTHUSSER, 1985, p. 58). Por esta razão, buscamos situações que possibilitassem a compreensão e o questionamento sobre o imobilismo, a incerteza e o falso silêncio da sociedade.

Desta forma, buscamos o Curso de História na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), período em que se inicia a construção e formação de consciência de classe, mesmo que apenas teoricamente. Esta afirmação indica que existem muitas dúvidas ao analisar o quanto a dicotomia universidade x comunidade é predominante e que o espaço acadêmico, ou seja, do conhecimento ainda é um latifúndio elitista. Na ação, como militantes do movimento estudantil, foi-nos possibilitado o conhecimento e o ingresso em um movimento de massa.

Nesta caminhada, insere-se o MST, por seu caráter contestador e de enfrentamento direto ao modelo hegemônico da sociedade capitalista. Além disso, este movimento social permite o conhecimento sobre experiências que tem caráter democrático e questionam até que ponto a educação é capaz de contribuir com a construção da identidade e reconhecimento dos sujeitos, ao mesmo tempo, assinalam que a educação contribui na libertação e no processo histórico de cada ser.

⁵ Althusser assinala que é com a dominação dos aparelhos ideológicos de Estado (AIE) que a elite burguesa reproduz sua lógica de dominação excludente e desigual. E o faz também através da escola, sem deixar de lado, evidentemente, a igreja, a família, sindicatos, o direito e outros. Age, portanto, de forma ideológica, reproduzindo um sistema excludente e desigual, através das próprias pessoas que por ele são exploradas e utilizadas como meio para este fim. ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2. ed. Trad. de Walter Evangelista e Maria Laura Vigueiros de Castro. Introd. crítica de José Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.

Estes princípios conduzem à Escola Itinerante (escola dos acampamentos do MST), pois, como dizia Paulo Freire (2009, p. 42):

Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura, que marcha, que não tem medo de risco, por isso que recusa o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se atua, em que se cria, em que se fala, em que se ama, se adivinha, a escola que apaixonadamente diz sim a vida.

A nossa participação no movimento se deu em mais de três anos de Escola Itinerante atuando em “frentes” de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Ensino Fundamental e nas Cirandas Infantis (Ed. Infantil de 0 a 6 anos). Neste espaço de tempo nos constituímos como: lutadora do povo, companheira de lutas e, uma intelectual orgânica no sentido conferido por Gramsci (1982, p. 123), quando afirma na obra *Os intelectuais e a organização da cultura*, que cada grupo nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo e de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função.

Simultaneamente, neste processo, os intelectuais orgânicos do movimento social, passam a entender que o próprio grupo deveria buscar alternativas no sentido de dissimular os meios repressivos empregados para a formação da "opinião consensual", pois, se isto acontecesse, estariam se esvaziando as possibilidades políticas dos sujeitos, a partir da neutralização das críticas no pensamento de bloco. Além disso, alguém estaria autorizado a agir sem consulta prévia às vontades autênticas, tendo em vista que não existem cooperação nem interesses coletivos, quando os sujeitos já encontram preestabelecidas as formas de ação e de direção.

No movimento, compartilhamos dos acampamentos, marchas, ocupações e participamos da conquista de oito assentamentos na região de São Gabriel. A partir disto, foi possível perceber que os assentamentos rurais apresentam-se como *lócus* de tensões, contradições e possibilidades que revelam as estratégias da chamada agricultura familiar frente ao poder do grande capital agropecuário e agroindustrial no âmbito do desenvolvimento social no campo. É o lugar onde são construídas ou reconstruídas trajetórias e ambientes de sociabilidade desses trabalhadores, um espaço de experiências, práticas e *habitus* que socializam os corpos para alternativas jamais previstas (FERRANTE; WHITAKER; BARONE, 2004, p.4).

Pensar a educação nesse contexto é considerar as variáveis que ainda são uma constante nos sistemas educacionais, sobretudo no campo, como: o elevado índice de analfabetismo, sobretudo nas faixas etárias acima de vinte e cinco anos; a baixa remuneração e qualificação dos professores com predominância de professoras leigas responsáveis pelas classes, em muitos casos, multisseriadas, tendo como agravante, a falta de interesse do Estado em oferecer educação para estes grupos.

Historicamente, a educação sempre foi negada ao povo brasileiro e, especificamente, ao homem do campo. Dessa maneira, a educação do/no campo reflete o descaso do Estado em promover uma política de educação realmente eficaz e adequada ao meio rural (LEITE, 2002).

Com relação à escola pública nos assentamentos, já existem municípios onde os assentados do MST conquistaram a escola dentro do assentamento, mas, em alguns casos, o que se constatou com pesquisas como a de Camini (1998, p. 123) é que “[...] com o tempo, eles perderam o vínculo com a pedagogia da terra e que os professores têm desinteresse nas propostas educacionais do MST”.

A partir dessas considerações, por pertencimento ao MST, nos perguntamos como se dará a relação dos novos assentados com a terra conquistada. Questionamos-nos, ainda, como será a nova configuração do território de conquista chamado “assentamento” frente às pressões sofridas pelo capitalismo e no que a educação formal ou não, poderá contribuir para a consolidação dos assentamentos e de novas práticas contra hegemônicas.

Além disso, algumas considerações, questionamentos e críticas são imprescindíveis com relação a categoria classe e a questão da consciência, como por exemplo os trazidos por Meszáros (2010, p. 1034). Fundamentado na vasta obra de Marx, essas questões referem-se aos próprios pilares de sustentação da classe, pois as classes seriam agentes de emancipação necessários, mas também problemáticos, devendo assim, serem seriamente avaliados os aspectos: classe-indivíduo, classe-classe, estratificação-unidade, interesses de classe-inércia institucional, questões já presentes em nosso problema de pesquisa e objetivos. São questões, portanto, que estão presentes durante nosso processo investigativo.

Nesta perspectiva, este trabalho ao mesmo tempo em que pretende questionar, busca tensionar e tratar das tensões e relações presentes, a partir das categorias: trabalho, classe social, consciência de classe, a relação entre o Estado Capitalista e os assentados da Reforma Agrária no Assentamento Novo Horizonte II⁶ e ainda, a educação como política pública com papel conscientizador. Parte de questionamentos e inquietações, pois, em relação à educação, busca verificar até que ponto os assentados da reforma agrária entendem e almejam a educação no assentamento.

O mais relevante deste quadro é o conflito gerado no território do assentamento, tendo em vista a formação de uma consciência individual de seus integrantes, desfigurando a consciência coletiva já conquistada e presente no movimento desde seus primórdios, quando da formação do acampamento na localidade da região metropolitana do Estado do Rio Grande do Sul.

A força do capitalismo, no entanto, como já salientamos, tem promovido que o assentamento tenha influência deste modelo de organização, relativizando a unidade do movimento e, principalmente, obstruindo a visão de classe já adquirida, a partir do momento em que passam a ser considerados “donos da terra” entendidos em um prisma capitalista, em contraposição à consciência de classe coletiva já desenvolvida.

Esta afirmação revela a preocupação em entender como os assentados de Santa Margarida do Sul poderão agir frente a este desafio. Assim como afirma Fernandes apud Buainaim (2008), essa contradição e conseqüente conflitualidade é inerente ao processo de formação e consolidação capitalista do território, esta que traz consigo o ato de destruir, criar e recriar o campesinato, o que seria um paradoxo à questão estrutural do modo de produção capitalista.

Questiona-se, neste processo, se os assentados têm interesse em colocar seus filhos em uma escola do campo com princípios de uma educação do campo, no que diz respeito à politização, formação de classe e busca pela emancipação? E, qual o papel da escola junto à construção do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável, através do acompanhamento às mobilizações que poderão se dar a partir desse entendimento?

⁶ Novo Horizonte II foi o nome escolhido pelos assentados para o assentamento da Fazenda Santa Rosa, em Santa Margarida do Sul.

Nesta perspectiva, entende-se que a consciência de classe fortalece os sujeitos envolvidos em movimentos sociais, percebendo com Gohn um movimento social, como:

[...] formado por agrupamentos humanos que estão inseridos na sociedade [...] articulado a um conjunto de crenças e representações e são elas que dão suporte as suas estratégias e desenham seus projetos político-ideológicos (GOHN, 2000, p. 235).

Este propósito fundamenta-se nas discussões evidenciadas no próprio local. Por esta razão, procuramos investigar como se posicionarão os assentados diante dos fetiches da sociedade capitalista, porque "as numerosas vontades individuais em ação na história produzem, na maioria das vezes, resultados inteiramente diferentes dos resultados desejados e frequentemente opostos a esses resultados desejados." (LUKÁCS, 1999, p. 32.).

a) Procedimentos Metodológicos

Para a realização deste trabalho de pesquisa tivemos a pretensão de estabelecer uma aproximação com alguns dos referenciais que se constituem como pedras angulares do materialismo histórico e dialético. Esse método tem a capacidade de abordar a realidade como totalidade concreta, entendendo-a como um conjunto de fatos estruturados, um todo de acontecimentos concretos e abstratos, assim como afirma Kosik (1985, p. 43):

O conhecimento da realidade, o modo e a possibilidade de conhecer a realidade dependem, afinal, de uma concepção da realidade implícita ou explícita. A questão: como se pode conhecer a realidade? é sempre precedida por uma questão mais fundamental que é a realidade?

Nesse caso o método vem para ajudar- nos a desvendar as teias de relações, estruturas, sistemas, que criam os eventos históricos dos quais fazem parte nosso objeto de estudo, esses eventos são definidos e definem o mesmo, ou seja; partimos a partir do método a compreensão de que os eventos não podem ser concebidos como isolados, mas que, isso não significa que serão determinados historicamente.

Com este propósito, trabalhamos com a categoria totalidade, pois a parte participa do todo, atualiza-o, inicia ou interrompe mudanças explorando as contradições, mas sempre desenvolvendo as possibilidades criadas pela sua relação com ele. Assim como, **a parte não existe, como tal, fora da relação com o todo.** (COELHO, 2010, p. 11) (grifos do autor).

A concreticidade da realidade dos sujeitos, suas contradições, seus movimentos, são os objetos deste estudo pelo qual investigamos a realidade do Assentamento Novo Horizonte II, localizado em Santa Margarida do Sul e como este se insere no contexto da sociedade capitalista na qual vivemos. Isto significa que, o esforço feito foi no sentido de compreender o fenômeno dialeticamente, em relação aos aspectos universais (o que está presente em todos os fenômenos da realidade) e em relação aos traços particulares do campo ao qual pertence (que explicam sua origem, desenvolvimento, características fundamentais, enfim, “um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência aos fenômenos”). (KOSIK, 1985, p. 41).

Além disso, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com abordagem dialética, por tratar-se de uma pesquisa na área das ciências sociais e humanas, pois não acreditamos que apenas números e métodos estáticos seriam suficientes quando se tem por investigação seres e relações sociais. Ainda, por compreendermos que existe uma gama de fenômenos objetivos, mas também subjetivos que permeiam estas relações e que, em um processo investigativo, devemos ser cautelosos para não simplificar e minimizar os sujeitos e suas complexidades às tabelas e conclusões homogeneizantes.

Esta pesquisa traz princípios da pesquisa participante (BRANDÃO, 1981), por compreendermos que deve ser feita a relação entre objetividade e subjetividade, ou seja, os fatos e dados. A realidade concreta deve contar com a percepção que a população envolvida tem dessa realidade de modo que os fatos e posicionamentos devem fazer parte das constatações e aspirações.

Nesse sentido referimo-nos a definição feita por Borba apud Brandão (1999, p. 67) que se utiliza de estudos realizados por Huynh (1979), ao afirmar que uma “pesquisa da ação voltada para as necessidades básicas do indivíduo”, deve responder especialmente as necessidades de populações compreendidas por operários, camponeses, agricultores e índios, as classes mais carentes nas

estruturas sociais contemporâneas, levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir.

A utilização desta metodologia pretende incentivar o desenvolvimento autônomo dos movimentos e dos sujeitos, no qual o povo tem de participar como investigador e estudioso, não apenas como mero objeto de pesquisa. Isso é assinalado por Paulo Freire (1970, p. 76), quando afirma que: “levam-se em consideração as prioridades e necessidades dos movimentos ou lutas populares e não somente as necessidades dos pesquisadores”. Freire afirma ainda que: “Assim, soluciona-se não apenas o problema de “para quem” este estudo é feito, mas também o da incorporação do cientista ao meio em que ele deve atuar.”

Nesta perspectiva ressaltamos que foi de suma importância para a escolha desta metodologia, o trabalho realizado como Técnica da Área Social da COPTec⁷, durante o período de março de 2010 a março de 2011, no qual, como já frisado anteriormente, trabalhamos diretamente com a totalidade das famílias assentadas na região de São Gabriel e Santa Margarida do Sul no que tange aos temas e demandas sociais dos assentados. Deste modo, junto à comunidade do assentamento, que são sujeitos da pesquisa, pudemos conhecer os problemas, anseios e reivindicações, por meio de visitas individuais a cada família, aplicação de questionários e ainda com dinâmicas e conversas com pequenos grupos, além, da consulta aos arquivos de trabalho da COPTec, cooperativa já mencionada.

Pretendemos, por se tratar de oitenta e seis famílias assentadas, explicitar a delimitação dos sujeitos diretamente abordados, observados e analisados nessa pesquisa, devido ao tempo e também a busca da seriedade com que se pretende chegar aos resultados desta investigação. Deste total de famílias hoje existentes no assentamento, optamos por trabalhar com maior profundidade de investigação com cinco famílias, cuja escolha deve-se ao fato das mesmas terem estado envolvidas com a escola itinerante, durante o período de acampamento, e atualmente fazem parte de diferentes grupos de produção coletiva.

⁷ A COPTec é uma Cooperativa de Serviços Técnicos que atende a editais do MDA e INCRA com programas de assistência técnica, ambiental e social nas áreas de assentamento de Reforma Agrária. Durante o período deste contrato tivemos como parte do trabalho a visita individual aos lotes familiares, ao todo, foram 329 famílias visitadas, também foram realizadas 54 atividades coletivas com a presença dos coletivos familiares dos assentamentos da região de São Gabriel, estes registros documentais e fotográficos estão nos arquivos da COPTec e do INCRA.

Neste sentido, faz-se necessário explicitar o ponto de partida desta dissertação, as opções temáticas, teóricas e metodológicas que apresenta, e situá-las no âmbito da construção de conhecimentos capazes de desenvolver a crítica das múltiplas formas de exploração e opressão já estabelecidas, na medida das nossas possibilidades. Desta forma, pretende-se contribuir com outras formas de pensar, sentir e viver o mundo e as relações, bem como, amadurecer, em termos teóricos e práticos, esse processo, além de assumir um comprometimento com a educação libertadora do sujeito camponês e com a transformação social.

O início do trabalho deu-se com a leitura de vários estudos sobre a temática da classe, da consciência de classe, do trabalho e sujeito camponês. A partir deste levantamento bibliográfico e das colocações e interpretações destes autores sobre os temas supracitados realizamos as possíveis alocações com a temática da pesquisa constituindo-se este o primeiro capítulo desta dissertação.

A opção por recorrer a princípio, a teoria fez-se por entendermos assim como Coelho que:

A teoria não fornece uma explicação *a priori* da história. Ela propõe questões conscientemente orientadas para direcionar o processo investigativo e fornece hipóteses para a sistematização e interpretação dos dados empíricos. (COELHO, 2010, p. 15).

Este entendimento já utilizamos em relação ao termo camponês, pois a partir das leituras feitas na pesquisa bibliográfica e com a prática empírica, podemos entender que estes sujeitos, hoje assentados, na medida em que participaram de movimentos sociais do campo, que questionam a propriedade privada da terra, ou seja, o chamado cerne da estrutura do capital, estão construindo, em conjunto com outros sujeitos com a mesma vivência, um sujeito social coletivo. Compreendemos ainda, que nos momentos de marcha, manifestações, ocupações de terra e do próprio cotidiano, engajados nesses movimentos, obtendo genericamente as mesmas experiências, seus hábitos e seus fazeres acabam tornando-se uma classe, assumindo, assim, uma postura de classe.

Nesta perspectiva, ainda no primeiro capítulo deste trabalho, incluímos as falas dos sujeitos, nas quais se apresentam os elementos que fundamentam e caracterizam as categorias presentes nesses capítulos, além disso, tratamos de categorias específicas de constituição da classe social como, por exemplo, a identidade do camponês, além da questão da luta de classes.

Seguimos a apresentação da pesquisa e a estruturação metodológica com o segundo capítulo no qual, trazemos uma síntese sobre a Questão Agrária no Brasil, a política de Reforma Agrária e o MST. Os desdobramentos dessas questões, principalmente a partir da década de 1960 até a constituição dos momentos atuais do estado brasileiro, com o destaque especial para os anos de 2008-2011, por tratar-se do ano de constituição do Assentamento em estudo, no Estado do Rio Grande do Sul, estão presentes nesse espaço da escrita.

Trabalhamos aqui com as categorias hegemonia, sociedade civil e sociedade política, as quais optamos por fundamentar nos escritos de Gramsci e nas situações empíricas experienciadas por nossos sujeitos. Utilizamos esta síntese com o objetivo de conhecermos os elementos que constituem um pouco da trajetória histórica dos camponeses em nosso país, e a dos sujeitos deste trabalho, herdeiros desta história e participantes de um movimento social que estiveram em luta permanente até sua chegada ao assentamento.

Faz parte deste capítulo também, a tentativa de entendimento das especificidades que delinham e delimitam as relações entre setores da sociedade e os movimentos sociais populares e, em termos organizacionais, as potencialidades, limites e desafios das políticas de Reforma Agrária implementadas e as ações do estado capitalista em seu estágio neoliberal.

Na caminhada em busca da “totalidade concreta, como totalidade de pensamentos, como um concreto de pensamentos, [que] é de fato um produto do pensar, do conceber” (COELHO, 2010, p. 14), chegamos ao nosso terceiro capítulo: Conhecendo a situação da Região de São Gabriel, os assentados do Novo Horizonte II, onde apresentamos de forma mais objetiva e direta a realidade (o conjunto das relações sociais que a compõem) do assentamento em questão.

Estes momentos, no conjunto do trabalho, não apenas no capítulo terceiro, nos possibilita a focalização no objeto de estudo, e em nossos sujeitos, e para possíveis análises e interpretações, recorreremos ao seguinte procedimento: conversa informal com o grupo de famílias delimitadas para esta pesquisa, que foram cinco, foram criadas oportunidades para conhecer suas histórias de vida e, a partir de entrevistas semi estruturadas e gravadas, os incentivamos a falarem sobre seus problemas e concepções de escola, de produção e desafios a serem superados.

Ainda, com o intuito de reconstruir o cenário e período da pesquisa, procuramos as informações divulgadas em jornais, e na mídia em geral sobre a educação e a política de Reforma Agrária para a região, e seus desdobramentos. Além disso, apresentamos trechos de entrevistas concedidas pelo poder público de São Gabriel, representado pela Secretária de Educação, e o de Santa Margarida do Sul, aqui representado pela secretária de Educação do Município, no que se refere ao atendimento das crianças dos assentamentos e a educação desenvolvida nas escolas que elas frequentam atualmente.

Os sujeitos da pesquisa foram considerados como objeto de análise e, a partir das entrevistas e do conhecimento empírico trazido por eles, foi realizada a produção teórica, sendo que “os agentes dos movimentos sociais aqui tratados expressam uma insistente preocupação na elaboração das identidades coletivas como forma de exercício de sua autonomia”, pois é a partir das “falas que emergem dos movimentos que muitos autores assumiram o termo e procuraram elaborá-lo teoricamente.” (SADER, 1995, p. 50-51).

Isto significa que os camponeses que foram ouvidos na amostragem são sujeitos históricos que participaram e ou participam dos movimentos, na condição de trabalhadores que lutam para conquistar e ou garantir direitos sociais, pois, “é o homem como sujeito histórico real, que no processo social de produção e reprodução cria a base e a superestrutura, forma a realidade social como totalidade de relações sociais, de instituições e ideias.” (KOSIK, 1985, p. 51).

Durante a realização da pesquisa enfrentamos algumas dificuldades, especialmente para conseguir registros das experiências vividas pelos sujeitos, principalmente em relação às fotografias, objetos, recortes, visto que a sua “bagagem ou mudança” para o assentamento constitui-se de pequenas sacolas nas quais levaram apenas as roupas.

No que diz respeito aos camponeses, sujeitos desta pesquisa, a participação, a vontade de ajudar de buscar elementos que pudessem comprovar suas afirmações foi excelente. Todos, sem exceção, demonstraram interesse em ajudar na busca e também em receber o retorno da pesquisa, quando concluída.

Na busca de análise e entendimento deste processo, trazemos os sujeitos da pesquisa, pois são eles que a partir deste momento, junto com os teóricos aos quais recorreremos que vão oportunizar o entendimento e análise dos propósitos deste trabalho.

b) Os sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi realizada com 05 (cinco) camponeses, 02 (dois) homens e três mulheres, sendo que todos eles foram designados por suas famílias para responder aos questionamentos e participar da pesquisa, tendo em vista que a técnica utilizada (entrevista) com uma abordagem qualitativa envolve um esforço bastante grande no sentido de não apenas ouvir e gravar as falas, mas, especialmente, em transformar em textos e analisar o que foi dito pelos entrevistados respeitando todas as suas colocações.

A seleção dos sujeitos deu-se em função do interesse da pesquisa em incentivá-los a lembrarem suas trajetórias e histórias durante seu período de acampados e depois assentados, suas construções, interpretações e possíveis compreensões sobre o período estudado pela pesquisadora. Além disso, através da análise de suas entrevistas, estabelecermos uma ligação entre a participação destes sujeitos na escola itinerante e a sua opção pelo trabalho coletivo, já que todos estes sujeitos estão inseridos em grupos de produção coletivos.

Ressaltamos que todos esses sujeitos estiveram ativamente envolvidos com a escola itinerante, tendo neste grupo duas educadoras da mesma escola (Simone e Nilza), um merendeiro voluntário (Odone), um componente da equipe pedagógica (Marcelo) e uma mãe da Equipe Pedagógica (Maria).

Esta equipe era responsável por toda organização da escola, desde a escolha dos conteúdos e seus contextos, até as tarefas mais simples como organização de espaço físico. A formação deste grupo varia um pouco, mas a grande maioria tem o Ensino Médio completo, apenas a assentada Maria possui o Ensino Fundamental incompleto (concluiu a terceira série) e segundo a mesma: “não podia estudar e também não me dava bem com os estudos.”

Outra característica que é comum a todos, é a questão de sua formação enquanto atores políticos, mesmo não sendo especificamente este o foco de nosso trabalho, podemos através de nossas conversas inferir com estes assentados que, nenhum deles havia participado de um partido político; e que se interessaram nessas questões e resolveram “discutir” e “pensar” sobre isso só depois de estarem no Movimento dos Sem Terra.

Para ouvi-los mais sistematicamente elaboramos um instrumento que pensamos ser capaz de reproduzir as informações necessárias e adequadas. Este instrumento constituiu-se num “guia de entrevista” que foi testado antes da realização das entrevistas para verificar se conseguiríamos obter as informações necessárias (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1988, p. 157).

Todas as entrevistas foram filmadas, pois os entrevistados concordaram que deveria ser assim. Eles receberam muito bem o convite, mesmo que estivessem envolvidos com suas atividades. Pareciam ansiosos em falar sobre suas experiências e comprometidos com os resultados da pesquisa. Para preservar as histórias e os sujeitos da pesquisa, utilizamos apenas o primeiro nome dos mesmos em todo o texto da pesquisa, inclusive atendendo ao pedido feito por eles.

c) As trajetórias dos sujeitos camponeses

O primeiro sujeito a ser apresentado é Odone, tem setenta anos de idade, morava no interior do Rio Grande do Sul (região norte) com seus pais, tios e avós, (segundo ele uma grande família de italianos), devido a grande dificuldade, pois a terra era pequena pra tanta gente, seus pais ele e mais três irmãos foram morar em Porto Alegre onde, a família abriu um pequeno comércio, um açougue, depois de alguns anos teve de sair de casa, devido ao fato do açougue estar indo muito mal já que, as carnes deveriam ser fornecidas apenas por frigoríficos inspecionados, e o lucro que era pouco, desapareceu. Odone então ocupou várias funções, como pedreiro, vendedor, caminhoneiro, viajante, até casar, comprar um sítio, ir até o Mato Grosso, trabalhar nas terras do irmão, ter de passar muito veneno, como nos contou, e voltar para morar no sítio.

Segundo o Senhor Odone, a história se repetiu, um pouco diferente, mas se repetiu, a família era muito grande e a terra pouca, então conheceram um vereador que falou do MST e da possibilidade de “ganhar” terra, ele e o filho foram na frente, depois foi a filha e o resto da família. Seu primeiro acampamento foi em Nova Hartz, região metropolitana de Porto Alegre, no ano de 2005, já estavam no acampamento com mais de setenta famílias, mas, logo foram despejados, encaminharam-se para a ocupação da Fazenda Guerra, depois do fim da ocupação foram alojados em um

pedaço de terra cedido pelo assentamento do MST em Nova Santa Rita, o acampamento continuou com o nome que tinha em Nova Hartz, Acampamento Jair Antonio da Costa, no qual permaneceu até ser assentado em fevereiro de 2009.

Odone faz parte do grupo de produção leiteira, e sua família composta de quatro adultos e duas crianças, produz consome e comercializa produtos como: queijo, requeijão, doce de leite, ambrosia e outros.

Nessa linha, temos Marcelo, filho de um casal de agricultores residentes em Porto Alegre, RS, estudou até concluir o Segundo Grau (Ensino Médio) em uma escola agrícola. Seus pais, bastante humildes, enfrentaram muitas dificuldades para sustentar os filhos, e foi, portanto, este o motivo que o levou a sair do campo e ir para a cidade, onde deixou a enxada, para pegar na colher de pedreiro. Depois de muito tempo, Marcelo comprou uma casa no interior da região metropolitana, para passeios onde envolveu-se novamente com o trabalho na terra, e fixou moradia nesse local, mas a situação das pessoas, e do local era precária.

Ele acabou também por sentir essas debilidades, conheceu uns moradores que falaram: “o pessoal do MST ta por aí pra leva gente pra acampa por terra”, então acreditou ser esta uma alternativa viável, sobre sua ida para o acampamento ele nos indica “[...] a dificuldade que eu vi e sofri me levou a agir como agi, em defesa das classes dominadas, tanto na condição de trabalhador, ou como militante.”

Ao longo da entrevista feita com este sujeito, várias vezes o mesmo caracterizou-se como militante, disse ter vivido a experiência mais significativa e esclarecedora de sua vida, durante o período que foi acampado, sendo inicialmente do acampamento de Nova Hartz, fazendo assim a mesma movimentação que o sujeito anterior. No acampamento participou de todas as ações do movimento, esteve presente em muitos encontros de formação do MST, ali encontrou uma “companheira” e tiveram uma filha, esteve acampado por quatro anos, indo para o assentamento em fevereiro de 2009.

A história de Marcelo se cruza com a de Simone, uma trabalhadora do campo, assentada da reforma agrária, que também vem do acampamento de Nova Hartz, e que realizou todos os passos, de Marcelo e Odone. Simone morava e trabalhava em Porto Alegre durante muitos anos de sua vida, trabalhava em uma rádio, teve dois filhos que criava sozinha com muita dificuldade, uma amiga

convidou-lhe para morar em uma “área verde” (nesse caso uma ocupação irregular) e ela aceitou, ficou por seis meses lá, mas foram despejados.

O irmão Simone de ficou sabendo sobre a possibilidade de “ganhar terra” e a convidou para ir acampar, Simone foi, levou a mãe e os dois filhos, foram quatro anos de muito “sofrimento e aprendizado, meus filhos hoje tem um lugar digno, e que será deles, tenho muito orgulho de ter conseguido [...]” Na questão da produção, Simone participa de dois grupos: o de produção leiteira, com o irmão e mais duas famílias, e ainda o das mulheres, junto com a Nilza, Maria e outras duas famílias.

A história de Nilza é bastante sofrida, ela contou ser da região de Sarandi (norte) do estado, e lá viveu por mais de trinta anos, trabalhava na propriedade dos pais e ainda nas propriedades dos vizinhos, cuidando das lavouras e também do serviço doméstico. Quando ficou sabendo do acampamento pelo cunhado, pois ainda era solteira e morava com os pais em uma área de meio hectare, ficou emocionada, mas como era sozinha teve medo. Depois o cunhado a levou para conhecer, e mesmo sabendo das dificuldades, pois estava sozinha, decidiu ir acampar.

Ela acampou inicialmente em Sarandi, também no ano de 2005, mas logo houve um despejo e todos foram levados ao Acampamento Coqueiro, no município de Coqueiros do Sul, este acampamento fazia divisa com a Fazenda Guerra, um latifúndio no qual o MST realizou várias ocupações. Mesmo com seus como ela disse-nos “quase quarenta”, Nilza persistiu quatro anos neste acampamento alvo de conflitos diários e diz que “nunca fuji da luta [...]”, até ser encaminhada ao assentamento em dezembro de 2008.

A Nilza e a Maria fazem parte de um grupo de produção coletiva junto com mais três mulheres e suas respectivas famílias, onde produzem hortaliças, derivados de leite, pães, bolachas, cucas, artesanatos; e comercializam esses produtos em um ponto na cidade.

Apresentamos ainda a Maria, uma senhora de 54 anos, que também chegou ao assentamento em Fevereiro de 2009, junto com seu companheiro e um filho menor. A sua vida é marcada por grandes dificuldades econômicas, por uma trajetória de trabalho no campo, geralmente como trabalhadora ou agregada, em troca de comida ou pequeno ordenado.

Explica que foi atraída para o acampamento pela chance de ter sua parcela de terra; mas a vida dela é marcada por um agravante, Maria foi para o acampamento de Sarandi em 2003, e perdeu uma filha na fila do SUS por que, como ela diz:

A minha filha ficou doente, e como a gente era acampado, pobre, eles nem examinaram direito ela e mandaram da amoxicilina, e espera pra fazer novos exames... Aí a febre não passava, a menina começou a inxa, fica mal, o pessoal do acampamento me levou pra Porto Alegre e a gente descobriu que era infecção nos rins, ela durou uma semana, e deu infecção generalizada, os médicos disseram que isso não acontecia muito, a gente sabe que foi falta de vontade, lá do hospital que atendeu ela primeiro...Foi muito difícil pra mim, eu resolvi sair do acampamento, ficamos um ano fora, mas eu queria realizar meu sonho, ter a minha terra, minha e dela, ela também sonhava com isso, daí a gente voltou, e conseguimos. (MARIA, 2012).

Maria ao todo, passou seis anos acampada, ela saiu de Sarandi para Coqueiros assim como Nilza, até ser assentada em Santa Margarida do Sul; e infelizmente tivemos a notícia que seu companheiro, depois de consultar mais de oito vezes, e tomar vários medicamentos diferentes, faleceu por “motivos desconhecidos”, segundo os médicos de São Gabriel, em maio de 2012.

Estes são os sujeitos que foram entrevistados. São, portanto, os sujeitos da pesquisa e ajudaram na busca das respostas aos questionamentos que foram levantados durante todo o processo desta pesquisa.

Inicialmente conversamos com estes sujeitos para conhecê-los e também para verificar até que ponto os pressupostos apresentados no início do trabalho seriam ou não confirmadas. Eles também com seus relatos auxiliaram na compreensão e entendimento das relações presentes no contexto investigado.

Ressaltamos que o elemento principal, a que se propõe o objetivo deste trabalho, foi sempre retomado através de dados concretos, para verificarmos se a consciência de classe adquirida nos acampamentos do MST se consolida na atual situação dos assentados, assim como o papel que assumiu a educação nesse contexto. Nossos questionamentos sobre qual a relação desses assentados com a educação destas crianças, assim como, os conflitos enfrentados por eles enquanto sujeitos, permearam esta pesquisa.

Realizando esta pesquisa educamos o pesquisado, assim como estamos nos educando, estivemos aprendendo e ensinando com os grupos populares, pois, no processo dialógico estivemos sempre em movimento. Como disse Mao Tsé Tung

apud Brandão (1968, p. 119): “mais e mais devem os intelectuais tornar-se trabalhadores: mais e mais os trabalhadores tornar-se intelectuais.”

Além disso, nossa elaboração teórica e prática tem o intuito de organizar e sistematizar às vezes através de categorias, às vezes por meio de conceitos, o concreto, a totalidade das relações de produção e reprodução social de nossos sujeitos, as contradições que permeiam seus movimentos e atitudes, e que assim os configuram como sujeitos da história.

Após terem sido feitas as considerações possíveis, com o aprofundamento teórico e os subsídios da pesquisa empírica, há a intenção da socialização dos resultados da pesquisa com os sujeitos, para que juntos possamos refletir sobre estes desafios e sobre as possíveis iniciativas de superação dos mesmos.

Por fim, apresentamos as conclusões a que chegamos e a análise da investigação realizada, bem como elementos que caracterizam a situação atual dos assentados, da sua consciência de classe, suas ações e suas relações com a educação desenvolvida na região e assentamento.

1 CLASSE SOCIAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE: UMA BUSCA TEÓRICA DE INTERPRETAÇÃO DO CASO CAMPONÊS

A vida sem sentido

[...] estamos diante de sintomas de decadência que ultrapassam em muito os horrores dos últimos tempos do império romano. Em nossos dias, tudo parece estar impregnado de seu contrário. O maquinário, dotado do maravilhoso poder de amenizar e aperfeiçoar o trabalho humano, só faz, como se observa, sacrificá-lo e sobrecarregá-lo... na mesma instância em que a humanidade domina a natureza, o ser humano parece escravizar-se a outros ou a sua própria infâmia... No que refere a nós, não nos deixamos confundir pelo espírito mesquinho que continua a marcar todas essas contradições... sabemos que, para fazer trabalhar bem as novas força da sociedade, basta... que passem às mãos dos que vivem do próprio trabalho... Karl Marx, 14 de abril de 1856 (discurso publicado no *People's Paper* de 19/04/1856).

Neste capítulo, temos o desafio de apresentar subsídios teóricos capazes de contribuir com as questões levantadas anteriormente neste trabalho, quando pretendemos responder e alimentar o debate já instalado, cuja análise dos dados será feita nos capítulos destinados a este fim. Neste aspecto, iniciar com a frase de Marx em epígrafe indica o quanto da compreensão sobre o trabalho, sobre as relações que se estabelecem neste processo e o quão intensamente a apropriação ou a perda deste não apenas provocam ou reforçam a luta de classes, mas são determinantes para a sua existência.

Esta relação do sujeito com o seu trabalho precisa ser discutida, pois não há como falar em camponês sem levar em consideração a questão do trabalho, considerando com Marx que o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo no qual o homem, por sua própria ação, controla seu metabolismo com a Natureza, ao trabalhar, diziam Marx e Engels, o homem entra em relação com a natureza e com outros homens. É através do trabalho que o homem garante sua materialidade, mas também é capaz de mudar o estado natural das coisas, ou seja,

é capaz de produzir algo que tem em mente, algo que apenas existiu em suas abstrações.

Assim, o trabalho humano e suas contradições, de um lado, como o grande responsável pela organização da classe trabalhadora na construção de condições sociais capazes de superação da dominação de uma classe sobre a outra e, em sentido inverso, como instrumento apropriado pela classe que vive da extração da mais valia, são aspectos que precisam ser analisados.

Trata-se, portanto, de fundamentação teórica inicial para consubstanciar a dissertação que se pretende produzir e defender, partindo da premissa inicial de que o que os homens são seres do trabalho, visto que se fazem sujeitos, tanto “[...] com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem [...]” (MARX; ENGELS, 1987, p. 28).

Neste prisma, o trabalho assume a centralidade no processo de desenvolvimento da sociedade humana e na condição do homem como ser histórico, concreto. É no contato do homem com a natureza e na transformação desta em víveres necessários para a sua sobrevivência que haverá a grande diferença entre os seres humanos e os demais seres vivos. “O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível (*sinnlich*) (MARX, 2009, p. 81)”, onde se confirma com Marx que no decorrer do processo de trabalho o homem transforma a natureza, transformando-se também.

Quando a relação entre trabalhadores e natureza se desenvolve se dá o processo de trabalho. Por esta razão, o trabalho é uma atividade totalmente diferente daquela que se encontra em outros animais. As formigas e as abelhas, por exemplo, se organizam e executam suas atividades sem que estas ações contribuam com o desenvolvimento desses insetos como indicam Lessa e Tonet (2008, p. 18). Os autores assinalam que por séculos as abelhas e as formigas produzirão exatamente da mesma forma, o que produzem neste momento. O trabalho humano é o que dá valor aos objetos, portanto, as coisas têm valor porque o trabalho humano está incorporado nelas.

A constituição humana e a sua origem, portanto, é resultante do que os próprios homens produzem e como produzem a partir da sua atividade sobre a natureza (SAVIANI, 2007, p. 152). Neste enfoque o trabalho então é categoria fundamental na existência do homem. A partir da origem da divisão da sociedade em classes, à medida que separou, de um lado, aqueles que vivem da exploração

do trabalho e, de outro, aqueles que produzem, pelo seu trabalho, e bem mais tarde, no processo histórico a mais-valia para os que a expropriam.

Afirma-se, nesta lógica, o trabalho destituído de seu valor de uso. O trabalho, ao tornar-se alienado para o trabalhador, assume valor de troca no mundo das mercadorias; perde com isto a característica de trabalho humano capaz de gerar satisfação para quem o executa. Vai ser com a divisão entre as classes sociais que efetivamente o trabalho, ao assumir seu caráter abstrato, consolida o afastamento do trabalhador de seu trabalho, dos produtos do seu trabalho e da sua condição humana.

A luta de classes, portanto, atenua-se na sociedade capitalista e foi denunciada por Marx e Engels ainda no século XIX. Os pensadores entendiam ser não apenas necessário, mas fundamental formar uma consciência de classe entre os operários e organizar um partido que, pautado nos interesses e na luta da classe trabalhadora, contribuísse com o seu final.

A luta de classes juntamente com o trabalho, sustenta o movimento da humanidade, visto a história da luta de classes, este presente em todos os períodos históricos, com exceção do comunismo primitivo, pois, sempre houve uma classe opressora e uma classe oprimida. O antagonismo existente entre uma classe e outra só se encerra com a transformação revolucionária da sociedade, o que apenas se efetivará através da consciência da classe revolucionária. Este, portanto, é o teor deste capítulo, em que trataremos reflexões acerca do trabalho humano, da constituição histórica da propriedade privada, sua possível influência na constituição das classes sociais e de suas relações no processo histórico.

1.1 O homem, o trabalho e a propriedade privada: a constituição das classes sociais

O trabalho é um processo que envolve o homem e a natureza. Um existe em função do outro sem que nenhum seja superior ao outro. Durante o processo de trabalho o homem se coloca diante da natureza como uma de suas forças e, a partir do movimento das forças naturais de seu corpo, apropria-se dos recursos que a natureza oferece e imprime uma forma que lhe seja útil.

Ao agir sobre o mundo objetivo, o homem faz com que a natureza emerja como sua obra. Assim, se o homem agir de forma consciente e voluntariamente, tendo já um plano predeterminado, ele estabelecerá a diferença com os outros animais.

Por sua vez, o trabalho humano, ao produzir valores de uso, permite ao homem criar condições para a sua própria sobrevivência por que para o trabalho reaparecer em mercadorias, tem de ser empregado em valores – de - uso, em coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza (MARX, 2011, p. 211). Por essa razão, quando o homem em sua atividade transforma a natureza ele mesmo se modifica e no fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes, idealmente na imaginação do trabalhador.

Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime uma identidade ao projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho (MARX, 2011, p. 212).

Durante o processo de trabalho, o homem provoca transformações nos objetos através de atividade orientada a um determinado fim e, ao final, vai aparecer um produto que, na sociedade capitalista, assume a forma de mercadoria. A mercadoria é a célula econômica da sociedade burguesa (MARX, 2011, p. 16), a qual reveste o produto do trabalho, ou a forma de valor assumida por ela mesma.

O processo de trabalho assinala Marx, se extingue quando se conclui o produto que é um valor-de-uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança de forma. Neste contexto, o trabalho incorpora-se ao objeto sobre o qual atuou. Quando se observa todo o processo do ponto de vista do resultado, do produto, meio e objeto de trabalho, é trabalho produtivo (MARX, 2011, p. 215).

Braverman (1987), assim como Marx e Engels, insiste na ideia do trabalho como atividade especificamente pertencente a espécie humana. O referido autor entende o trabalho como atividade realizada pelo homem, pois o mesmo modifica o estado natural da natureza para melhor servir-se dela, satisfazendo suas necessidades. Essa atividade humana que transforma a natureza e o próprio homem

é decisiva, pois provoca o avanço para além dos instintos e constrói a existência social do homem.

Essa perspectiva de compreensão do trabalho não se refere ao trabalho abstrato, alienado, produtor de mais-valia. Tumolo (2006) argumenta que a grande discussão em relação ao trabalho se estabelece a partir do processo de expropriação, quando ocorre o fenômeno do estranhamento e, por conseguinte, do trabalho estranhado, o que se consolida com o estabelecimento da propriedade privada.

1.2 A propriedade privada: componente e constituinte da luta de classes

A propriedade privada acabou despojando o outro de usufruir dela, caracterizando, com isto, o seu caráter privado, indicador da sua peculiaridade em relação a outras formas. Desta maneira podemos entender com Marx (2003, p. 113) em seus “Manuscritos” que só quando se entende o trabalho como essência da propriedade privada é que se pode penetrar o movimento econômico como tal em sua determinação real. O trabalho estranhado e a propriedade privada se determinam mutuamente, visto que a superação do primeiro implica a supressão da segunda, o que se materializa num modo de produção que suplante o capitalismo, qual seja, o comunismo. (TUMOLO, 2006, p. 76).

Assim, Engels (2011, p. 64) anuncia que:

[...] numa fase bastante primitiva do desenvolvimento da produção, a força de trabalho do homem se tornou apta para produzir consideravelmente mais do que era preciso para a manutenção do produtor, e como essa fase de desenvolvimento é, no essencial, a mesma em que nasceram a divisão do trabalho e a troca entre indivíduos. Não se demorou muito a descobrir a grande "verdade" de que também o homem podia servir de mercadoria, de que a força de trabalho do homem podia chegar a ser objeto de troca e consumo, desde que o homem se transformasse em escravo. Mal os homens tinham descoberto a troca e começaram logo a ser trocados, eles próprios. O ativo se transformava em passivo, independentemente da vontade humana. Com a escravidão, que atingiu o seu mais alto grau de desenvolvimento sob a civilização, veio a primeira grande cisão da sociedade em uma classe que explorava e outra que era explorada. Esta cisão manteve-se através de todo o período civilizado. A escravidão é a primeira forma de exploração, a forma típica da antiguidade; sucedem-na a servidão na Idade Média e o trabalho assalariado nos tempos modernos: São as três formas de avassalamento que caracterizam as três grandes

épocas da civilização. A civilização faz-se sempre acompanhar da escravidão - a princípio franca, depois mais ou menos disfarçada.

Neste sentido, de acordo com a afirmação de Engels, se pode concluir que os proprietários dos meios de produção são também proprietários, inclusive dos escravos que foram convertidos em mercadorias e em meios de produção. Esta situação pode ser representada pelo homem livre e o escravo na Antiguidade, o patrício e o plebeu na Idade Média, o barão e o servo na Modernidade e, finalmente, o burguês e o proletário a partir do século XIX.

Esta relação, segundo Ellen Wood, tem tudo a ver com as relações de propriedade entre produtores e apropriadores, seja na agricultura ou na indústria. Assegura ainda Wood (1988), que somente no capitalismo, a forma dominante de apropriação do excedente está baseada na expropriação dos produtores diretos, cujo trabalho excedente é apropriado exclusivamente por meios puramente econômicos.

A propriedade privada, portanto, legitimou a apropriação do trabalho de outra pessoa, à medida que foi avançando, sem agressões, coações ou ameaças como no escravismo. A propriedade privada faz uso da força ideológica e de “direito”, “liberdade” e possui uma força infinita de forma que ao colocar o trabalho como produtor de riquezas e a sua apropriação como forma de justificar a propriedade privada, ao mesmo tempo, realiza a exploração de trabalho alheio como absolutamente normal.

Engels (2011, p. 60) assinala ainda que:

Logo que se introduziu a propriedade privada da terra, criou-se a hipoteca (vide Atenas). Tal como o heterismo e a prostituição pisam os calcanhares da monogamia, a hipoteca adere à propriedade imóvel. Não quiseste a plena, livre e alienável propriedade do solo? Pois aqui a tens. "Tu l'as voulu, Georges Dandin."

Em nome da propriedade, criam-se valores que deixam de corresponder aos que atendem às necessidades humanas, gerando-se com isto, notadamente, artifícios e correspondentes econômicos. Perde o homem a essência humana, torna-se objeto e o objeto passa a ter mais valor do que do que o próprio sujeito.

A propriedade privada, como oposição à propriedade social, coletiva, subsiste onde os meios de trabalho e as condições exteriores do trabalho pertencem a pessoas privadas. A propriedade privada, porém, consoante serem essas pessoas privadas são trabalhadores ou não trabalhadores, têm também um outro caráter.

[...] Os infinitos matizes que ela à primeira vista oferece refletem apenas as situações intermédias que ficam entre estes dois extremos. A propriedade privada do trabalhador sobre os seus meios de produção é a base da pequena empresa, a pequena empresa é uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da individualidade livre do próprio trabalhador. Sem dúvida que este modo de produção também existe no interior da escravatura, da servidão e de outras relações de dependência. Mas ela só floresce, só lança toda a sua energia, só alcança a sua forma clássica adequada, ali onde o trabalhador é proprietário privado livre das suas condições de trabalho por ele próprio manejadas, o camponês do campo que ele amanhã, o artesão do instrumento em que ele toca como um virtuoso. (MARX, 2011, p. s/p).

Este modo de produção supõe a fragmentação da terra e dos restantes meios de produção. Assim como exclui a concentração destes últimos, exclui também a cooperação, impondo a divisão do trabalho no interior do mesmo processo de produção, a dominação e regulação sociais da Natureza, o livre desenvolvimento das forças produtivas sociais. Ela só é compatível com limites naturais estreitos da produção e da sociedade em que subsiste a exploração do trabalho.

Assim, a propriedade privada é a raiz de todos os males e fundamento da opressão humana, fato comprovado pelas análises de Marx e Engels. Desta forma, somente a abolição da propriedade privada representaria um espaço para a coletivização das relações de produção. Neste sentido, Marx e Engels assim se pronunciaram:

Nós, comunistas, temos sido acusados de querer abolir a propriedade adquirida pessoalmente, fruto do trabalho do indivíduo, propriedade que dizem ser o fundamento de toda a liberdade, de toda atividade e de toda independência pessoais. Propriedade adquirida, fruto do próprio trabalho e do mérito pessoal! Falais da propriedade do pequeno burguês, do pequeno camponês, que antecedeu à propriedade burguesa? Não precisamos aboli-la: o desenvolvimento da indústria já a aboliu e continua a aboli-la diariamente. Ou falais da moderna propriedade privada burguesa? Mas o trabalho assalariado, o trabalho do proletário, lhe cria propriedade? De modo algum. Cria capital, ou seja aquela propriedade que explora o trabalho assalariado e que só pode aumentar sob a condição de produzir novo trabalho assalariado para voltar a explorá-lo. A propriedade na sua forma atual move-se no interior do antagonismo entre capital e trabalho assalariado. Examinemos os dois termos desse antagonismo. Ser capitalista significa ocupar na produção não somente uma posição pessoal, mas também uma posição social. O capital é um produto coletivo e só pode ser colocado em movimento pela atividade comum de muitos membros da sociedade e mesmo, em última instância, pela atividade comum de todos os membros da sociedade. O capital, portanto, não é uma potência pessoal; é

uma potência social. Assim, se o capital é transformado em propriedade comum pertencente a todos os membros da sociedade, não é uma propriedade pessoal que se transforma em propriedade social. Transforma-se apenas o caráter social da propriedade. Ela perde seu caráter de classe. (MARX; ENGELS, 2003, p. 60-61).

Com base nesta percepção se infere que a revolução não ocorre necessariamente pela força, pois, na sociedade civil as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para os seus projetos através da direção e do consenso (GRAMSCI, 1978). A necessidade de conquistar o consenso como condição imprescindível da dominação impõe a criação e a renovação de determinadas instituições sociais que passam a funcionar como portadores materiais específicos, com estrutura e legalidade próprias das relações de hegemonia. Este é um dos propósitos do Estado que, para Marx, é um reflexo da sociedade civil, por isso mesmo ele deve ser exterminado, bem como a propriedade privada. Assim Marx e Engels sublinham que a propriedade privada precisa ser abolida, pois,

[...] Horrorizai-vos porque queremos abolir a propriedade privada. Mas, em vossa atual sociedade, a propriedade privada já está abolida para nove décimos de seus membros; ela existe precisamente porque não existe para esses nove décimos. Censurai-nos, portanto, por querer abolir uma propriedade cuja condição necessária é a ausência de toda e qualquer propriedade para a imensa maioria da sociedade. Numa palavra, censurai-nos por querer abolir vossa propriedade. De fato é exatamente isso o que queremos. (MARX; ENGELS, 2003, p. 62).

O que se conclui, portanto, é que “a luta entre democracia, aristocracia e monarquia, a luta pelo direito ao voto etc. não são mais do que formas ilusórias nas quais as lutas reais das diferentes classes são conduzidas.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 56-57). Logo, as lutas entre as classes sociais tem sentido se contribuir para definitivamente a classe formada pelos proletários, realizando suas organizações num período revolucionário, destruir o Estado da burguesia e criar um novo Estado capaz de suprimir a propriedade privada dos meios de produção. Outra maneira de se considerar a luta dos trabalhadores é através da instrumentação ideológica do processo de produção percebido como luta de classes.

No tempo por nós vivido, de domínio social e econômico do neoliberalismo, de hegemonia conservadora no âmbito das relações sociais como um todo, não temos como negar a dinâmica histórica da luta de classes. No esforço de compreender as diferentes manifestações dos conflitos sociais ao longo do tempo, fundamentamos nossas considerações nas afirmações de Eileen Wood em sua obra

Democracia Contra o Capitalismo onde a autora escreve sobre os conceitos de classe, consciência e luta de classes. Sobre a luta de classes a autora afirma [...] que a chamada acumulação primitiva de capital, a precondição da produção capitalista, nada mais é do que o processo – ou seja a luta de classes – [...]; ou seja a essência da subjugação do trabalho ao capital, sua exploração já é o produto da luta de classes. (WOOD, 2003, p. 76).

Neste viés, a autora defende a posição de que, a luta de classes precede a classe, pois as pessoas estão vivenciando, sentindo, e trabalhando sua situação de classe, esse processo de luta acaba por desenvolver sua consciência. A exploração é "vivida nas formas de classe e só então gera formações de classe" é dizer exatamente que as condições de exploração, as relações de produção existem objetivamente para serem vividas. (WOOD, 2003, p. 77).

1.3 A classe social e a consciência de classe

Várias considerações foram feitas sobre o tema classes sociais e consciência de classe. Não nos interessa aqui, descobrir grandes novidades teóricas ou sequer criar invenções ludibriantes sobre essas categorias. O que nos interessa é uma discussão acerca das interpretações das mesmas e ainda o enfoque da classe social como ator político e econômico coletivo.

As classes sociais precisam ser observadas e entendidas como um processo sócio histórico, a partir de observações empíricas e teóricas das suas relações entre apropriadores e produtores (WOOD, 2003). As classes sociais comumente são tratadas como categorias analíticas que nos permitiriam visualizar diferenças entre grupos sociais separados prioritariamente por fatores econômicos, nos quais as posições ocupadas pelos sujeitos nas relações de produção são fundamentais.

O conceito de classe social já faz parte do senso comum na atualidade: fala-se de classe na economia, na educação, na escola, enfim, nos mais variados setores este termo é empregado, mas sem muita reflexão sobre o que realmente significa e qual o emaranhado de situações.

O conceito comumente conhecido refere-se ao que foi construído por Karl Marx, embora o pensador não tenha definido realmente o que seja a classe social, porém, seus escritos ajudam a delinear um conceito. É o que se observa quando assegura que: “Nas primeiras épocas históricas, verificamos, por quase toda parte, uma completa divisão da sociedade em classes distantes, uma escala graduada de condições sociais.” (MARX, 2011, p. 7).

Marx, Engels (2011, p.16) afirmam que história de toda a sociedade até nossos dias consiste no desenvolvimento dos antagonismos de classes, antagonismos que se têm revestido de formas diferentes nas diferentes épocas.

As classes, portanto, segundo Marx, se constroem nas relações de produção, ou seja, no âmbito econômico, portanto, as relações de produção constituem as relações de classe, marcadas fortemente pelo antagonismo entre os detentores dos meios de produção e os portadores da força de trabalho, representando a burguesia e o proletariado. O fator econômico é a característica central desta definição de classe.

Em qualquer sociedade, as aspirações de uns contrariam as de outros. A história nos mostra que a vida social está cheia de contradições, que há luta entre povos e sociedades, assim como no seu próprio meio; além disso, uma sucessão de períodos de revolução e de reação, de paz e de guerra, de estagnação e de progresso rápido, ou decadência afirmam essas diferentes aspirações.

As aspirações contraditórias nascem da diferença de situação e de condições de vida das classes em que se divide qualquer sociedade. Afinal, a história de toda a sociedade até agora existente - escrevem Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* (2011) (excetuado a história da comunidade primitiva, acrescentaria Engels mais tarde) é a história da luta de classe.

Na sociedade, ocorre uma permanente luta que mede forças entre poderosos e fracos, opressores e oprimidos, o que se confirma na História dos homens concretamente determinados, constituída por uma inalterável luta de classes. Não há luta de classes sem que as classes sejam antagônicas, como Marx e Engels afirmam; estas classes seriam produtos das relações econômicas de sua época, mas toda luta de classes é uma luta política.

Assim, apesar das diversidades aparentes, como o demonstram diferentes formas de organização social: escravidão, servidão e capitalismo são essencialmente etapas sucessivas de um processo único. A base da sociedade é a produção econômica e, sobre esta base econômica se ergue uma superestrutura, com o Estado e com as ideias, concepções e instituições econômicas, sociais, políticas, morais, filosóficas e artísticas que a compõe.

Marx e Engels (2011, p. 15) auxiliam no entendimento de que os trabalhadores estão dominados pela ideologia da classe dominante, ou seja, as ideias que eles têm do mundo e da sociedade são as mesmas ideias que a burguesia dissemina. Assim como ele, também entendemos que é um absurdo que a humanidade inteira se dedique a trabalhar e a produzir subordinada a um grupo de grandes capitalistas.

À medida que uma classe se apropria do que a outra produz e, esta ao perder, devido à ideologia impregnada pela classe hegemônica e seus instrumentos de divulgação e dominação, acaba perdendo a sua visão de mundo e assume a dos dominantes como se fosse sua. Braverman, ao analisar a questão da classe e consciência assegura não pretender cuidar do estudo da moderna classe trabalhadora no nível de sua consciência, organização ou atividades pelas próprias limitações evidenciadas e buscou, portanto, dissipar tal preocupação da mente com a “teoria de que o necessário antes de tudo é um quadro da classe trabalhadora tal como existe, com a forma dada à população trabalhadora pelo processo de acumulação do capital.” (BRAVERMAN, 1987, p. 33).

Como já mencionamos anteriormente, o aspecto econômico é imprescindível, mas a supremacia de um determinado grupo, classe, perpassa, condiciona e determina a constituição de uma cultura social a ser seguida, reproduzida e também, por que não dizer, recriada pela mesma. Sobre este aspecto cultural e de construção e constituição histórico-social das classes, há muitos teóricos que apresentam contribuições elucidantes para a compreensão destas, dentre os quais destacamos Edward Thompson e Pierre Bourdier, com maior enfoque em E. P. Thompson.

Edward Thompson foi um historiador comprometido com as causas populares e um crítico vigoroso das classes dominantes. Dedicou grande parte de suas pesquisas ao processo de formação da classe operária inglesa, aos aspectos ligados a suas tradições, costumes e legado cultural dos povos.

É importante trazer suas afirmações sobre o que seriam estes costumes na constituição da chamada cultura popular:

No sec.XVIII, o costume constituía a retórica da legitimação de quase todo uso, prática ou direito reclamado. Por isso, o costume não codificado- e até mesmo o codificado- estava em fluxo contínuo. Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra “tradição”, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes. (THOMPSON, 1998, p. 16-17).

Ele situa o conceito numa proposta de materialidade da seguinte maneira:

[...] espero que a cultura plebéia tenha se tornado um conceito mais concreto e utilizável, não mais situado no ambiente dos “significados, atitudes, valores”, mas localizado dentro de um equilíbrio particular de relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e de resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência. Desse modo, assim espero, “a cultura popular” é situada no lugar material que lhe corresponde. (THOMPSON, 1998, p. 17).

A partir de suas investigações sobre a cultura popular, e a sua materialidade, o autor compõe uma gama de considerações sobre o conceito de classe social, vejamos algumas:

A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a elas transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural. (THOMPSON, 2011, p. 10-16).

Ainda, seguindo as suas construções práticas e teóricas sobre a temática, a classe é um fenômeno histórico composto por uma multidão de experiências em relação umas com as outras e, não seria apenas uma categoria analítica ou estrutural. O pensador explicita que:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram- ou entraram involuntariamente. (THOMPSON, 1987, p. 11-12).

Segundo suas colocações, a classe é um fenômeno histórico composto por uma multidão de experiências em relação umas com as outras e, não seria uma categoria analítica ou estrutural. Thompson assinala que:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram- ou entraram involuntariamente. (THOMPSON, 1987, p. 11-12).

Na mesma direção de Thompson, Kaye (1984, p.180-181, 185) afirma: “A classe existe à medida que existe o sentimento e a articulação de uma identidade, no lugar de uma identidade objetiva dos seus interesses.” Seriam então, estes, alguns dos aspectos que revelariam ou caracterizariam um determinado grupo como sendo uma classe social, mas cada um destes aspectos carrega consigo um emaranhado de acontecimentos, relações, ações e omissões. Estes movimentos dialéticos permitem que se estabeleçam outros conceitos e categorias como: classe em si e, sem esquecermos, é claro, da luta de classes e classe para si, a então chamada consciência de classe.

1.4 A consciência de classe e a especificidade do camponês

Na constituição e manutenção de qualquer classe social e grupo, seja ele hegemônico ou não, sabemos que se fazem necessários mecanismos de controle, indicação e estabelecimento de ideias, de status e reprodução social, ou seja, o estabelecimento de uma consciência social. Sobre a questão da consciência no mundo capitalista, Lukács (1974, p. 108) afirma que:

Assim como o sistema capitalista se produz e reproduz economicamente a uma escala cada vez mais alargada, também, no decurso da evolução capitalista, a estrutura da reificação penetra cada vez mais profundamente, fatalmente, constitutivamente, na consciência dos homens.

Aquele autor caracteriza o momento atual da consciência desta forma:

Agora, a luta social reflete-se numa luta ideológica pela consciência, pela revelação ou dissimulação do caráter de classe da sociedade. A possibilidade desta luta, porém, anuncia já as contradições dialéticas, a dissolução interna da pura sociedade de classes. (LUKÁCS, 1974, p. 73).

Esse momento da consciência só pode ser compreendido em sua totalidade histórica, ou seja, se for compreendido o momento vivido no sistema de relações sociais e econômicas vigentes, tal como Altvater (1987, p. 27) deixa claro ao tratar das possibilidades das classes se constituírem como sujeitos políticos organizados.

Com a criação de um sistema político de instituições voltadas para mediar a reprodução do domínio burguês, de sorte que esta hegemonia não se deva mais predominantemente (muito menos exclusivamente) às condições econômicas da reprodução, que constituem a “estrutura central” da sociedade burguesa, abrem-se novos campos de ação política para as classes, que passam a configurar-se como sujeitos políticos organizados.

A conversão do proletariado de classe em si para classe para si é uma legitimação social da história popular a partir dos direitos e costumes de acordo com o entendimento de Thompson. A partir da obra *Costumes em Comum*, com a análise da consciência de classe no cotidiano dos trabalhadores, Thompson nos permite compreender a interação entre classe social, cultura popular e consciência de classe, sempre na direção de uma formação contínua como auto fazer-se.

No entendimento do pensador, os motins realizados pelos trabalhadores, como uma reação contra o que estava sendo posto pela classe hegemônica, funcionam como resposta e manifestação da economia moral dos pobres que adquirem posicionamento como/de agente social que acaba interferindo junto ao governo. Estas ações populares, conforme Thompson, que foram realizadas pelos pobres, ocorreram em função da alta dos preços no século XVIII, coexistindo com o desenvolvimento do capital agrícola.

Assim, se evidencia um movimento da classe desempenhando o papel de luta em prol da classe e não como algo platônico, pois os conflitos de 1760 a 1832 marcam significativamente um processo de disputa. No entanto, ao contrário da continuação desta disputa, o que ocorreu foi uma simbiose entre os grupos sociais dominantes. Thompson faz um chamamento para uma nova análise histórica e social sobre a permanência da velha corrupção com uma nova roupagem, mas, de qualquer forma salienta que estes movimentos acabaram influenciando o pensamento do século XVIII em relação à organização da classe trabalhadora.

As mobilizações se dão naquele momento e envolvem questões como os costumes dos trabalhadores de comer o pão que é a base nutricional da população, predominando o pão branco, confeccionado a partir do trigo. A partir da implantação de um pão que não é o desejado pela população - no chamado Decreto de Regulamentação do Pão - ocorre a resistência da população que se revolta demonstrando sua indignação. Nesse caso o autor chama a atenção para os motins, que segundo ele seriam respostas dos que, de alguma maneira, consideravam-se com poderes para reivindicarem e serem atendidos, ou, segundo suas palavras:

O “motim” – um termo, em si, canhestro, que talvez mais oculte do que revele- não é uma resposta “natural”, ou óbvia” à fome, mas um padrão sofisticado de comportamento coletivo, uma alternativa coletiva a estratégias individualistas e familiares de sobrevivência. Não há dúvida de que os amotinados tinham fome, mas a fome não prescreve que eles devam se rebelar nem determina as formas de revolta. (THOMPSON,1998, p. 208).

Assim como Thompson, Marx insistentemente denunciou a desigualdade entre as classes sociais e, especialmente a superexploração de uma sobre a outra. Em seus escritos Marx (2011) afirma que com a exploração capitalista a sociedade polariza-se em duas classes distintas, burguesia e proletariado, devido ao fato de que apenas essas teriam condições de mudança e potencial de transformação social. Com estas considerações ele apresenta uma distinção com relação às outras classes presentes até então na história concreta dos homens.

Tentaremos esclarecer essa diferenciação com algumas considerações da obra *O 18 Brumário de Napoleão Bonaparte* (1851-1852), ao referir-se ao conceito de classe, trazendo as concepções de classe em si e, classe para si. Como classe faz afirmações *sobre os camponeses*:

[...] um grande número de pessoas não representa necessariamente uma classe social, mesmo que estas pessoas tenham a mesma atividade econômica, ou o mesmo gênero de vida. Na medida em que milhares de famílias camponesas vivem em condições que separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. (...) E deixam de formá-la à proporção que só existe entre os pequenos proprietários agrícolas um vínculo local no qual a identidade de seus interesses não engendra nenhuma comunidade, nenhuma ligação de plano nacional e nenhuma organização política. (MARX, 2007, p. 403-405).

Ainda nesta obra, assegura que a classe para si, a chamada consciência de classe, no caso dos camponeses, principalmente os ingleses⁸, paira apenas sobre o ponto de vista ideológico, por que:

[...] Eis por que a 'consciência de classe' dos camponeses se reveste de uma forma ideológica de conteúdo mais mutável que a das outras classes. E de fato é sempre uma forma de empréstimo. Eis por que os partidos que se baseiam parcial ou inteiramente nessa 'consciência de classe' jamais poderão ter uma atitude firme e segura. (MARX, 2007, p. 407).

Neste caso, Marx assinala que se torna, também, filosoficamente compreensível a impossibilidade de sua evolução na realidade histórica imediatamente dada. Assim, naquele momento, para Marx, não havia uma identidade de interesses, havia uma fragmentação dos camponeses enquanto classe, podendo assumir características diferenciadas. No contraponto, se fossem portadores de tal consciência, conduzir-se-iam a perceber a ausência de perspectiva de suas tentativas particularistas, em face da necessidade da evolução.

Estas características não destoam do que se vive no Assentamento em estudo, pelo que assegura Marcelo, um dos sujeitos da pesquisa:

[...] o que nos preocupa é que trabalhamos para desenvolver uma visão política e talvez a gente tenha errado, pensando que sairia daqui uma decisão política em relação a defesa de um partido político comprometido com nossa causa e hoje temos vários, cada um está apontando para um lado, interesses variados e vários partidos.(MARCELO, 2012).

A consciência de classe para Marx seria um problema de concessão relacionado aos interesses de classe. Esses interesses se orientam, segundo ele, em função de 'sintomas de evolução' e não da própria evolução e em função de manifestações parciais da sociedade e não do conjunto da estrutura de tal sociedade.

As condições econômicas transformaram, em primeiro lugar, a massa do povo em trabalhadores. A dominação do capital sobre os trabalhadores criou a situação comum e os interesses comuns dessa classe. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas ainda uma classe para si mesma. Na luta, da qual indicamos apenas algumas fases, essa massa se une e forma uma classe para si. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe. (MARX, 1982, p. 5).

⁸ Os camponeses da Inglaterra foram desapossados de suas terras através da prática da Lei dos Cercamentos de Terras. Essa fez parte do contexto comercial e de reprodução social do século XVIII, na Inglaterra. Essa política do governo inglês consistia na transformação das terras comuns aos senhores e servos, provenientes da antiga relação feudo-vassalo, em pastos para as ovelhas, o produto extraído das ovelhas foi uma das sustentações da expansão comercial inglesa. Para saber mais sobre o assunto verificar a obra *Causas da Revolução Inglesa*, 1529, de Lawrence Stone.

Com relação à classe operária o conflito inicialmente limitado (em algumas fábricas), vai sendo ampliado na medida em que se torna interesse comum a toda a classe. Assim, criam-se instrumentos e mecanismos adequados e, a partir disso, pode-se contestar a classe antagônica. Esse instrumento de contestação seria o partido político e o processo de constituição e formação dos instrumentos à consciência de classe.

Sobre a questão da consciência de classe, vários elementos foram explicitados e defendidos por Lukács em sua célebre obra *História e consciência de classe*, a qual não poderíamos deixar de trazer nesta proposta de dissertação, tamanha sua contribuição e influência na construção da teoria marxiana. Destacamos alguns aspectos, dentre eles:

Certamente, o materialismo dialético, que assim se formou, em nada contesta que os próprios homens cumpram e executem conscientemente seus atos históricos. Mas é, como assinalou Engels numa carta a Mehring, uma falsa consciência. (LUKÁCS, 1974, p. 63).

Nas afirmações de Lukács, esta consciência é falsa consciência, pois, responde e corresponde apenas situações imediatas da vida, nada reflexivas e nada duradouras, esvaziando-se rapidamente com a mudança de situações. Podemos claramente visualizar um trecho de sua obra, o qual afirma que:

Por um lado, aparece como algo que, subjetivamente, se justifica, se compreende e se deve compreender a partir da situação social e histórica, como alguma coisa de "justo"; e, ao mesmo tempo, aparece como alguma coisa que, objetivamente, é passageira com relação à essência do desenvolvimento social, que não se conhece nem se expressa adequadamente, e pois como "falsa consciência". Por outro lado, essa mesma consciência aparece sob essa mesma relação como carente subjetivamente dos alvos que a si mesma assinalou, ao mesmo tempo que aparece visando e atingindo os alvos objetivos do desenvolvimento social, desconhecidos dela e que ela não desejou. (LUKÁCS, 1974, p. 9).

Em vários momentos desta obra residem indagações com relação às supostas "capacidades" da consciência das classes, pois,

[...] o que importa é a seguinte questão: que ponto a classe em questão cumpre "conscientemente", até que ponto "inconscientemente", até que ponto com uma consciência "justa", e até que ponto com uma consciência "falsa", as tarefas que lhe são impostas pela história? (LUKÁCS, 1974, p. 59).

Ele ressalva as colocações de Marx de que apenas o proletariado teria as condições necessárias para tornar-se uma classe para si com consciência de si e com capacidade de transformação. Nessa ótica, para o pensador,

O que a consciência do proletariado reflete é, pois, o elemento positivo e novo que brota da contradição dialética da evolução capitalista. Não é portanto, algo que o proletariado invente ou crie a partir do nada, pelo contrário, é a conseqüência do processo de evolução na sua totalidade; este elemento novo só deixa porém de ser uma possibilidade abstrata para se tornar uma realidade concreta. (LUKACS, 1974, p. 227).

Nesta direção, seguem suas afirmações sobre a capacidade de transformação do proletariado, que estão ligadas a capacidade que o mesmo adquiriu pela construção também teórica e metodológica de sua concepção do real e da compreensão da História. Lukacs discute ainda a questão da consciência da posição de classe e da vocação quando sublinha que:

A consciência que o proletariado toma da realidade social, da sua própria posição de classe, e a vocação que daí lhe veio- o método da concepção materialista da história - são também produtos deste mesmo processo de evolução que o materialismo histórico, pela primeira vez, conhece adequadamente e na sua realidade. (LUKACS, 1974, p. 37).

Reafirma esta ideia ainda mais objetivamente quando trata sobre o Conselho Operário:

O simples fato de cada revolução proletária ter, por exemplo, produzido- de uma forma cada vez mais intensa e mais consciente- o órgão de luta do conjunto do proletariado, que se torna órgão estatal, o conselho operário, é um sinal de que a consciência de classe do proletariado está em vias de ultrapassar vitoriosamente a mentalidade burguesa de sua camada dirigente. (LUKACS, 1974, p. 95).

Como já apresentamos anteriormente, tanto Marx, quanto Lukács revelam ser o Partido a máxima expressão da ética e da consciência de classe do proletariado, o órgão responsável por exprimir e moralizar as ações do proletariado. Desta forma, Marx e Engels se referem ao partido que luta:

[...] de acordo com a burguesia, todas as vezes que esta age revolucionariamente: contra a monarquia absoluta, a propriedade rural feudal e o espírito pequeno-burguês. [...] nunca, em nenhum momento, esse partido se descuida de despertar nos operários uma consciência clara e nítida do violento antagonismo que existe entre a burguesia e o proletariado, para que, na hora precisa, os operários alemães saibam converter as condições sociais e políticas, criadas pelo regime burguês, em outras tantas armas contra a burguesia, a fim de que, uma vez destruídas as classes reacionárias da Alemanha, possa ser travada a luta contra a própria burguesia. (MARX; ENGELS, 2009, p. 20).

Neste sentido, o Partido estaria se colocando, em todos estes movimentos, e em primeiro lugar, como questão fundamental, colocaria “a questão da propriedade, qualquer que seja a forma, mais ou menos desenvolvida, de que esta se revista.” (MARX; ENGELS, 2009, p. 20).

No entendimento do Senhor Odone (Assentado sujeito da pesquisa), o MST, no contexto do movimento seria mais que um Partido:

Eu acho que o MST, não segue nenhum Partido Político nós apoiamos alguns candidatos, ou partidos que tenham na sua proposta a defesa da reforma agrária, mas, o MST, por si só é mais que um Partido que organiza a gente na luta[...] que sustenta a nossa luta e a defesa dos interesses coletivos. (ODONE, 2011).

Na afirmação do Senhor Odone, evidencia-se que a questão da luta pelos interesses coletivos, identidade coletiva, está presente e manifesta-se de forma a contribuir com o entendimento de classe para si (no seu entendimento mais amplo que o Partido Político), pois, neste caso, o MST, não se descuida de despertar nos camponeses uma consciência clara e nítida da necessidade de superação da dicotomia: política do capitalismo para o campo versus a resistência camponesa na unidade familiar.

Ainda, reiterando a questão da classe e da classe em si, ou para si, no “*18 Brumário*” Marx esclarece que na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe.

O que torna os camponeses uma classe, é o fato de suas condições econômicas estabelecerem um modo de vida, interesses e uma cultura similares em oposição a outras classes. Isto se confirma com o movimento camponês, no caso brasileiro, primeiramente com o MST e sua trajetória de mais de vinte e sete anos de organização política estratégica de luta pela terra. Os participantes deste movimento iniciam esta jornada com o interesse pelo território, mas, com o fazer-se da e na luta passam a reconhecer os antagonismos presentes entre as classes formando uma classe com interesses em comum.

Em uma situação contrária, ao não estabelecerem uma comunidade de interesses, sem nenhum tipo de organização política, não constituem propriamente uma classe: não são uma classe-para-si. Marx assinala a discussão para o sentido de que, a influência política dos camponeses, encontra sua expressão final no fato

do poder executivo submeter a sociedade aos seus domínios, ou seja, os camponeses são dominados pelo poder de Estado que juridicamente e executivamente seria responsável pelas questões da redistribuições da terra e da propriedade e que, por supostamente não terem uma aliança e identidade comum de interesse ou pauta política neste sentido, não avançam como uma classe para si, ou com consciência.

No entanto, alguns autores defendem que não há distinções entre classe em si e classe para si. Entre eles destaca-se E. P. Thompson, para quem, sem consciência de classe não há classe em si. A consciência de classe não existe apenas em termos econômicos; mas sim seus hábitos, costumes, discursos e em decorrência disto, suas experiências. O conceito de experiência de Thompson faz parte do materialismo histórico, pois considera: que a linguagem é incorporada a uma ampla formação analítica que compreende a agência e a estrutura, o dito e o feito, o consciente e o inconsciente e, ainda, as intenções e consequências da ação individual e coletiva. (KIRK, 1994, p. 222).

No decorrer de seus estudos, Marx (2011, p. 13) detecta a existência de outros grupos econômicos, como pequenos artesãos e camponeses, que não estão inseridos no modo de produção capitalista e por tal razão, não submetidos à estrutura de classes da sociedade capitalista. Talvez por esta razão Marx tenha considerado que eles não são revolucionários, porque não estariam submetidos de todo ao modelo capitalista.

Por esta razão, em relação aos camponeses e artesãos, Marx, ao compará-los com o proletariado, afirma que ainda não havia consciência nem classe propriamente dita, pois,

[...] outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado pelo contrário, é seu produto mais autêntico. As classes médias - pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses - combatem a burguesia porque esta compromete sua existência como classes médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da História. Quando são revolucionárias é em consequência de sua iminente passagem para o proletariado; não defendem então seus interesses atuais, mas seus interesses futuros; abandonam seu próprio ponto de vista para se colocar no do proletariado (MARX, 2011, p. 130).

Em face do exposto, é interessante resgatar o fato de que, para Marx, a grande lei da marcha da história era a luta entre classes e que uma 'classe em si' pode transformar-se em uma *classe para si* (ter consciência de classe). A partir do momento em que os membros dela estão comprometidos numa luta contra outra classe, isto é, quando criam interesses comuns de classe entre si, e consciência do antagonismo de interesses em relação à classe oposta, no caso da classe hegemônica no poder, criam-se as possibilidades de transformação.

No caso específico dos camponeses e suas formas de resistência e possível consciência, existem fatos que demonstram sua identificação de interesses. Esta situação pode ser vista claramente no período dos Cercamentos das Terras, século XVIII. Thompson, em minucioso levantamento, traz novamente em *Costumes em Comum*, situações que demonstram a identidade dos interesses sempre ligada à questão do costume e do direito de uso comum das Terras que, com a lei estabelecida, foram gerados vários conflitos agrários. Destaca o autor que havia uma linha tênue entre a reivindicação do "direito" e o "motim" e o equilíbrio das evidências e, também, do poder, o que poderia determinar que a questão fosse resolvida fora dos tribunais.

Thompson (1998), entretanto, ao apresentar os estudos de Jeanette Neeson, chama à atenção para o que se poderia considerar a construção da luta pelos interesses dos camponeses. No caso destacado por ele, e estudado por Janete, revela-se um volume espantoso e uma variedade de formas de protestos dos camponeses, até então ocultadas nos registros. A autora salienta a destruição de registros, ataque a inspetores, passando até aos incêndios criminosos, à agitação e derrubadas das cercas, o que poderia continuar por anos depois do término dos cercamentos. Estes movimentos sociais, portanto, parecem indicar que os trabalhadores, embora sem muita organização, reagiram e se utilizaram dos recursos parcos dos quais dispunham para lutar.

Thompson ressalta que a consolidação da noção de propriedade rural, da venda, aluguel e da concessão dos títulos de propriedade, não foram coisas "fáceis" de serem aceitas e introjetadas no seio social, na época. Salienta ainda que a supressão dos costumes de uso e propriedades da terra, antes legitimados, foram de maneira resistente, tanto pelos camponeses, como pelos atores sociais urbanos que dela antes desfrutavam, arduamente defendidos, às vezes de maneira não muito organizada.

Para que possamos entender as abordagens sobre classe e consciência ainda nas colocações de Thompson recorreremos novamente aos escritos de Ellen Wood, já citados anteriormente, nos quais ela afirma tentar apresentar uma teoria mais elaborada de classe em Thompson do que ele mesmo esboçou de maneira explícita.

A autora afirma que elaborou tais colocações e escritas sobre as temáticas, em resposta a muitos críticos marxistas e antimarxistas que consideravam as colocações sobre classe feitas por Thompson insuficientemente “estruturais”, ou então, subjetivistas, voluntaristas, não reducionista de classe, quando alguns o acusam de entender que “as relações de produção não determinam a consciência de classe”. Para elucidar tais argumentos a autora cita Perry Anderson, que acusa Thompson de desprezar as determinações objetivas ou estruturais, é uma definição de classe excessivamente voluntarista e subjetiva. (WOOD, 2003.p. 75).

Mesmo com tais críticas a autora continua a concordar com as colocações de Thompson, afirmando ser ainda essa, a concepção capaz de capturar as questões mais gerais em discussão na teoria da classe, vejamos suas colocações:

A grande força da concepção de classe em Thompson é ser capaz de reconhecer e explicar as operações de classe na ausência da consciência da classe; e os que adotam o tipo de definição estrutural que seus críticos parecem ter em mente, não têm os meios de demonstrar a eficácia da classe na ausência de formações conscientes de classe claramente visíveis, nem de oferecer uma resposta efetiva à alegação de que classe é nada mais que um constructo teórico, ideologicamente motivado e imposto pela sobrevivência histórica. (WOOD, 2003, p. 75).

Avançando na argumentação define as colocações de Thompson e as suas também como: uma concepção sócio histórica da classe, com o foco das interpretações nas relações sociais, nas contradições e nos conflitos que permeiam e caracterizam os períodos históricos.

É nesse sentido que a autora afirma que a luta de classes, precede a classe, conforme já explicitamos anteriormente, pois a formação da classe pressupõem uma experiência de conflito e de luta, que surge das relações de produção, quanto no sentido de que há conflitos e lutas estruturados nas “formas de classe” mesmo nas sociedades em que suas formações ainda não são conscientes (WOOD, 2003, p. 78). Esta concepção considera a classe como relação e como processo, procurando tornar visível a classe e suas determinações como forças históricas, não apenas em suas posições estruturais, ou objetivas.

Podemos evidenciar com os autores consultados até o momento, como Thompson, Marx e Lukács, nos demonstraram que à medida que seus direitos eram retirados, ou quando a miserabilidade se tornava maior, os pobres se articularam e lutaram. Estas lutas, em alguns momentos, não indicavam que eles tinham consciência de classe, nem sequer um entendimento de classe em si ou para si. Pelo contrário, poderia ser que em alguns momentos, fosse uma falsa consciência. O importante é salientar que eles defendiam de forma ardorosa o que consideravam ser uma afronta, principalmente, à questão da propriedade da terra, no decorrer da história.

Na que diz respeito ao Assentamento Novo Horizonte II a questão das classes sociais e as lutas presentes, mostra-se evidente, especialmente, em relação à educação e às escolas. Os conflitos vividos permearam o período vivido no acampamento, a instalação do assentamento e continuaram intensamente após a ocupação do território.

As lutas continuam a ter um caráter de classe e na busca pela educação de seus filhos, os camponeses agem. Isto pode ser verificado nas afirmações de Simone, sujeito da pesquisa:

Nossas crianças ficaram muito tempo sem escola aqui no assentamento. Diferente do período em que estivemos no acampamento, pois lá a escola itinerante e os educadores faziam este papel [...] mas, a gente lutou de todas as formas, procuramos a prefeitura, os meios de comunicação, o promotor, a coordenadoria de educação, fizemos manifestação coletiva, procuramos o MEC [...] ainda não temos tudo o que queremos, mas pelo menos a promessa de que teremos escola aqui pra toda região. (SIMONE, 2012).

O que fica escancarado nesse momento de neoliberalismo, de antagonismos de interesses das classes e de classe, é a personificação do capital de maneira global, segundo Meszáros (2009), através de uma maquiagem cínica das estratégias de domínio capitalista, estamos vivendo à fase de dominação imperialista. Como estratégia hegemônica, os conflitos entre os antagonismos de interesse são caracterizados como conflitos individualizados, parecendo apenas conflitos imediatistas de vantagens para si, tanto para os trabalhadores que mantêm-se individualizados, quanto para os “pequenos capitalistas” que almejam saciar suas determinações objetivas.

Isto é extremamente interessante ao capitalismo, pois ao esvaziar a classe como categoria social, esvazia também sua capacidade de ação, resistência e questionamento, tornando as demandas da mesma apenas de cunho político imediato e assim responsabilidade apenas de um emaranhado de pessoas, constituintes de uma “*sociedade civil*”⁹. Meszáros chama a atenção para o assunto dizendo que:

É uma distorção não no sentido de que não existam conflitos entre indivíduos, porque estes certamente existem, mas porque não são inteligíveis sem o *antagonismo de classe* fundamental de que são parte integrante, pois é o antagonismo básico de classe que define o jogo para a confrontação global entre as duas *classes hegemonicamente alternativas* capazes de controlar de modo bastante diversos a ordem sócio- histórica. (MESZÁROS, 2009, p. 258).

O subitem sequencial trata sobre a questão identidade, que já esteve presente em nossas colocações deste capítulo quando referimo-nos a classe social, a consciência de classe e aos antagonismos de classe, lembramos que sempre há que existir o diálogo e a correlação das categorias com os nossos sujeitos da pesquisa.

1.5 A identidade e os camponeses

A partir das reflexões teóricas até o momento levantadas, podemos constatar que são os aspectos: trabalho, identificação de interesses, e antagonismos, classe, luta de classes, e aspectos da cultura, os fatores elementares que constituem e que utilizamos para nossa análise e argumentação sobre a categoria identidade.

Nesse aspecto, não se pode esquecer a totalidade abrangente do modo de produção capitalista como explorador de classe e assim formador das identidades sociais e de classe. Com este pressuposto, não encaramos a categoria identidade como a proposta pós-moderna a levanta, desagregando o mundo social, defendendo as realidades como particulares, fragmentárias e separadas, identidades individualizadas com demandas específicas, ou então, como caracteriza Wood (2003, p. 220).

⁹ Grifos nossos.

Os argumentos são mais ou menos assim: a sociedade contemporânea se caracteriza por fragmentação crescente, diversificação de relações e experiências sociais, pluralidade de estilos de vida, multiplicação de identidades pessoais. Em outras palavras estamos vivendo um mundo “pós moderno”, um mundo em que diversidades e diferença dissolveram todas as antigas certezas e todas as antigas universalidades.

Ellen Wood (2003) afirma que, a questão de identidade, é por definição, uma relação de desigualdade e poder, este aspecto também é levantado por Sérgio Sauer (2008), quando escreve que:

O conflito (disputa. de poder) está presente em todas as relações humanas e contribui para unificar (“comportamento fortemente idêntico em situação idêntica”) os membros de um grupo social, permitindo processos de ressignificação e reconstrução de identidade. (SAUER, 2008, p. 253)

Então em consonância ao que foi exposto acima, apresentamos nossa construção sobre a categoria identidade partindo do seguinte: os camponeses sujeitos de nossa pesquisa identificam-se devido a sua ocupação na divisão social do trabalho, ou seja, o que os caracteriza e estabelece a relação inicial de seu reconhecimento, como indivíduos pertencentes a um sistema social produtivo é o seu trabalho, o trabalho que desenvolvem na e com a terra. Marx nos auxilia no entendimento desta relação, homem, natureza, e o trabalho como riqueza, o que fica claro em suas palavras abaixo:

E a terra só é para o homem mediante o trabalho, a agricultura. Assim o trabalho não é ainda apreendido em sua universalidade e abstração, ainda está ligado a um elemento natural particular como [sendo] uma matéria, portanto ele também ainda é reconhecido apenas num modo de existência particular determinado pela natureza. O trabalho é, por isso, primeiramente uma exteriorização (Entausserung) determinada, particular, do homem, da mesma maneira que seu produto também é apreendido como um produto determinado-riqueza que cabe mais ainda a natureza que a ele próprio. A terra ainda é, aqui, reconhecida como uma existência da natureza (Naturdasein) independentemente do homem, ainda não como capital, isto é, como um momento do trabalho mesmo. (MARX, 2009, p.101).

Assim, com o desenvolvimento da estrutura do modo de produção capitalista, a decorrente expropriação das terras através da consolidação das propriedades privadas, e a subsequente contradição capital trabalho, gera-se um momento de desestruturação, chamado assim por nós, da relação do homem camponês com seu trabalho.

A partir do momento que este trabalho, seus respectivos rendimentos e propriedades integrais, “não lhe pertence mais”, causando assim o estranhamento, esse camponês sente-se deslocado, estrangulado sem o que o torna humano: o seu trabalho na terra, e assim de uma forma ou outra, sem poder deixar de trabalhar, acaba tendo que se adaptar às relações da terra como propriedade e capital.

Essa nova relação com o trabalho, permeia a vida dos camponeses trabalhadores, o que nos demonstra um dos sujeitos da pesquisa, a Maria, hoje assentada, que vem de um acampamento da região de Sarandi. Neste trecho de depoimento sobre o tema: trabalho e história de vida antes do acampamento:

Desde que eu me entendo por gente já trabalho na roça, quando a gente era pequena a mãe botava a gente na carroça e levava junto, a gente era muito feliz, [...]. Mas tinha dificuldade de tudo, depois eu cresci e fui pra cidade trabalha de doméstica, não sei como pude vive lá..

[...] Daí minha mãe fico doente, meu irmão vendeu as terra pra paga umas dívida, acho que nem conhecia o home que compro, esse aí compro as terra de todo mundo que morava lá perto [...] ai, eu casei, quando casei eu e meu companheiro resolvemo ir trabalha de caseiro em uma granja de porco, ganhava poco mas plantava tudo que comia, eu adorava i na lavoura, na minha horta, mas era muito serviço , muito, e poco dinheiro, ainda tinha as criança, nem dava pra se vesti direito [...]. [...] Aí tinha uns cara lá perto que conheciam o movimento e falaram que podia ir lá e consegui um pedaço de terra, era nosso sonho, nossa chance [...] trabalha em chão nosso, do nosso jeito, tudo que a gente queria [...].

Em grande parte da sua fala Maria expõe o trabalho como parte central da sua vida, o papel que o trabalho desempenha em sua constituição enquanto sujeito, e a condição, de ter que, algumas vezes, negar o seu próprio ser, sua realização no/do trabalho devido a estrutura de exploração e expropriação da terra e do trabalho pelo sistema capitalista. Mesmo sem ter mencionado o entendimento sobre o sistema, isso é o que podemos compreender com as referências: “a gente era muito feliz, [...]”, “mas tinha dificuldade de tudo; [...]”, “ou meu irmão vendeu as terra pra paga umas dívida, acho que nem conhecia o home que compro”, ainda neste relato: “[...] eu adorava ir na lavoura, na minha horta, mas era muito serviço , muito, e poco dinheiro, ainda tinha as criança, nem dava pra se vesti direito [...].”

Estas falas remetem aos momentos de destituição ou então de destruição, da relação trabalho-terra-camponês, o que é marcado pelo constante conflito de interesses contido na formação e consolidação deste modo de produção.

Fernandes (2008 p.178) denomina estes conflitos de ‘conflitualidade’¹⁰, e assinala que ela acontece devido à contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais.

O acirramento das estruturas do capital e da política de acesso às terras fez e faz com que estes sujeitos, desloquem-se à procura de “chances” de restabelecerem seu vínculo com o trabalho no qual e com o qual se identificam trabalho que resgate uma vida digna (RIBEIRO, 2009, p. 424). Buscam um trabalho com o qual se aproximem da sua condição de homens e mulheres realizados com e no trabalho. Esta busca, e a constante movimentação, também são claras, na descrição do tema de entrevista: trabalho e história de vida antes do acampamento, no trecho do depoimento de um dos sujeito Senhor Odone:

Nasci numa cidadezinha do interior, família grande de italianos, vivíamos em casa simples, mas, sempre nos alimentávamos bem, a vó fazia um pratão de polenta com queijo e depois íamos pra lavoura, trabalhávamos muito na terra com a vó e a mãe, depois cresci e como ficou difícil lá, fui pra Porto Alegre lá trabalhei de viajante, caminhoneiro, frentista, constituí família, e no meio dessa caminho, sentia muita saudades da nossa vida com terra, [...]. Compramos um sitiozinho pertinho de Porto Alegre, as coisas começaram a complicar, me separei, e fui ao Mato Grosso trabalhar pra um dos meus irmãos que foi pra lá e comprou umas terras, era muito lindo mas muito veneno, sempre passava na soja e no trigo, mas não me sentia muito bem, então eu voltei pra o Rio Grande e a minha família tinha ido morar no sítio, fui também lá a gente produzia todos os alimentos possíveis, feijão, tomates, verduras, tinha todos os animais que precisava para comer também, mas só dava mesmo pra comer, a família era grande e a terra muito pequena... Foi quando um vereador ofereceu uma terra pra arrendo a gente não tinha como pagar, aí ele falou sobre o movimento pro meu filho, tive um pouco de medo, mas ter a nossa terra, era um sonho [...]. Então eu e meu filho arrumamos tudo e fomos [...]. Por que eu sei que nasci pra trabalhar na terra [...].

Em decorrência das situações e experiências de destruição e recriação das suas relações com a terra, esses sujeitos, e muitos outros, viveram grandes movimentações e deslocamentos, e procuraram maneiras e pessoas, que viveram os mesmos problemas e conflitos com relação ao trabalho e exploração dele. Sobre essa questão Sauer *apud* BUANIM defende que:

A construção identitária, no entanto, não é só anterior ao acesso a terra, mas começa a ser gestada antes mesmo do acampamento. A própria decisão de acampar exige que as pessoas assumam que são “sem terra”, dando início a uma nova identidade. Independentemente das motivações, a decisão de “enfrentar essa luta”- até mesmo contra a vontade dos familiares e amigos- é tomada, assumindo também a noção e a realidade de conflito,

¹⁰ O autor chama atenção em sua escrita para esta palavra e a considera inseparável do desenvolvimento, um sendo consequência do outro.

pois as pessoas sabem “o que as espera”. (SAUER apud BUANAIN, 2008, p. 258).

Seguindo nossas argumentações chegamos a o primeiro indício da constituição de uma identidade camponesa, o trabalho na agricultura, esse permeado pelas contradições do próprio sistema, mas que leva a constituir em fator aglutinador de pessoas e conseqüentemente de interesses em comum. Este é o segundo fator desta identidade, os mesmos interesses, que são reconhecíveis nas falas de nossos sujeitos, quando relatam o motivo da sua ida ao acampamento. Vejamos agora o relato de Nilza sobre o assunto:

Ah professora a gente sempre quis ter uma terra suficiente para poder plantar, pra nós e pra vender um pouquinho das coisas, mas ninguém ia nos dar, ou então dividir a sua terra com nós, risos [...]. Imagina! O que esses fazendeiros ou empresários querem é que a gente trabalhe pra eles e bem baratinho ainda [...]. Eles querem ficar cada vez mais rico, e a gente [...] a gente só quer dignidade e melhora um pouco a vida, te mais qualidade, entende. Por isso que a gente veio pro MST, pois lá as pessoas que não tem nada, encontram outras que também não tem, mas que querem juntas luta pra te alguma coisa [...].

Neste trecho fica claro o interesse do trabalho e do acesso à terra, e a sua compreensão dos interesses diversos dos que já possuem a propriedade da terra e o controle dos meios de produção, além disso, Nilza consegue identificar-se com outras pessoas que vivem as mesmas condições que ela, e que, segundo ela, possuem os mesmos interesses. A decisão de tornarem-se acampadas faz com que estas pessoas tenham de assumir um lugar na estrutura social, mesmo que seja um lugar de “sem”, sem direitos, sem trabalho e principalmente “sem terra”, mas, com atitude para deixarem de ser “sem” para como diz o depoimento de nossa entrevistada, “[...] te alguma coisa”. Sauer (1998, p. 258) sobre esses acontecimentos e atitudes, argumenta:

A novidade que se apresenta-ser um “sem terra”, acampado- é fundante dessa nova identidade, mas precisa ser “explicada”, dotada de sentido e familiaridade. Além de explicar, essa familiaridade permite que as pessoas se situem no mundo como atores sociais. A atribuição de sentido às coisas e realidade permite que a própria pessoa se familiarize com elas, construindo o seu lugar na realidade social, inclusive em relação às ameaças e conflitos iminentes, constituindo-se como uma pessoa que luta por seus direitos.

Nos acampamentos, estes sujeitos enfrentam situações diversas, mas cada vez mais reconhecem em seus “companheiros”¹¹ atitudes, costumes e hábitos que são familiares para si mesmos e a suas famílias, pois estes camponeses mantêm um estilo de vida próprio, um mundo cheio de simbolismos, linguagens e musicalidades, ritos próprios de sua constituição cultural. Isso nos leva a refletir acerca da representação que os sujeitos que habitam este espaço têm de si e deste local, com toda a vida cotidiana inscrita, vivida e significada. Nesse sentido observamos o que assegura Nilza, quando fala do tema: o que você e os outros assentados têm em comum:

O povo do acampamento tinha o mesmo modo simples de falar, meio desconfiado no começo, coisa de gente do interior... A gente gostava de se reunir pra conversar depois das tarefas do dia, a dia, fazer picunha¹² do que aconteceu, ou de alguém, risos [...]. E também tocava quase em todos os barracos as rádios com aquelas músicas antigas de viola, sabe? Todo mundo reconhecia um sem terra, sempre cheio de tralha, falando meio errado às vezes, mas sempre dando opinião e com cheiro de fumaça do jipão¹³, risos.

Sobre o que a questão cultural pode ser na constituição dos sujeitos Thompson escreve que:

[...] um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um sistema. (THOMPSON, 1998, p.17).

Este é o sentido que nossa reflexão e análise assumem a partir daqui, as experiências destes sujeitos na coletividade, a formação de uma identidade coletiva, e de classe, e o pressuposto para isso como vimos até agora, são o trabalho, o compartilhamento de interesses e seus possíveis antagonismos, e a sua composição cultural.

¹¹ Esta expressão é comumente utilizada pelos assentados em seus depoimentos, e segundo eles, faz parte da vida dos sem terra é a referencia as pessoas que vivem juntas, as experiências da luta.

¹² Picunha é uma expressão muito utilizada entre os integrantes do MST do Rio Grande do Sul, e significa o mesmo que fuxico, fofoca.

¹³ Jipão é um fogão a lenha feito de barro que compõem os utensílios de quase todos os barracos de lona dos acampamentos.

Mas estes sujeitos foram para os acampamentos para conquistarem um novo território, e para isso, uniram-se em um grupo que, queria gerar uma intervenção política nas políticas de acesso e divisão das terras. Ao comporem estes movimentos sociais, devido aos conflitos, experiências diárias, e as atitudes de manifestação, diálogo e protesto, desenvolveram uma identidade coletiva, de Sem Terra, em nosso caso de pesquisa, de integrantes do MST. Sobre os movimentos sociais e as identidades, Ilse Sherer Warren faz tais considerações:

Movimentos sociais, [...], são redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas e que conectam, de forma simbólica, solidarística e estratégica, sujeitos individuais e atores coletivos em torno de uma identidade ou identificações comuns, de uma definição de um campo de conflito e de seus principais adversários políticos ou sistêmicos e de um projeto ou utopia de transformação social. (WARREN, 2007, p. 3).

Os sujeitos da pesquisa chegaram aos acampamentos e encontraram um Movimento Social com mais de dezessete anos, anos de acúmulo de luta pela terra, e identidade coletiva e camponesa, mas que, para eles foi vivenciado de forma única, e coletivamente de forma única também. Sobre os acampamentos trazem lembranças sobre a dificuldade, a penúria, o conflito, mas afirmam com muita convicção de que foi no mesmo que “entenderam’ que faziam parte de uma classe, de trabalhadores, do campo e que do outro lado estavam os grandes proprietários e os burgueses, é o que permeia a fala de outro sujeito de nossa pesquisa, Marcelo diz-nos que:

O acampamento foi um tempo muito difícil, eu sempre lutei meio que sozinho, sempre tentei fazer as coisas pra melhorar sozinho, eu não compreendia na época que não existe herói, ninguém que faz nada sozinho [...]. E daí a partir de ter conhecido o movimento, de estar no acampamento, participar de algumas ações, eu comecei a compreender a questão da união, a questão de fazer as coisas coletivamente, da luta coletiva mesmo [...]. Entendi que eu tinha pessoas diferentes um pouco de mim, mas iguais também por que queriam as mesmas coisas e a gente tinha unidade [...]. Quase ninguém vai acampar por ideologia e a partir da luta, do acampamento tu começa a ver, todos os latifundiários, todo aparato de polícia do estado, todos contra ti [...]. a gente sente na pele a opressão, ali a gente conhece o nosso inimigo, sabe o quanto de poder tem a burguesia, mas também reconhece nossos companheiros... Quem te estende a mão, quem luta contigo, quem realmente é como tu, trabalhador, camponês e lascarado [...].

Com estes trechos podemos perceber a identificação dos sujeitos com o pensar, agir e acontecer coletivo, com a formação da identidade coletiva dentro e nos movimentos sociais, para esclarecer tais colocações, Delgado (2010, p. 54) defende que:

Das novas identidades surgidas, três ganharam uma considerável importância política ao longo dos anos 1990, os “sem terra”, os “assentados” e os “agricultores familiares”, em função da intensidade e abrangência das tensões e lutas sociais existentes, do avanço da crítica intelectual e política, ao modelo dominante de modernização e da consciência crescente que o fortalecimento desses movimentos sociais e o entendimento das demandas de seus representados exigiam entrar pesadamente na disputa pelos recursos públicos administrados pelo Estado por meio das políticas públicas.

Nesta perspectiva, a afirmação do Marcelo nos faz perceber ainda, o quanto imbricadas estão as categorias identidade, classe e consciência de classe. Neste sentido, as relações presentes são extremamente dialéticas, pois, não há como separar, nem imaginá-las de forma fragmentada ou estanque, o que reafirma a importância do método de pesquisa que estamos empregando neste trabalho. Ainda, no e sob o mesmo enfoque, precisa ser considerada a questão da terra e as relações de trabalho, conforme pudemos analisar no capítulo anterior, e também neste.

Este é o ponto que trataremos no capítulo seguinte, quando analisaremos as ações realizadas pelo Estado e pelos grandes proprietários em relação à política e divisão de terras, através de uma breve retrospectiva histórica, que pretende apenas servir como um fio condutor para as futuras interpretações.

2 A QUESTÃO FUNDIÁRIA BRASILEIRA E SEUS DESDOBRAMENTOS HISTÓRICOS

No meio rural brasileiro a questão agrária é a expressão máxima da luta de classes, onde interesses antagônicos frequentemente se chocam e enfrentam. A classe hegemônica quando não consegue de maneira sutil e ideológica manter suas vontades e domínio, utiliza-se de outros mecanismos de controle e coerção, dentre eles o aparelho de Estado.

As questões que envolvem a terra e o sistema agrário¹⁴, entretanto, não são novas e nem tem apenas o Brasil como espaço de disputa e de tensões. Ao contrário, a concentração fundiária tem sido um processo histórico de longa data, tanto no Brasil, como nos demais países denominados “em desenvolvimento”, sendo que a grande maioria deles, discutem as políticas de democratização de acesso à terra.

A luta pela terra não pode ser desconsiderada quando se discutem políticas de democratização de acesso a terra e essa democratização do acesso a nível mundial dá-se a passos lentos, as vezes até irrisórios ou quase insignificantes, comparados aos números de despossuídos.

O Estado é a instituição a que compete desenvolver uma política de reforma agrária, mas isso não tem realmente conseguido se efetivar. Os estudos realizados pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa Agrário e Desenvolvimento Rural (NEAD) trazem-nos algumas considerações importantes sobre a evolução dos sistemas de domínio de terras e das estruturas agrárias, principalmente no que se refere as estruturas agrária da América Latina e dos chamados países em desenvolvimento. O núcleo situa a questão da posse da terra como questão de ganhos e perdas em um mundo em processo de modernização agrícola e de capitalização da questão agrária, cuja contrapartida desta questão, inicialmente, se identifica com um conjunto de relações entre seres sociais.

¹⁴ Também entendemos e utilizamos o termo sistema agrário como um arcabouço institucional amplo, onde acontecem as atividades agrícolas, abrangendo assim as questões do crédito, comercialização, processamento de produtos agrícolas, assistência técnica, políticas públicas e outras questões pertinentes as populações rurais, esta delimitação conceitual foi realizada pela Organização das Nações Unidas pela Agricultura e Alimentação (FAO).

A posse da terra, todavia, como a posse de qualquer outro ativo, é essencialmente um subconjunto de relações sociais. Isto implica um pacote de direitos e deveres, sancionados consensualmente, ou por lei, que regulam as relações entre os indivíduos, famílias ou grupos e classes sociais, comunidades, entidades corporativas e o Estado, com relação ao acesso à terra e seus produtos. Desta maneira:

As políticas de Estado em quase a totalidade dos países em desenvolvimento vêm incitando a incorporação das populações e dos recursos naturais aos mercados nacionais e mundiais. Ao final do século XX, praticamente não existem mais comunidades que não tenham sido incorporadas, de uma maneira ou de outra, à rede global de mercados mundiais e nacionais. A Terra e o trabalho, cada vez mais, são tratados como *commodities* a serem empregados “racionalmente” de modo a maximizar os retornos monetários líquidos para os proprietários privados e para o Estado. (BARRACLOUGH, 2001, p. 381,383).

A estrutura fundiária brasileira no decorrer de seus mais de quinhentos anos apresenta algumas modificações com relação a domínio de seus territórios, algumas dinâmicas de correntes migratórias e de ocupação de diferentes espaços em diferentes tempos. Tudo isso fruto de interesses, hora de ocupação e garantia de manutenção de territórios por parte de quem conduzia o poder instituído, ora por extensão de políticas internacionais de capitalização e ampliação de mercados consumidores e de produtores de matérias primas de baixo custo e, em contrapartida, a atuação dos povos que ocupavam, provinham e identificavam-se com a vida nas áreas rurais.

Sem dúvida alguma, um dos traços mais marcantes do sistema produtivo brasileiro é a extrema desigualdade na divisão das terras adequadas a agricultura. A maior parte do território ocupado para este fim encontra-se concentrado em um pequeno grupo de proprietários, que muitas vezes não os utilizam para a produção, mantendo enormes faixas de terras ociosas.

Contrastando com grande quantidade de pequenos proprietários, ou trabalhadores rurais sem-terra que, restritos a áreas ínfimas, não conseguem muitas vezes produzir nem o suficiente para a própria alimentação, somando-se a esta situação o fato de que os maiores investimentos e os melhores solos encontram-se hoje voltados para a exportação ou a produção de matérias primas industriais, em um país com cerca trinta e cinco milhões de famintos.

Esses dados só vêm ressaltar a gravidade do problema que salta aos nossos olhos, não só pelas cotidianas notícias de conflitos pela posse da terra no meio rural, mas que tomam as ruas em passeatas exigindo maior igualdade e justiça social. Evidentemente, reduzir a discussão a um jogo entre bandidos e mocinhos significa simplificar um problema grave, que se estende desde o período colonial e que não é uma exclusividade brasileira. Ao longo da história do Brasil a concentração da propriedade das terras a um reduzido grupo, contrastando com a situação de penúria da grande maioria da população foi marcada por conflitos que tem características distintas em cada período.

Assim, para que possamos entender o problema da concentração das propriedades rurais hoje, é fundamental que compreendamos como ele vem se desenvolvendo ao longo do tempo, de que forma os diferentes grupos sociais o perceberam e, que tipos de discursos fizeram a respeito. Isso nos permite avaliar com maior coerência as vozes e as práticas que se levantam hoje para defender ou criticar a existência das grandes propriedades rurais.

Essa correlação de forças e de interesses dos diversos atores sociais, as ações e reações do Estado em relação à política agrária e, com ela as propostas de Reforma Agrária e seus desdobramentos na Educação dos povos do Campo, portanto, merecerá ênfase neste capítulo, com um enfoque maior no período denominado Revolução Verde¹⁵ de políticas de desenvolvimento agrícola industriais, bem como o período da referida pesquisa, que inicia no ano de 2006, indo até 2011.

Com este foco colocam-se ainda as políticas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e sua postura de “negligência ou conivência” com os interesses das classes dominantes que se utilizam da ideologia dominante para realizar seus intentos.

¹⁵ A expressão Revolução Verde foi um emaranhado de esforços políticos de Estado, iniciados na década de 1940 a nível mundial e intensificados na década de 1960 no Brasil, para introduzir no país um novo modelo produtivo para a agricultura, com ênfase na produção mecanizada de alta escala de incentivo ao uso de componentes químicos para correções do solo e do plantio, essas técnicas tem o intuito de aumentar consideravelmente a produtividade.

2.1 A expansão industrial agrícola e a espoliação camponesa

Durante os anos do Governo Vargas foram criadas várias agências de estudo e implementação de políticas de desenvolvimento. Estas agiam sempre com intuito de afirmar e enaltecer as ações do Estado, valorizando também o local onde estavam inseridas, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, hoje BNDES), o Plano Nacional do Carvão, a Superintendência Valorização Econômica da Amazônia, o Banco do Nordeste, entre outros empreendimentos e iniciativas. Esse contexto de Estado centralizado, organizado e principalmente focado no desenvolvimento foi imediatamente absorvido e colocado em prática com força total com o sucessor governamental Juscelino Kubitschek.

Claro que não foi por acaso o suicídio de Getúlio. A instabilidade política e econômica gerada pela segunda Guerra mundial, o tropeço histórico dos regimes totalitários, a própria industrialização dependente, deram margem as disputas pelo poder internamente e a falência do período Vargas.

Café Filho assumiu a presidência e logo relegou os principais cargos de administração a compositores ou apoiadores da União Democrática Nacional (UDN). Com uma aliança entre o PTB e o PSD, lançam-se a candidatura presidencial Juscelino Kubitschek e João Goulart que alcançam o pleito e vencem em 1955, com uma grande relutância dos partidários da UDN e apoio de patentes das Forças armadas e Brasileiras, a retomada do controle e acordo com as Forças Armadas, então em 07 de Janeiro de 1956 o Tribunal Superior Eleitoral declara a eleição legal e os respectivos eleitos tomam posse ainda em 31 de janeiro do mesmo ano.

O período governamental de Juscelino ficou caracterizado pelo esforço à conciliação. Esta era a orientação geral do PTB, o que significa continuar agradando tanto as esferas dominantes como as dominadas e, nesse caminho, o governo instaura ousados programas para o suposto crescimento econômico e desenvolvimentista. Esse Plano de Metas tinha como principal objetivo o crescimento do país com o discurso de 50 anos em 5. Para isso foram realizados pesados investimentos na indústria de base, educação, áreas de alimentação, energia e transporte.

O retrato da ousadia e visionarismo deste governo, foi a construção de uma nova capital para o Brasil. Brasília foi estrategicamente projetada, toda a arquitetura estava voltada ao modernismo e apresentava traços levemente futuristas também. Esses vultuosos investimentos abriram as portas de maneira intensa ao capital estrangeiro e a um endividamento estatal.

O esforço modernizante tem efeito imediato na questão agrária. Já mencionamos anteriormente a chamada Revolução Verde, mas nesse espaço apresentamos algumas de suas conseqüências. Na verdade, nesse período, tem-se uma transição do modo manual e com a utilização e manejo natural(tração animal, adubos produzidos na pequena propriedade) para um modo de produção industrial e mecanizado é o que nos esclarece Celso Furtado:

A passagem da agricultura tradicional para a moderna vai acompanhada de modificações importantes, ao nível da formação dos custos, nas relações intersetoriais. Ao passo que o manejo tradicional os insumos agrícolas são originários da própria agricultura, no manejo moderno elas procedem principalmente da indústria: maquinaria, adubos químicos, defensivos, combustíveis fósseis. Portanto a formação dos preços da agricultura moderna, ocorre em grande parte fora da agricultura, mais precisamente, se insere em estruturas oligopolistas investidas de forte poder de mercado. (FURTADO, 1983, p. 27).

Nessa linha são vários os efeitos diretos do processo de capitalização agrícola nas pequenas propriedades, as mudanças estão relacionadas ao latifundiário que agora tem apoio de empresas ou torna-se uma delas, do empregador, que agora se torna institucional através dos bancos e de seus financiamentos, do comerciante agrícola que vira intermediário oficial através de cooperativas e Ceasas (SILVA, 1982), e da introdução da tecnificação das produtividades. As unidades produtivas camponesas ficam extremamente dependentes das estruturas de mercado, no que tange a compra de insumos, a obtenção de seus meios de sobrevivência, na venda de suas mercadorias e em sua força de trabalho, tanto quando a fornecem as grandes empresas, quando necessitam de mão de obra extrafamiliar.

Sobre essas mudanças características das décadas de sessenta e setenta, José Graziano da Silva destaca:

[...] Nesse caso dificilmente podemos admitir que a pequena produção no Brasil esteja sofrendo um processo geral de diferenciação de modo a convertê-los em pequenos capitalistas do tipo *farmer*. A tecnificação ocorre na maioria das vezes por imposição do grande capitalista-comprador, que exige uma padronização da produção, ou por necessidade inerente do

próprio tipo de cultivo, pois a maioria das culturas que os pequenos produtores são obrigados a plantar (tomate,uva,fumo, hortigranjeiros,etc...) só são altamente produtivas quando acompanhadas de um verdadeiro "pacote tecnológico", o qual, por sua vez, é uma imposição do grande capital industrial, que produz os chamados "insumos modernos". (SILVA, 1982, p. 137).

Outro fator de mudança radical das vias produtivas no Brasil foi a saída dos camponeses em sua maioria despossuídos, ou então com sobrevivência e trabalho ínfimos no campo para a cidade. O chamado êxodo rural, que por nós é tratado como expulsão e não como opção trabalhadora, teve como parte integrante o desenvolvimentismo industrial que ocorreu nas indústrias urbanas e nas propriedades rurais; na área urbana o país vivenciou um "boom demográfico" com relação a ocupação das cidades e o decorrente esvaziamento dos campos, sobre essa situação José Graziano da Silva argumenta:

Em resumo, a manutenção de um elevado grau de concentração da terra no país funcionou como um acelerador do processo de urbanização. Por isso é que quando analisamos a evolução no tempo da força de trabalho ocupada no Brasil, destaca-se a rápida redução relativa do número de famílias ocupadas no setor agrícola. Por exemplo: em 1960, a distribuição da população ativa entre agricultura e indústria era meio a meio; em 1970, apenas 40% das famílias ocupadas no país dedicavam-se à agricultura. Tomando-se os valores absolutos, o aumento "das atividades não agrícolas fica ainda mais evidente: de 6,7 milhões de famílias ocupadas, em 1960, passamos a ter 1,2 milhões em 1970, isto é, quase o dobro". (SILVA, 1998, p. 58).

Sobre os dados estatísticos e numéricos desta movimentação geográfica de mudança territorial, ou seja, do êxodo dos povos do campo para a cidade, Girardi nos apresenta em uma bela sistematização no Atlas da Questão Agrária, da qual utilizaremos do enfoque nos períodos de 1950 a 1970:

Em 1950 a população rural brasileira era de 33.161.506 hab. e correspondia a 63,84% da população total. Vinte anos depois os habitantes das zonas rurais eram 41.037.586, porém correspondiam a 44% da população total. A modernização da agricultura, o extremo parcelamento da terra no campesinato do Sul e o avanço da fronteira agropecuária no Centro-Oeste e no Norte conferiram complexidade à evolução da população rural no país.

A região Sudeste foi a primeira a apresentar diminuição da população rural, o que ocorreu já na década de 1960. Também foi o Sudeste que apresentou a diminuição mais intensa da população rural, com um saldo negativo de 4.971.925 habitantes no campo entre 1950 e 2000, o que representa uma diferença de -42%. A modernização da agricultura e intensificação da industrialização do Sudeste a partir da década de 1960 explica esta dinâmica populacional. A região Sul passou a apresentar uma intensa perda de população rural a partir de 1970, também por influência da industrialização e modernização da agricultura, que transbordou do Sudeste para o Sul, contemplando assim toda a região concentrada. Em 2000 a população rural da região Sul contava com 744.644 hab. a menos do que

em 1950 (decrécimo de 13%), embora a população total da região tenha aumentado 17.248.913 hab. no mesmo período. (GIRARDI, 2012, s/p.).

Novamente para os camponeses as mudanças produtivas foram drásticas, tanto em relação a sua autonomia de trabalho, quanto para sua segurança econômica e social. Fez parte da conjuntura econômica da época, a emissão de moeda ao exterior, o que deu início a uma grande desvalorização monetária e a consequência imediata foi a inflação. Todas estas tribulações, e a política econômica recessiva de combate à inflação, deram vazão à insatisfação dos camponeses, o que resultaria na origem de um movimento social fundado no Nordeste, mas que depois tomara proporções nacionais, as Ligas Camponesas. Sobre o surgimento das Ligas Stédile (2006) escreve:

O contexto geral em que se desenvolveram as Ligas Camponesas foi o de uma crise cíclica do modelo de industrialização dependente, ocorrida em nosso país nos anos de 1954-1964.

[...] No bojo da crise do modelo de industrialização dependente, eclodiu o reascenso do movimento de massas e uma crise de dominação política por parte das classes dominantes. Do ponto de vista institucional, a crise resultou na renúncia do então presidente Janio Quadros e a investidura do governo João Goulart, que passou a defender as reformas de base, como alternativa a crise. (STÉDILE, 2006, p. 12).

As Ligas Camponesas tiveram grande força de mobilização política e de massas suas manifestações chegaram a reunir até 50.000 camponeses, e seu principal objetivo era a efetiva criação e execução de uma lei de Reforma Agrária. Um dos grandes articuladores e possibilitadores da organização deste movimento foram o PCB e seus militantes, que durante um longo período esteve ao lado das ligas, mas depois acabaram por distanciar-se devido a inclinação considerada radical das Ligas Camponesas ao processo de Reforma Agrária.

Cabe lembrar que a Reforma Agrária já era uma pauta política mundial desde a década de 1950, mas que na América Latina toma corpo expressivamente em 60. No Brasil o governo de Juscelino, também fazia menção a este tema:

A inclusão da Reforma Agrária em um futuro programa de governo surge na campanha de 1955, como iniciativa do Partido Trabalhista Brasileiro, que em sua VII Convenção Nacional a incluiu como o 2º item de um programa mínimo de sete pontos, juntamente com a guerra a inflação e à alta ao custo de vida. O programa prevê a extinção do latifúndio improdutivo, amplo crédito para formação de pequenas propriedades, e ampliação da legislação trabalhista e previdenciária para o campo. (CAMARGO apud FAUSTO, 2004, p. 153).

Foram poucos os avanços, o governo apenas assegurou os créditos fundiários e comprometeu-se a assegurar os direitos de propriedade da constituição. Os sucessivos governos também enfrentaram manifestações das Ligas Camponesas, mas a eleição de Janio Quadros fortalece a esperança nas reformas de base, dentre elas a reforma da estrutura agrária.

É importante destacarmos a produção teórica de Caio Prado Junior, historiador com interpretações marxistas e materialistas, sobre a Questão Agrária no Brasil. O foco de suas análises do período acima citado, dizem respeito a questão da Reforma Agrária em contrapartida a aplicação da legislação capitalista aos trabalhadores no campo. Os camponeses seriam para o autor um fenômeno localizado e recente no país, e as precariedades de suas condições de vida estariam relacionadas com a sua péssima ou nenhuma condição trabalhista, pois esses seriam na maioria assalariados. O autor argumenta no sentido:

Não se constitui assim uma economia e classe camponesas, a não ser em restritos setores de importância secundária. E o que tivemos foi uma estrutura de grandes unidades produtoras de mercadorias de exportação trabalhadas pela mão-de-obra escrava. Situação essa que no economicamente fundamental se conversou até hoje. Manteve-se praticamente intacta a grande exploração agrária, operando nela, com a abolição da escravidão, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, sem afetar com isso a natureza estrutural da grande exploração. (PRADO JUNIOR, 1987, p. 79).

Assim sendo, o indicativo de solução para a Questão Agrária, no ponto de vista de Caio Prado Júnior, estava no fortalecimento e aplicação da regulamentação trabalhista no campo, isso seria possível através do estatuto social, o que poderia levar ao aumento de consumo interno da economia e a melhoria de padrão da vida destes trabalhadores.

Retomando os acontecimentos históricos da década de sessenta-setenta, muitas foram as forças políticas que se estruturaram para a democratização que estava sendo proposta, mas as elites urbanas, militares, e industriais, não gostaram nada de ter que supostamente perder seus direitos e espaços governamentais, acirrando assim a disputa e a tentativa de derrocada do governo João Goulart. As alianças da direita derrubaram o governo e implementaram uma Ditadura Civil Militar. Logo depois de assumir o poder os militares substituíram mais de 600 cargos eletivos e a hegemonia determinava quais seriam os direitos civis e políticos da

população, foi um período de perseguição, tortura e extinção dos movimentos e manifestações sociais.

Com a intenção de calar a voz do povo do campo, os componentes do governo militar institucionalizaram a primeira lei de Reforma Agrária do país que analisava e retratava todas as questões sobre esse tema, o Estatuto da Terra.

O Estatuto da Terra continha o objetivo do governo de colonização e desenvolvimento rural este sempre tutelado pelo capitalismo internacional. Buainain (2008) acrescenta que:

Do ponto de vista institucional, criou-se o instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), diretamente ligado à Presidência da República, substituído, em 1979, pelo Incra, órgão que reúne as funções de colonização e Reforma Agrária. Do ponto de vista conceitual, a estratégia estava baseada em três pilares: a) ocupação de terras devolutas pelos programas de colonização inspirada em grande medida no modelo de *farmer* americano, com base em propriedades familiares de tamanho médio e pequeno; b) na reestruturação das áreas de ocupação antiga com base em programas de desenvolvimento rural e, por último, c) em projetos de reforma agrária *stricto sensu*. (BUAINAIN, 2008, p. 29).

Observou-se, no entanto, que a aplicação desta lei não foi efetivada, e que a partir de 1970, passa a prevalecer a proposta de enfrentar o atraso agrário pela modernização do latifúndio. (BUAINAIN, 2008, p. 30).

Ainda com este de governo, a escola do meio rural, se modifica fortemente, especialmente a partir do atrelamento político ideológico do regime ao capital transnacional e à hegemonia americana sobre o continente. São extintos e proibidos os principais movimentos sociais e presos os seus maiores líderes. As iniciativas de educação popular são desarticuladas. A alfabetização passa às mãos do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), e a Extensão Rural ganha força, como instrumento de modernização das relações de produção no campo.

Sobre o aspecto educacional no campo, a organização da educação brasileira sofre grandes modificações com as Leis nº. 5.540/68 e nº. 5692/71. Estas leis surgem mais como forma de adequar a nova ideologia vigente, do que de fato criar mecanismos significativos que favorecessem a educação. A escola rural, que florescera no início da década, precisava ser apagada. A Lei nº. 692/71, a partir dos seus objetivos gerais e de caráter conservador dado à ênfase liberal, não trouxe, de fato, novidades transformadoras. Pelo contrário, acentuou as divergências sociopolíticas existentes na escolaridade do povo brasileiro e consagrou o elitismo que sempre esteve presente no processo escolar nacional.

[...] a Lei 5692, distanciada da realidade sociocultural do campesinato brasileiro, não incorporou as exigências do processo escolar rural em suas orientações fundamentais. (LEITE, 2002, p. 46).

A função social da escola passa a ser a formação para o mercado de trabalho, em detrimento da formação geral do indivíduo. Essa também foi a maior característica da educação voltada para as zonas rurais, ou seja, uma vez colocada a serviço da produção agrícola, adquire um papel utilitarista e de poucas possibilidades de transformação social. Nessa linha, já no final da ditadura militar, no governo do General João Batista de Figueiredo, a educação foi organizada a partir de um Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto. No entanto, mais uma vez, a educação voltada para as populações rurais, foi relegada ao descaso político e pedagógico.

O discurso sobre a questão da terra e da Reforma Agrária como política pública será tratado de agora em diante, para a formatação de nosso cenário de pesquisa.

2.2 A questão agrária brasileira no contexto atual

Discutir a questão agrária no Brasil, a partir do final da década de 1980, implica em ter como base de análise a economia brasileira, não apenas deste período, mas, considerar os aspectos anteriormente levantados, as relações entre sujeitos proprietários de terras, expropriados e o Estado. Assim, o Estado Brasileiro vive em um contexto em que a globalização “não surge do vazio, mas emerge no terreno concreto das lutas sociais e é dele e delas que se nutre.” (GONÇALVES, 2006, p. 18).

Nesta ótica, após as crises econômicas ocasionadas pelas demandas que envolveram o petróleo, a instabilidade da economia e o aumento do déficit público permeados pelo desenrolar da abertura política, o debate sobre a questão agrária emerge. Para Martins (2000), a democratização do país em 1985 acirra os conflitos no campo, onde estão de um lado os setores que alinham-se com a proposta de reforma agrária e nesse momento achavam-se contemplados com a democratização, e do outro, associados aos poderes locais dos estados, acentuavam-

se as ações de despejo e expulsão dos trabalhadores rurais e pequenos produtores de ocupação das terras públicas.

Com a tarefa de apaziguar os ânimos cria-se o I Plano Nacional de Reforma Agrária (BATALHA, 2001). Este plano tinha o objetivo de dinamizar a economia do país, propondo uma ação massiva para diminuição do êxodo rural e a melhora na oferta alimentar, esta seria a efetivação do Estatuto da Terra; no prazo de 1985-1989 com o plano propunha-se assentar 1.4000.00 famílias, mas o que ocorreu foi o assentamento de apenas 82.896 famílias, sendo o plano mutilado pelas burocracias e inércias institucionais criadas em seu próprio decreto que acaba por inviabilizar sua efetivação na prática, quando considera não desapropriáveis os latifúndios por dimensão ou exploração desapropriáveis se estivessem cumprindo com a sua função social, e quando excluí as áreas com alta concentração de arrendatários e/ou parceiros, o contrário do que é estabelecido no Estatuto da Terra. (BUAINAIM, 1998).

Quando se considera a temática da terra no Brasil, como uma questão agrária, para Prado Júnior (1979, p. 36), ela é a contraposição de classes burguesia/capitalista e empregados/assalariados, evidenciando que as relações existentes não são feudais e sim capitalistas. Desta maneira, para aquele autor, não havia uma insuficiência de oferta de produtos devido a problemas estruturais da agricultura brasileira, mas, um elevado índice de concentração fundiária, que tornava a oferta dos produtos agrícolas, inelástica de preços. Isso ocorre, sobretudo, nos momentos de alta de preços dos produtos da grande lavoura, quando as atividades produtivas se voltam inteiramente para ela e as culturas de subsistência ficam “desleixadas”. (PRADO JUNIOR, 1979, p. 65).

Os anos 1980 para a questão agrária brasileira representam um momento de transição e contradição, pois, de um lado, o processo de “reprodução ampliada do capital” que opera no modelo agrário /agrícola ancorou-se no uso de um modo de produção próprio do capital. Este modelo se traduz no uso da ciência e das técnicas ocidentais e na expansão das terras cultivadas. (GONÇALVES, 2006, p. 245).

Neste sentido com relação a questão agrária e o momento histórico supracitado, José de Souza Martins faz as seguintes considerações:

Aqui, o grande capital se tornou proprietário de terra, especialmente com os incentivos fiscais durante a ditadura militar. Antes disso, em muitas regiões do Brasil, grandes proprietários de terra haviam se tornado empresários capitalistas, tanto na região canavieira do Nordeste quanto na região cafeeira do Sudeste. Não se pode explicar a industrialização brasileira a partir do século passado se não se leva em conta essa competência de grandes fazendeiros para acompanhar as possibilidades históricas de seu tempo. Por outro lado, já na ditadura militar, com a política de incentivos fiscais, o capital personificado pelo capitalista, por aquele que pode tomar consciência das contradições que perturbam a reprodução ampliada do capital, foi compensado das irracionalidades da propriedade da terra como titular de renda fundiária. Essas situações, que são as do nosso país, são aquelas em que o capital personificado não se libertou da propriedade da terra, como aconteceu em outros, na extensão necessária a que a contradição entre capital e terra se manifestasse à consciência das diferentes classes sociais como oposição de interesses e irracionalidade que bloqueia o desenvolvimento econômico e social (e político!). (MARTINS, 2000, p. 4).

De outro lado, com a abertura política, ocorre uma articulação dos movimentos sociais e entidades de assessoria agrária que lutam contra este modelo: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), a Comissão Pastoral da Terra, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1952. Assim, a articulação dos movimentos sociais é fortalecida pela Igreja, surgindo, na ocasião, várias organizações não governamentais (ONGs) em apoio ao “Fórum Nacional pela Reforma Agrária”.

Da parte do Estado, o debate sobre a reforma agrária, torna-se intenso com o processo que envolve a Constituição de 1988, e o papel desempenhado pela União Democrática Ruralista na construção desta constituição é decisivo, mudando assim o estatuto da propriedade fundiária, legitimado pela sua função social. Este fato, entretanto, está permeado pelo jogo político que é conduzido, não apenas pelo ordenamento constitucional, mas de maneira muito significativa pelo processo de ajustamento à ordem econômica globalizada a que o país se submete por toda a década de 1990 e continua no momento atual.

Observamos que a agricultura brasileira completou, entre 1965 e 1981, um ciclo de modernização técnica e crescimento, sem mudança na estrutura agrária. Neste período se vivenciaram a expansão desenfreada de adubos, fertilizantes, herbicidas, pesticidas e fungicidas, assim como a ampliação de máquinas agrícolas,

evidenciando a dependência tecnológica do país aos países do capitalismo central. Neste contexto, enquanto a produção de grãos aumentou três vezes, o uso de fertilizantes foi “multiplicado 14 vezes” (GONÇALVES, 2006, p. 245), deixando a agricultura à mercê das determinações do mercado internacional.

A forma como a política econômica externa incorporará o setor agrícola como salvador do “endividamento externo reforça a estratégia de concentração e especulação fundiária no mercado de terras. O maior sinal disto é a liberalidade com que propicia a apropriação da renda fundiária pelos grandes proprietários.” (DELGADO, 1985, p. 26).

Ainda Delgado (1985, p. 26), quanto trata sobre a questão agrária no Brasil assegura que:

O coeficiente de importações do setor agrícola com relação ao produto do mesmo setor sempre foi mais baixo que o do conjunto da economia. Por essa razão os saldos de comércio exterior oriundos do setor rural sempre foram expressivos e em geral com sinal contrário aos déficits do setor industrial.

Nesta perspectiva se compreende que a produção brasileira dedica-se à exportação, em uma clara evidência de que a preocupação com a alimentação da população fica relegada a um segundo plano, o que mesmo com a sua grande produção agrícola, influenciada pela modernização da produção, não altera a situação da grande massa populacional no campo só piora cada vez mais a condição das famílias como nos apresenta Celso Furtado:

Ora, a estrutura agrária atual existe exatamente para que se tenha o resultado inverso, ou seja, uma oferta de mão de obra ao mais baixo custo preço possível. A sua lógica força a utilização extensiva dos recursos naturais e bloqueia a acumulação no âmbito da exploração familiar, tudo em função de um duplo objetivo: assegurar mão de obra ao mais baixo preço e maximizar o excedente extraído da agricultura. (FURTADO, 1983, p. 27).

O efeito da modernização da produção conduz o país rumo a um processo acelerado de abertura ao capital estrangeiro e os efeitos desta política são sentidos de forma antagônica: de um lado os proprietários e industriários, que se beneficiam desta conjuntura, de outro os despossuídos que ficam à mercê dos trâmites políticos e financeiros e aumentam as fileiras dos movimentos sociais. A especificidade da formação do maior movimento social camponês brasileiro faz parte do nosso próximo item desta elaboração de pesquisa.

2.3 O despertar organizativo da luta pela terra: a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Em contraposição, a total precarização, monopolização, e estrangulamento das condições de trabalho na terra, ocorreram no Estado do Rio Grande do Sul, a fundação e consolidação do maior Movimento de contestação e luta pela terra do Brasil, ou seja, a constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Foi a partir de uma retomada de terras no norte do Estado, pelos *kaigangs*, que muitos camponeses (mais de 1100 famílias), foram desalojados e ficaram sem suas terras e colheitas, alguns entraram em programas de colonização do governo, outros foram assentados na divisa com o Uruguai.

Mais de 400 famílias foram acampar nas redondezas da paróquia de Ronda Alta e tiveram auxílio direto do Padre Arnildo Fritzen, um dos padres fundamentados na Teologia da Libertação. Em meados de 1979 tiveram início reuniões entre camponeses, partes progressistas da Igreja Católica, profissionais de tendências esquerdistas e democráticas, para organizar e ampliar o número de famílias nesse acampamento.

A ocupação das fazendas Macali e Brilhante (1979) foi o estopim de organização e visibilidade do Movimento dos Sem Terra no Estado do Rio Grande do Sul. Seguiram a tais acontecimentos viagens a Porto Alegre para negociação com governantes e para gerar a visibilidade e possível conquista da opinião pública a favor das mobilizações camponesas. Os resultados das movimentações logo foram percebidos, como nos apresenta Carter (2010):

No final de 1980, 270 famílias tinham recebido um lote de terra como resultado da ocupação da Macali e as lutas que se seguiram. Esses eventos, nas palavras dos camponeses da região, "clarearam o horizonte" e "abriram a fronteira" para a mobilização ativa dos sem terra que reintroduziriam a reforma agrária na agenda pública da nação: o acampamento dos sem-terra montado à beira de uma estrada de terra vermelha, na entrada do assentamento Macali, em um trevo chamado Encruzilhada Natalino. (CARTER, 2010, p. 35).

Assim podemos entender que o movimento camponês é fruto das contradições das relações do camponês com seu trabalho na terra. A partir do momento que este trabalho "não lhe pertence mais". Esse estranhamento com o acirramento das estruturas do capital acaba estrangulando tanto os sujeitos, que

para sobreviverem ao turbilhão, e resistirem no que se refere ao fato de torná-los humanos: o trabalho no e da terra; acabam por unirem-se em movimentação contra esta expropriação e assim acabam por tornarem-se membros dos movimentos sociais.

Na década de 1970, o Estado estava entre os mais desenvolvidos do País, no que se refere aos índices de rendimento, alfabetização na área educacional, questão econômica, destacava-se ainda a questão da renda relativamente alta e também o legado da produção em lavouras familiares, fruto da colonização europeia ainda no sec. XIX, e, é claro, o efeito da “revolução verde” no aumento da produção e renda agrícola para os grandes proprietários.

Em consequência a este “avanço” produtivo, criam-se grandes impasses como a proletarização do trabalho agrícola, os endividamentos e venda das pequenas propriedades que tentaram aderir ao modelo de produção mecanizada, além da intensificação no comércio e uso dos insumos, e a consequência para a maioria dos camponeses foi a total miserabilidade das condições de vida.

O momento era propício para inquietações e insatisfações com relação ao governo da Ditadura Civil Militar, que apesar de ter criado o Estatuto da Terra, como já afirmamos antes, nada havia feito de concreto pela Reforma agrária no País e nem no estado, muitos foram os agentes apoiadores da organização do Movimento Sem Terra, que inicialmente estavam contra a ditadura e a favor da abertura política. Em resposta auxiliaram no fortalecimento das manifestações e também com suporte técnico e de custeio aos primeiros acampamentos.

Foi neste estado que os Sem Terra organizaram a primeira ocupação planejada de terra (1979), o primeiro grande acampamento de Sem Terras (1981), a primeira ocupação massiva de terras (1985), a primeira marcha de longa distância (1986), entre outras táticas de manifestação (CARTER, 2010, p. 206).

Na verdade, o movimento camponês no Estado, teve início sendo denominado Movimento de Agricultores Sem Terra (MASTER), só após muitas manifestações e algumas dissidências internas e novas configurações, em um encontro nacional que ocorreu em Cascavel, Paraná, foi nomeado como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), isso já no ano de 1984.

Intimamente ligada a formação deste movimento social esteve a sua proposta de produção, que se focava na produção de forma coletiva de trabalho, e em grandes quantidades nos assentamentos. As estratégias de “montar” grandes cooperativas foram localizadas e, no final da década de 1980, foram transformadas no projeto de cooperação agrícola. Este processo ainda estava fundamentado numa produção em larga escala, com utilização de máquinas agrícolas e insumos químicos, ainda era intenso o apelo a divisão do trabalho (especialização de tarefas) em cada uma das cooperativas.

Nesse momento, tiveram seu início as grandes cooperativas produtivas, as chamadas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) tiveram grande influência na constituição dos assentamentos, tanto produtivamente e financeiramente, quanto politicamente, já que muitas lideranças do movimento foram forjando-se durante o período de ápice produtivo das cooperativas. No caso deste estado, a primeira cooperativa criada foi a Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata (COOPTAR), fundada em 08 de fevereiro de 1990, que situa-se no assentamento Fazenda Annoni, no município de Pontão, um dos maiores assentamentos do MST deste Estado.

A cooperação tornou-se fundamental para a sobrevivência dos assentados do MST, pois seria através dela que socializariam os recursos disponíveis. Assim ampliar-se-ia a produtividade, e desta forma poderiam entrar e competir no mercado agrícola.

O modelo cooperativista possibilitou a entrada competitiva no mercado, mas isto acabou gerando grandes contradições, entre elas as grandes dívidas contraídas devido ao apelo intenso aos insumos, especialização das tarefas e a mecanização da produção. Também acabou por gerar conflitos internos no que tange a forma de trabalho, pois as cooperativas queriam o trabalho em suas unidades coletivamente com base nas teorias socialistas do “camponês proletário” o que entrava em choque com a produção em pequenas unidades familiares, prática que acompanhava estes camponeses por gerações.¹⁶

¹⁶ Para aprofundar mais o estudo sobre as cooperativas do MST ler o artigo de Marlene Ribeiro intitulado : “Trabalho cooperativo no MST e ensino fundamental rural: desafios à educação básica e a crise do produtivismo” . Sugere-se, ainda, o artigo “a transição agroecológica no Movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra – MST”, de Juliano Luis Borges.

Isso também é reiterado por Gohn quando afirma que se dá “ênfase à propriedade individual. As propostas socializantes de trabalho cooperado do MST muitas vezes não são bem compreendidas ou aceitas pelos sem-terra.” (GOHN, 1998, p. 20).

Esta crise do sistema de cooperativismo também é recebido pelo movimento como uma percepção do processo de globalização, que acaba por destruir algumas, ou quase todas alternativas econômicas regionais, dominando de maneira geral o mercado interno e externo, e a produção agrícola.

Com relação a este aspecto, o movimento começa a perceber a importância das alternativas de cunho internacional e para além da Reforma Agrária Brasileira. E um destes desdobramentos foi a formação do movimento chamado Via Campesina, uma rede internacional formada por vários movimentos camponeses, que além de seu caráter contestador da realidade camponesa apresenta lutas diretamente ligadas a soberania alimentar, a contestação dos alimentos transgênicos, a questão do patrimônio das sementes e ainda levanta bandeiras de gênero e das juventudes. Trazemos aqui alguns apontamentos de Ilse S. Warren sobre a Via Campesina.

Outro articulador importante dos movimentos sociais rurais tem sido a Via Campesina, sendo oportuno examinar qual os princípios identitários que fundamentam estas articulações. A Via Campesina tornou-se um elo relevante na rede de movimentos sociais rurais em vários continentes na luta anti-sistêmica ao modelo do agronegócio. A Campanha das sementes tornou-se um signo emblemático sobre produção e qualidade de vida, mobilizando não apenas os movimentos camponeses mais consolidados, como o MST, mas também os mais recentes, como o das mulheres e dos jovens, na medida que, suas questões específicas puderam ser traduzidas para novos significados de acordo com uma visão de mundo mais igualitário, mais saudável e mais justo.

Possibilitando-se, assim, traduzir o sentido subjetivo desta problemática geral em várias problemáticas específicas como nas lutas das mulheres camponesas. É nesta direção que a rede da Via Campesina, a qual se expandiu no contexto das realizações do Fórum Social Mundial, criou seu espaço próprio de articulação política global e na América Latina, através da articulação de sentido do signo “semente”, que significa origem da vida, com o sentido das várias demandas materiais e simbólicas, colocadas acima, e traduzidas como novos direitos de cidadania para as populações mais excluídas de nossa sociedade. (WARREN, 2008, p. 7-8).

A partir deste momento o MST amplia as suas pautas políticas e de reivindicação, abarcando em suas manifestações créditos agrícolas, o embargo aos transgênicos, ainda as políticas de apoio e isenções dos governos às multinacionais,

especialmente as da celulose, começam a caracterizar as lutas do movimento em resposta às práticas de neoliberalização econômica e estatal.

Uma das mais marcantes mobilizações deste movimento no Estado foi a ocupação do centro de pesquisas e viveiro da Aracruz Celulose, que segundo as representantes do MST e da Via Campesina, teve como principal objetivo a denúncia a sociedade civil dos efeitos nefastos do plantio da monocultura do eucalipto e a formação de um “Deserto Verde” no Estado, isso com apoio e financiamento, em detrimento do apoio e investimento nas políticas de redistribuição agrária (MST, 2011). Carter (2010, p. 226) apresenta o seguinte sobre esta ação:

Em 8 de março de 2006, dia internacional das mulheres, um grupo de 2.000 mulheres ativistas do MST e da Via Campesina ocupou e sabotou o centro de pesquisa e viveiro da Aracruz Celulose, uma transnacional dedicada a produção e exportação de fibra para a fabricação de papel. A ação das mulheres foi um ato de protesto contra as plantações extensivas de eucalipto na metade sul do estado e em outras regiões do Brasil.

Muitos foram os aspectos que contribuíram para a consolidação e desenvolvimento deste, como um movimento social organizado no Estado do Rio Grande do Sul, a própria característica agrícola e também de ocupação de imigrantes, o desenvolvimento do campo por nós já mencionado, através da mecanização agrícola, mas sem dúvida a grande capacidade dos cidadãos em organizar-se e reivindicar politicamente suas demandas.

E para organizar politicamente suas demandas este movimento, além das cooperativas teve como uma das estratégias de sobrevivência e manutenção dos acampamentos e dele próprio, a construção (não física, mas de exercício) das escolas em seus espaços, estas iniciaram de maneira informal, tendo suas aulas ministradas por voluntários do próprio acampamento.

As escolas itinerantes acompanhavam o movimento dos acampamentos em cada momento dos Sem Terra, nas marchas, manifestações, ocupações, enfim, em todos os espaços trabalhavam buscando a garantia de uma “continuidade no processo escolar” de cada Sem Terrinha; pois estas crianças em sua maioria sofriam com o rompimento de sua vida escolar no momento que seus pais mudavam-se para os acampamentos.

Havia muita dificuldade em manter o vínculo das crianças com suas escolas “de origem”, devido à distância dos acampamentos e também ao tratamento que recebiam nestas, pelo fato de serem filhos dos Sem Terra.

Assim Simone relata sobre as escolas itinerantes:

[...] as atividades realizadas nas escolas itinerantes, tinham o objetivo de continuar o processo escolar, mas, além disso, buscavam despertar nos educandos o sentimento de pertença ao local e ao grupo no qual se encontravam. Discutíamos, aproveitávamos o ambiente físico, o conhecimento dos mais velhos e aprendemos junto com as crianças, principalmente fomos buscar apoio em estudos já realizados para melhorar. (SIMONE, 2012).

Então, para enfrentar esses problemas as famílias e o movimento aos poucos foram desenvolvendo uma nova forma de pensar a escola. Para isso tiveram a contribuição de muitos apoiadores que se fundamentavam na Educação Popular e nos escritos de Paulo Freire, Makarenko, Pistrack, entre outros.

A conquista e regulamentação da Escola Itinerante não foi algo fácil, mesmo sendo um direito firmado desde a Constituição de 1988, a educação para todos como deveres do estado, da família, teve momentos de oscilação e de muita luta por parte das famílias acampadas, se tornando legal apenas em 1996, Caldart (2000, p. 29) mostra-nos o quanto foi difícil esta conquista em suas palavras:

No Rio Grande do Sul temos aprovada desde Novembro de 1996 a Escola Itinerante dos acampamentos, com um tipo de estrutura e proposta pedagógica criada especialmente criada para acolher as crianças e os adolescentes do povo Sem Terra em movimento. Temos agora, mas foi preciso uma luta de 17 anos (isso mesmo) para conseguir o que seria mais 'normal' porque justo, e que até se tornou um direito constitucional: é a escola que deve ajustar-se, em sua forma e conteúdo, aos sujeitos que dela necessitam; é a escola que deve ir ao encontro dos educandos, e não ao contrário.

Nesta perspectiva, os sujeitos da pesquisa, contribuem com seu entendimento sobre como era a escola em seus acampamentos e como deu-se sua relação com a mesma em seus períodos de acampados, como deu-se ainda a experiência com a escola itinerante- participação e aprendizado.

Simone assim se manifesta sobre a escola itinerante:

Eu nem tinha desfeito minhas sacolas, quando chegamos no acampamento e no segundo dia eu já estava contribuindo. Eu tenho o segundo grau e fui convidada a trabalhar na escola [...] neste momento a escola já passava por uma situação delicada, aonde as pessoas que haviam estudado pelo movimento não estavam se comprometendo, não havia apoio do Governo em nenhum aspecto para que esta escola funcionasse, justamente para que não houvessem acampados [...] devido a falta de educadores, de recursos, eu me coloquei à disposição para trabalhar na escola itinerante [...] os meus filhos estudaram lá. Hoje minha filha está na quinta série em uma escola do Município aqui em Santa Margarida do Sul e o filho está no ensino médio, Os dois estão muito bem na escola[...] eu digo isto em razão de alguns dizerem que a escola itinerante não tem uma base boa. Eu asseguro que a

escola tem uma base realmente boa e se todos conhecessem a essência desta escola e o que ela se propõem, realmente, eu acho que não teria escola melhor para nossos filhos. Lamentavelmente ela não tem apoio e se torna muito difícil tocar uma escola num acampamento onde o pai precisa sair para as lutas onde precisa ter educador com cabeça boa, onde uma criança depois de passar uma noite embaixo de uma lona preta, com chuva, enfim, com policiais em volta [...] sob toda pressão[...] precisa haver mudanças para assegurar condições para a escola, pois a essência desta escola serve para a vida de todos nós. (SIMONE, 2012).

O Senhor Odone assim se refere à escola itinerante:

Na escola itinerante eu aprendi a ser o avô dos meus netos de verdade, fui ser merendeiro para ajudar o coletivo. Aprendi a decidir as questões da escola junto com as educadoras, aprendi que ali todos ensinavam e aprendiam[...] descobri o que quer dizer participação, pois, eu participava e não só eu, mas todos os pais e mães[...] fazíamos reunião com as educadoras e cada um dizia o que esperava que acontecesse na e com a escola e também com as crianças[...] uma coisa muito importante é que as crianças também aprendiam conosco [...] lembro que todos fomos trabalhar na terra e conhecemos as plantas e sua importância. Foi um período duro de verdade, mas de construção de sonhos, se falar mais vou me emocionar[...]. Mais de vinte vezes eu e a Sabrina fomos reconstruir a escola, com martelo e pregos, principalmente depois das chuvas, mas, valeu a pena. (ODONE, 2012).

Foram mais de vinte anos de caminhada, realizações e principalmente formação humana e cidadã, que através de uma ação arbitrária do Ministério Público no Rio Grande do Sul com a pressão e apoio do governo, encerrou o funcionamento da Escola, tornando-a assim ilegal e inoperante neste estado.

Um dos responsáveis pela ação, denominada de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), o promotor Gilberto Thums, do Ministério Público do Rio Grande do Sul, fez as seguintes alegações sobre as escolas e seu funcionamento:

Nas escolas itinerantes, não sabemos se existe um currículo escolar mínimo para as crianças. Não há nenhum controle. O problema não é só a carga ideológica que os alunos recebem, mas ninguém sabe se realmente estudam português, matemática, ciências”,... O interesse em manter as crianças nos acampamentos é usá-las como instrumentos de manobra durante as marchas e invasões. As crianças estão condenadas a permanecer lá e repetir o modelo dos pais”. Esse é o objetivo do MST hoje, fazer uma lavagem cerebral para impedir que elas saiam desse processo e sejam integradas à sociedade. (THUMS, 2009, s/p.).

Mesmo com os ataques sofridos no Estado do Rio Grande do Sul, as experiências e vivências educacionais das Escolas Itinerantes continuam acontecendo no território nacional, e exercer papel fundamental na educação dos Sem Terra.

Esta foi apenas uma das atitudes tomadas pelo aparato do Estado para o desmembramento, fragilização e criminalização do MST e de outros movimentos sociais neste Estado, e isso será o conteúdo de composição do subitem : A (neo) liberalização do Rio Grande do Sul e a criminalização dos movimentos sociais que será posteriormente desenvolvido em nosso texto.

2.4 A agudização do agronegócio no Brasil: recortes da política agrária, de Fernando Collor de Mello ao Governo Lula

Não são muitas as sinalizações em relação à política de Reforma Agrária durante o governo Fernando Collor de Mello, este foi um período marcado por abertura econômica ao capital internacional e turbulências políticas, também por criminalizar as atividades dos movimentos sociais. Os assentamentos realizados utilizaram as terras desapropriadas pelo governo anterior, Buainim sobre o período revela que:

O governo Collor prometeu assentar 500.000 famílias, mas, na prática, debilitou o aparato institucional ao extinguir o Ministério da Reforma Agrária e atribuir essa função ao Ministro da Agricultura, que tradicionalmente representava os interesses dos grandes produtores e opositores da reforma agrária. Pouco mais de 40 mil famílias foram beneficiadas em dois anos. Na gestão “tampão” do presidente Itamar Franco foi lançado um Programa Emergencial para assentar aproximadamente 80 mil famílias, das quais apenas 17.800 foram assentadas. (BUAINAIM, 2008, p. 36).

No período mencionado a política econômica externa tem uma expansão considerável, e acaba incorporando o setor agrícola através da especulação fundiária e de concentração de terras, sendo os grandes proprietários de terra novamente privilegiados com estes fatores. E para liquidar a dívida produzida por essa expansão, há um crescente envio de renda para o exterior por parte dos governantes, “tanto os saldos comerciais quanto a renda líquida enviada ao exterior, chegam ao redor dos 4% do PIB, como média do período de 1983-1993.” (DELGADO, 1998, p. 91).

Para atrair o voluptuoso capital externo, que transitava pelas economias emergentes, o governo brasileiro cria um Plano de Estabilização Monetária chamado de Plano Real, uma típica política neoliberal, que como consequência, causa um enorme endividamento do País, o aumento da especulação fundiária, a consequente queda da renda agrícola e a desvalorização do preço da terra.

O governo de Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro mandato foi marcado pela intensificação do projeto neoliberal para a sociedade brasileira, uma onda crescente de privatizações, o aumento considerável do desemprego no campo, o apoio e financiamento das políticas internacionais para a agricultura marcam o período, o então chamado agronegócio ganha visibilidade e políticas públicas de sustentação. Para Fernandes apud Buainaim (2008):

O agronegócio é um novo tipo de latifúndio, e ainda mais amplo: agora não concentra e domina apenas as terras, mas também a tecnologia de produção e políticas de desenvolvimento. A fundação do agronegócio expandiu a conflitualidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais.

O resultado disto foi a insatisfação da população do campo, e dos movimentos sociais, que intensificaram o conflito e as ocupações de terra ao longo do território brasileiro. Inicia-se ainda em 1995 a repressão violenta por parte dos grandes proprietários às investidas dos movimentos sociais, com o assassinato de cinco Sem Terra na Fazenda Cumbiara; e logo em seguida a chacina sem precedentes históricos a camponeses, que ficou conhecida como Massacre de Eldorado dos Carajás¹⁷.

Estes acontecimentos mobilizaram a opinião pública e o País, sendo um violento prelúdio de como seria tratada a questão agrária e a política de distribuição de terras no Brasil naquele momento, eles influenciaram de maneira significativa, a política de assentamentos do governo FHC, que teve acréscimo considerável no número de assentamentos, durante os oito anos de mandato deste presidente foram assentadas 457.668 famílias. Sendo que, 40% receberam os lotes na região Norte, não nas regiões onde se localizavam os conflitos.

¹⁷ Em Abril de 1996 dezenove camponeses foram assassinados no município paraense de Eldorado dos Carajás, estes camponeses foram mortos há tiros e até hoje apenas um dos acusados foi condenado e preso.

Ainda, estabeleceu-se um marco legal de criminalização e coerção da luta pela terra, efetivado pelo Estado, no ano 2000, com a Medida Provisória nº. 2.109-52, de 24 de maio de 2001, esta medida prescreve o impedimento, por dois anos, a vistoria dos imóveis rurais, onde tenham sido realizadas ocupações, e, ainda pode excluir dos programas de reforma agrária os trabalhadores rurais que participaram destas ações.

No Rio Grande do Sul, muitas das iniciativas da FARSUL, entidade atrelada aos grandes empresários e produtores rurais, em defesa do patrimônio dos latifundiários e das grandes empresas estiveram amparados juridicamente por esta Medida Provisória, inclusive, alguns atos de confronto e intimidação aos quais submeteram os movimentos sociais. O recuo das mobilizações do movimento, a do número de famílias acampadas, diminui com a eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, candidato do PT, em 2003.

Os mandatos de Lula foram intensos no que tange as manifestações camponesas no País, em especial os de caráter de articulação das lutas como: a Marcha das Margaridas (2003) e o Grito da Terra (2003). Estas buscam visibilidade política e de atendimento às suas demandas, a grande maioria das manifestações foram pacíficas e tiveram o interesse de entregar as pautas políticas ao governo. O governo de Lula cria o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) para o período, mas no primeiro mandato só atendeu 63% da meta de assentar 400 mil famílias.

A política de distribuição de terras aplicada pelo governo em seus oito anos foi considerada conservadora devido a fatores como: a não reforma das regiões de ocupação consolidada, como sul, sudeste e centro – oeste, e em contrapartida a ocupação de áreas com menores condições de desenvolvimento e geração de renda, e também a questão da qualidade dos assentamentos criados, visto às condições estruturais em que se encontram. Uma das características desse conservadorismo se dá, na questão da redistribuição de terra através da venda, Girardi (2008, p. 24) argumenta o quanto esta política mostra-se conservadora, vejamos:

O caráter mais conservador da reforma agrária brasileira é o programa de crédito chamado de *reforma agrária de mercado*, iniciado no governo FHC com o Banco da Terra e hoje transformado no programa Cédula da Terra. Este programa, que segue as indicações do Banco Mundial para a “reforma agrária”, tem como principal instrumento a concessão de crédito para a compra de pequenas propriedades. Desta forma, o Estado se torna ainda mais distante das ações, que neste caso são ditadas pelo mercado de terras.

Estas são as contradições evidenciadas nos dois mandatos do governo Lula, e que marcam significativamente os acontecimentos da trajetória de nossos sujeitos da pesquisa, e que projetam nacionalmente a situação da Reforma Agrária na atualidade.

2.5 O contexto do Rio Grande do Sul

Neste momento da pesquisa, pretendemos analisar as relações do Estado do Rio Grande do Sul com as políticas agrícolas e suas políticas e os efeitos sobre o povo do campo.

Para entendermos esse contexto, mesmo que, de forma bastante superficial e sucinta é importante verificar como ocorreram as relações econômicas e os desdobramentos na sociedade gaúcha neste espaço de tempo. Cabe, portanto, destacar que a economia gaúcha começou a modificar-se a partir dos anos 60, pois viria a contemplar novos setores produtivos.

Nesta perspectiva, Accurso (1993), afirma que, além destas alterações, esses setores e os antigos articularam-se internamente e com a acumulação nacional de capital de modos totalmente distintos aos que vigoraram até os anos 1950, no Rio Grande do Sul.

Verificou-se neste Estado uma mudança significativa, pois o processo de industrialização acelerado que ocorreu no restante do país, provocou mudanças também na estrutura sul-rio-grandense. Accurso (1993), afirma ainda que o período em que cresceu o distanciamento da economia gaúcha, em relação ao centro hegemônico da acumulação de capital no País (São Paulo) foi justamente o da instalação do bloco de investimentos do Plano de Metas, que determinou o predomínio das indústrias de bens de consumo durável sobre a dinâmica da expansão industrial. Surge daí a noção de que, o caminho para superar o “atraso” seria trazer para o Rio Grande do Sul os investimentos que fizeram a pujança de São Paulo naquele período.

A pesada industrialização em escala nacional estabeleceu um novo regime de acumulação, que garantia a “reprodução econômica em bases endógenas” (CARDOSO DE MELLO, 1982, p. 34).

Nesse novo regime de acumulação, a liderança do crescimento econômico passou a ser exercida pela indústria de bens de consumo durável. Segundo a interpretação do documento da FEE de 1978, a economia gaúcha teria se rearticulado subordinadamente na economia nacional (FEE, 1978), porque permaneceria caracterizada pela indústria de bens de consumo não durável, que perdia seu dinamismo inclusive em função do arrocho salarial após 1964 e de bens intermediários, dinamizando-se graças a impulsos externos, oriundos do polo dinâmico do sudeste e perdendo a articulação interna entre seus setores produtivos.

Para Carrion Jr.(1979, p. 64), a economia brasileira que emergiu do Plano de Metas, já sob a condução das ditaduras militares, com uma extensa matriz industrial, urbanizada, espacialmente integrada, etc., e que voltaria a crescer com o “milagre econômico” — tal economia nacional teria relegado um papel secundário ao Rio Grande do Sul, como produtor de bens para a reprodução da força de trabalho e, mais recentemente, de bens intermediários. Como os ramos industriais que passaram a dinamizar o crescimento não se instalaram na região, esta passaria a ter sua trajetória de desenvolvimento “subordinada” a acumulação capitalista no centro (FEE, 1978).

No entanto, de acordo com o entendimento de Herrlein (2000), em a *Trajectoria do desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul*, a economia gaúcha voltou a crescer, desempenhando mais intensamente o papel de poupadora ou fornecedora de divisas para a expansão da economia nacional. Associada a esse papel, emergiu a lavoura capitalista da soja que, assim como a do trigo, representavam uma grande ampliação na modalidade de uso do solo através do arrendamento de terras do latifúndio e do uso da mão-de-obra excedente nos setor da lavoura colonial, inclusive sob a forma de assalariamento temporário. Tais mudanças trouxeram a emergência de novos atores sociais, como os assalariados rurais e os produtores agrícolas cooperativados.

Ao final da década de 1970, as transformações ocasionadas pela difusão da soja e pela modernização tecnológica da agricultura revelaram-se particularmente intensas na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Alto Uruguai, Missões). Em razão disso, um grande contingente de colonos viu-se forçado a abandonar suas atividades rurais e buscar alternativas para sua reprodução e, por causa da impossibilidade de incorporação destas novas tecnologias e sua

adequação ao padrão produtivo que passava a vigorar, isso acelera no Estado o processo de urbanização.

Contudo, as transformações estruturais ocorridas no setor agrícola não tiveram impactos apenas sobre os processos produtivos. A seletividade do processo de modernização da agricultura e as distorções sociais daí emergentes, como a expulsão de milhares de pequenos agricultores do campo, alteraram, sobremaneira, o modo de vida das populações rurais e urbanas gaúchas e a própria geografia agrária.

Do ponto de vista social, a trajetória até aqui descrita, fortemente marcada pelos avanços técnico-produtivos, apresenta flagrante contraste com a deterioração das condições de vida dos trabalhadores ao longo do período examinado.

A retomada do crescimento da economia gaúcha em novas bases indicava que alguma transformação estrutural significativa havia ocorrido, pois, subordinada ou não, a economia regional passava a usufruir o impulso dinâmico de acumulação nacional. Accurso (1993) esclarece que uma avaliação do desempenho da economia gaúcha entre 1960 e 1985 indicou que não houve perda de posição nacional e que foi possível recuperar a defasagem ocorrida nos anos 50, através de taxas de crescimento regional superiores à média nacional nos anos 70, acontecendo um desenvolvimento significativo (1993, p. 67).

O mesmo não se poderia dizer da vida da população, especialmente dos mais pobres. Ocorre que à medida que a economia gaúcha se desenvolvia, a vida dos trabalhadores, ao contrário do que se poderia supor, não melhorou. A teoria “do bolo” defendida pelos economistas da direita, mais uma vez mostrava-se satisfatória apenas para a classe média e alta no Estado.

Enquanto defendiam a ideia de que quanto mais o bolo crescesse, melhor seria a situação, logicamente não revelavam que a sua situação é que seria melhorada, pois a parte do bolo que lhes cabia era a maior.

Segundo Sodré: “a velha província manteve, depois de estabelecida a federação e a República, características não encontráveis em outras regiões do nosso País, particularmente a existência de uma classe média que sabia dar o tom aos processos, tonificando-os com a sua presença e com o seu apego a determinadas normas (SODRÉ, 1992, p.110)”.

O que Sodré afirma nesta fala, leva-nos a refletir sobre o pensamento conservador, que durante a história sul-rio-grandense e mesmo no momento atual se apresenta como uma das características, ou seja, a subordinação política ao programa das classes dominantes gaúchas e brasileiras como um todo, que tem na grande burguesia historicamente liberal e conservadora, privatizante e pró-imperialismo, seu setor mais forte.

Esta orientação política, ditada pela burguesia, que atravessou o período pós-45, derrubou Jango e construiu a Ditadura Civil Militar, alicerçada na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e, se “modernizou” no pré-1985, formando a dissidência que organizou o Partido da Frente Liberal na conjuntura mundial de ascensão do neoliberalismo.

Portanto, o contexto no qual se vivia no Estado do Rio Grande do Sul neste período, embora tivesse características peculiares, não diferia do restante do país no que diz respeito ao neoliberalismo que se articulou para vir com toda a força. Essa força proveniente da burguesia dominante vem da exploração do trabalho, o que se acirra frente à organização dos trabalhadores em seus movimentos.

2.6 A (neo)liberalização do Rio Grande do Sul e a criminalização dos movimentos sociais

Para que possamos relacionar nosso objeto de estudo, o assentamento, com a totalidade orgânica de sua existência, criação e recriação, precisamos caminhar no sentido de entender as relações sócio,econômicas e culturais de seu tempo histórico, e para isso trabalharmos com conceitos e interpretações sobre o Estado Moderno, sociedade civil, coesão- coerção, sociedade política, e ainda hegemonia. Esses conceitos são pertinentes para entendermos o momento vivido por nossos sujeitos tanto em suas experiências, quanto em suas ações ou omissões perante a sua condição de camponês.

O Estado Moderno como afirma Mezsáros (2002) é inconcebível sem o capital, que lhe dá sustentação, e o capital, por sua vez precisa do Estado como seu complemento necessário. Neste contexto entende-se a partir de Karl Marx que a

origem do Estado está relacionada à divisão da sociedade em classes, tendo o Estado o papel de manter as contradições das classes sociais existentes.

Gramsci utiliza-se dos conceitos de Marx sobre o Estado, mas amplia esta compreensão. Para Gramsci o Estado como uma instituição organizada, política, jurídica e social que ocupa um território, é composto pela sociedade civil e sociedade política, diferenciando-se pelas funções que exercem na organização da vida cotidiana e, mais especificamente, na articulação e na reprodução das relações de poder. Na sociedade civil, as classes procuram ganhar aliados para seus projetos através da direção e do consenso. Já na sociedade política as classes impõem uma "ditadura", ou por outro lado, uma dominação fundada na coerção (GRAMSCI, 1978, p.39).

Neste sentido, o Estado pode assumir um sentido amplo, em que a superestrutura, se caracteriza pela união de duas esferas, a sociedade política (Estado em sentido estrito, Estado - coerção) que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência. Esta propriedade identifica os aparelhos coercitivos ou repressivos de Estado, controlados pelas burocracias. Assim como assegura Liguori (2003), ao analisar os escritos e conceitos de Gramsci sobre o Estado Ampliado, afirma que:

O conceito central dos cadernos (do Cárcere) [...] é o de "Estado ampliado", que sendo Gramsci um pensador fortemente dialético, Estado e sociedade (mas também estrutura e superestrutura) apresentam-se em seus escritos como conceitos distintos, mas não organicamente separados e separáveis (LIGUORI, 2003, p. 174).

Ao se utilizar da sociedade política, as classes exercem uma ditadura, uma dominação mediante coerção. A outra esfera, a sociedade civil (Estado ético): compõe-se de organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, que podem ser: as escolas, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, os meios de comunicação dentre outros. No âmbito e contando com a sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia (buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso). Os seus portadores materiais são os aparelhos privados de hegemonia organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos.

Liguori (2003) esclarece que Gramsci:

Vale-se de um esquema triádico, formado por economia - sociedade civil - Estado. Tomemos, por exemplo, uma passagem dos Cadernos, na qual lemos que “a relação entre os intelectuais e o mundo da produção [...] é “mediatizada” [...] [por] dois grandes planos “superestruturais”: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da “sociedade política ou Estado” (CC,2, 20-21). Nessa passagem, a “produção” é nitidamente diferenciada tanto da sociedade civil quanto do Estado, termo que, neste contexto, é usado em sentido restrito, tradicional, ou seja, não “ampliado”, sem incluir, portanto, os organismos que Gramsci diz serem “designados vulgarmente como “privados” (grifos do autor) (LIGUORI, 2003, p. 178).

O Estado não produz a sociedade econômica, mas expressa a sua condição à medida que a questão social é produzida e reproduzida na sociedade capitalista de forma ampliada. Esta situação se deve ao fato das relações de produção se constituírem com base na estrutura da sociedade, como afirma Marx.

Nesta perspectiva pode-se entender com Marx que a criação de excedentes possibilitou a apropriação privada dos meios de produção, culminando com o aparecimento de classes sociais desiguais e contraditórias – “os *possuidores* de propriedade e os *trabalhadores* sem propriedade” (MARX, 2002, p. 110) - portadores de características específicas. A questão econômica também preocupava Gramsci que analisa a articulação presente entre ela e o Estado. Assim como afirma Liguori:

Entre a estrutura econômica e o Estado com sua legislação e sua coerção, está a sociedade civil [...]; o Estado é instrumento para adequar a sociedade civil à sociedade econômica. Portanto, a economia é a “estrutura”, ao passo que a sociedade civil e o Estado fazem parte da “superestrutura”, precisamente a “sociedade civil” e a “sociedade política ou Estado”. Podemos assim dizer que Gramsci é o maior estudioso marxista das superestruturas, das quais investiga a importância, a complexidade e as articulações internas. Mas nem por isso perde de vista o papel determinante da estrutura, ainda que no interior de uma concepção dialética da relação entre estrutura e superestrutura (LIGUORI, 2003, p. 178).

Desta apropriação resultou o surgimento do Estado que é capaz de assumir posições diferentes desde que não fira os interesses de determinados grupos sociais. Buci-Gluckmann (1990, p.128), interpretando Gramsci, esclarece como e de que forma isto se consolida: “[...] Gramsci distinguirá [...] dois conceitos de Estado, ou mais precisamente *dois momentos da articulação do campo estatal*: o Estado em sentido estreito (unilateral), e o Estado em sentido amplo, dito integral”.

O Estado em sentido estrito, “se identifica com o governo e seu aparelho coercitivo”, e o Estado em sentido ampliado “é composto pelo conjunto de meios de direção intelectual e moral, isto é, pelos aparelhos hegemônicos”. Já a hegemonia, em Gramsci, é tomada, assim, como um processo de direção política e ideológica, em que uma classe ou fração de classe tem uma apropriação preferencial das instâncias de poder em relação às outras classes.

A posição de Gramsci, apontada por Buci-Gluckmann, parece adequada para se entender o momento vivido, no Rio Grande do Sul no período em análise, em que o Estado, como sociedade política- governo- estabelece a coexistência de práticas de democracia representativa com políticas neoliberais.

Gramsci (1978), ao analisar as sociedades ocidentais, quando trata do Liberalismo Econômico, auxilia no entendimento deste contexto, visto que ambos apresentam características semelhantes e subsequentes, em que o Estado e a sociedade civil se identificam na realidade dos fatos. Desta forma estabelece que o Liberalismo, assim como o (Neo)liberalismo, é uma regulamentação de caráter estatal, introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva.

Nesta perspectiva transfere para a iniciativa privada não lucrativa ou terceiro setor os serviços educacionais, sociais, científicos e culturais, ao mesmo tempo em que se utiliza de seu aparato coercitivo para impor suas propostas e reprimir movimentos reivindicatórios da sociedade.

Esta prática, de uma maneira geral, caracteriza um Estado neoliberal, visto que o neoliberalismo defende a postura de que o mercado e não o Estado deveria ser o definidor de ações. Este modelo defende, ainda, a desregulamentação total, a derrubada das barreiras comerciais e a livre circulação de bens, de trabalho e de capital.

Como assinala Giddens na sociedade capitalista “a autonomia do Estado é condicionada, embora não determinada num sentido forte, pela sua dependência da acumulação do capital, sobre o qual seu controle está longe de ser completo” (GIDDENS, 1990, p.62).

Francisco de Oliveira (1997) assegura que o (neo)liberalismo estabelece a prevalência quase que exclusiva do mercado como única instituição autorreguladora, tanto da alocação dos recursos econômicos, como das relações sociais e da sociabilidade. Este processo se dá através da desvalorização de tudo aquilo que é público e pela emergência de um pensamento e de uma postura que se desloca, ao

extremo, do público para o privado e do coletivo para o individual, implantando regras que devem ser seguidas, regidas pela soberania do mercado.

O projeto (neo)liberal, portanto, oriundo da estratégia internacional do capital estabelece uma política econômica monetarista com ampla privatização de empresas estatais, em que o “Estado mínimo” e o “máximo de mercado” são elementos constitutivos do grande capital dos oligopólios.

Nesta perspectiva, o modelo (neo)liberal defende a concepção de que “o mercado é entronizado como instância societal mediadora por excelência no plano econômico e no plano político, sacralizando o Estado mínimo” (NETTO, 1994, p. 75). A expressão reestruturação produtiva traz em seu bojo, assim, o princípio de Estado mínimo e mercado máximo, que se desenha no processo que vincula economias nacionais e internacionais em um novo momento da mercadoria e da divisão social do trabalho.

O (neo)liberalismo derivado do liberalismo econômico, político e social é “um sistema de crenças e convicções aceitas sem discussões, que formam um corpo de sua doutrina ou corpo de idéias nas quais ele se fundamenta, constituindo uma ideologia” (CUNHA, 1979) e defende o individualismo, a liberdade e a propriedade.

Neste debate, é importante esclarecer que o neoliberalismo é uma ação político-econômica baseada nas ideias dos pensadores monetaristas (representados principalmente por Milton Friedman, dos EUA, e Friedrich August Von Hayek, da Grã Bretanha).

O modelo consolidado passou a alterar, tanto as condições econômicas e sociais dos países envolvidos, quanto às características jurídico-institucionais, com o objetivo de fortalecer a liberdade de mercado. Como resposta à própria crise do capital da década de 1970, iniciou-se um processo de “reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação” (ANTUNES, 1999, p. 31).

O (neo) liberalismo defende a necessidade de reduzir o aparelho estatal, nomeadamente o papel assistencial do Estado, em favor da privatização, da desregulamentação dos direitos do trabalho e da desmontagem do setor privativo estatal como única forma de garantir a estabilidade e o crescimento econômico.

A economia mundial globalizada, fundamentada na hegemonia da sociedade de mercado, com a continuidade de organização de mercados comuns, tem sido implementada pelas políticas (neo) liberais (SANTOS, 2002) e continua a ser aprofundada na atual crise econômica e financeira imposta pelo capitalismo, embora, neste momento, esteja havendo certa intervenção do Estado na economia, o que pode ser observado, no salvamento de grandes conglomerados industriais.

O ideário implantado buscou alternativas de combate à crise que se avizinhava, não apenas pelo esgotamento do próprio sistema capitalista, mas pela grande mobilização e poder dos sindicatos e do movimento operário que pressionavam por melhores salários, condições de vida e trabalho. Desse modo, seu propósito era o de “combater o keynesianismo e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p.10).

Este processo, no contexto da globalização de mercados, imposto e aceito pelos países em consequência da internacionalização da economia, vem acompanhado de toda uma retórica neoliberal e neoconservadora com profundas consequências para a educação como asseguram Frigotto (1995 a ; 1995 b) e Gentili; Silva (1994). No caso do Brasil foi o que aconteceu, embora, a ofensiva conservadora esteja associada aos projetos educacionais que começaram a ser implantados desde o regime militar da década de 1960 que permaneceu no poder mais de vinte anos.

Este processo investigativo deixa clara a intenção do Estado e de todo seu aparato de coerção, de desmantelar, criminalizar e perseguir, qualquer que fosse a ação do MST no estado, este também tinha a intenção de privar o acesso dos participantes as políticas públicas de direito às populações consideradas em situação de risco, ou então caracterizadas como de baixa renda, quando estes, buscam um levantamento numérico e também nominal das pessoas que estão incluídas nestas políticas através dos responsáveis pelas mesmas com investigações que recaem sobre: a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Educação. Podemos analisar com a leitura de tal documento a verdadeira intenção da realização desta investigação, a de garantir o direito à propriedade privada nas mãos de alguns, com a segurança do campo garantida, inclusive pelo judiciário apenas para uma parcela da sociedade, a que tem o domínio econômico, político e também jurídico dos aparatos do Estado.

Assim sendo, o Estado mostrou-se fraco em relação à capacidade de diálogo, de negociação, de respeito com as reivindicações dos movimentos sociais e, acima de tudo, mostrou o descaso com a educação. Paradoxalmente, foi sempre forte na defesa da ideologia neoliberal, para dar sustentação às práticas político-econômicas inspiradas no ideário, abdicando de tudo o que se refere ao “social” em nome da estabilidade da economia.

Em contraposição às ações repressivas e coercitivas do Estado a sociedade civil, de várias formas organizou-se para fazer suas reivindicações, nesse momento trataremos considerações sucintas sobre a categoria sociedade civil. Muitas foram as considerações e interpretações contemporâneas sobre essa categoria, mas interessa-nos aqui as considerações de Gramsci sobre essa categoria, Wood (2003) afirma que a reformulação feita por Gramsci acerca da sociedade civil, da maneira como apresenta a complexidade do poder político nos Estados Parlamentares ou constitucionais do Ocidente, em comparação com as autocracias mais abertamente coercitivas e a dificuldade de superação do sistema de dominação de classe já que, o poder de classe não se apresenta como um ponto de concentração possível no Estado, mas que se difunde na sociedade e em suas práticas culturais é a consideração mais completa sobre o conceito.

Ainda segundo Wood (2003) Gramsci assim se apropriou do conceito de sociedade civil para marcar o terreno de uma nova espécie de luta que levaria a batalha contra o capitalismo não somente a suas fundações econômicas, mas também às suas raízes culturais e ideológicas na vida diária. (WOOD, 2003, p. 2007).

Este conjunto de engrenagens que garante o funcionamento do sistema capitalista pode ser “despercebido” ou então encarado como algo naturalizado na vida moderna, mas que também pode ser percebido na medida em que a “sociedade civil”, como parte de um Estado, e compreende-se na relação dos conflitos de poder e de interesses antagônicos na sociedade capitalista; pode assim disputar a hegemonia política e social; através de representações sociais e políticas diferenciadas, dentre elas os movimentos sociais.

Nessa perspectiva teórica, a sociedade civil, embora configure um campo composto por forças sociais heterogêneas, representando a multiplicidade e diversidade de segmentos sociais que compõem a sociedade, está preferencialmente relacionada à esfera da defesa da cidadania e suas respectivas formas de organizações em torno de interesses públicos e valores, incluindo-se o de gratuidade/altruísmo, distinguindo-se assim dos

dois primeiros setores acima (Estado e mercado), que estão orientados, preferencialmente, pelas racionalidades do poder, da regulação e da economia.

É importante enfatizar, entretanto, que a sociedade civil nunca será isenta de relações e conflitos de poder, de disputas por hegemonia e de representações sociais e políticas diversificadas e antagônicas. (WERREN, 2006, p. 4).

Neste contexto é importante compreender que os sujeitos estão inseridos em um determinado tempo histórico, e que vivem o seu tempo. Um tempo de neoliberalismo, de financeirização da economia, de políticas compensatórias de Estado, de criminalização dos Movimentos Sociais e de miserabilização e escárnio dos trabalhadores e do trabalho em si.

Os sujeitos desta pesquisa estiveram presentes, direta ou indiretamente, nestas ações de criminalização dos movimentos sociais, e trazem consigo as marcas do aparato coercitivo, seja na memória coletiva, seja em suas práticas cotidianas. Este contexto é o que pretendemos elucidar nos próximos itens da pesquisa.

3 OS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA: CONHECENDO A SITUAÇÃO DA REGIÃO DE SÃO GABRIEL, OS ASSENTADOS DO NOVO HORIZONTE II

Descobrimos lá na base que a tal da Reforma Agrária do papel não vai sair. Pelo pedaço de chão pra colher o nosso pão vamos ter que nos unir. Companheiro e companheira, vitória vai ser ligeira se todos se organizarem. A gente faz acampamento, tira pão para o sustento e Reforma Agrária é pra já.

E vamos entrar naquela terra e não vamos sair. **Nosso lema é ocupar, resistir e produzir.**¹⁸

Zé Pinto (2002) (grifo nosso).

Estão presentes neste trecho da música de Zé Pinto, compositor e intérprete muito ouvido no movimento Sem Terra, aspectos mister da luta pela terra realizada pelos componentes do movimento, como a ocupação de terras e de prédios públicos. Assim, tornaram-se uma das estratégias de luta utilizada para a resistência nos territórios ou locais ocupados através da instalação de acampamentos e a instauração de assentamentos rurais nas terras conquistadas.

Nesta perspectiva, trazemos alguns destes momentos vividos pelos participantes destes movimentos, em especial pelos sujeitos da pesquisa. Lembramos que algumas referências sobre as ocupações, acampamentos e assentamentos fizeram parte do item: *O Despertar Organizativo da Luta Pela Terra: a Formação do MST*, parte do capítulo dois desta dissertação.

A ocupação de terras e de alguns patrimônios públicos e privados pelos movimentos sociais é uma das estratégias mais utilizadas para a denúncia, manifestação e pressão social acerca das questões de redistribuição de terras, acesso a políticas públicas e ocupação de terras e outras questões referentes aos direitos sociais reivindicados pela população.

Neste trabalho, nos deteremos a estabelecer uma aproximação com o tema ocupação de terras, para isso utilizaremos as colocações de Fernandes in Carter (2010), as quais apresentam as ocupações como imprescindíveis para as conquistas camponesas:

¹⁸ Pinto, Zé. Descobrimos lá na base. In **Arte em movimento**, 2002. MST, faixa 8.

A ocupação, como forma de luta e acesso à terra, não é um fato novo, é um contínuo na história do campesinato brasileira. Desde o princípio de sua formação, os camponeses em seu processo de criação e recriação ocuparam terra. A ocupação tem sido historicamente seu principal meio de acesso à terra. Estima-se que perto de 85% dos assentamentos no Brasil foram criados a partir de ocupações de terra. (FERNANDES apud CARTER, 2010, p. 174).

Estas ocupações estendem-se por todo território brasileiro e são motivo de um grande processo organizativo, de estratégia e mobilização dos camponeses em torno da concretização destas ações. Este é o momento em que os camponeses realmente desafiam um dos pilares de sustentação do capitalismo a propriedade privada, não é o início do conflito, segundo Fernandes apud Buainain (2008, p. 180):

A ocupação não é o começo da conflitualidade, nem o fim. Ela é desdobramento como forma de resistência dos trabalhadores sem terra. O começo foi gerado pela expropriação, pelo desemprego, pelas desigualdades resultantes do desenvolvimento contraditório do capitalismo.

Mas isso não esvai sua importância, pois os sujeitos que dela participam, tem a proporção real desta conflitualidade a partir de sua participação nestas ocupações, isso pode ser observado com Nilza quando tratamos do tema: acampamento, ações do movimento e sua participação:

Eu participei de todas as ações do movimento durante meu período de acampada, foram muitas, mas eu gostava mesmo das ocupações, todo mundo se preparava para a luta, ninguém ficava de fora, a minha primeira ocupação foi muito emocionante, cada vez que me lembro, me arrepio, depois que tu rompe a cerca do latifúndio, tudo muda na tua vida, não tem como volta atrás, dói muito pensar que uns tem tanto e a gente ali querendo um pedacinho pra produzi....

Aí vem a coragem de enfrenta a polícia que vem sempre em peso, com cachorro, cavalo, armado até os dente, risos e a gente com nossos instrumentos de trabalho, facão e às vezes com uns pedaços de pau, pra fazer barraco, risos, aí ainda dizem que a gente é perigoso, risos, foi aí que eu vi quem realmente a polícia protege, quem o estado defende... Mas a gente faz estas ações pois, sabe que só assim o governo vê a gente, que só assim ele desapropria as terras e faz assentamento.

Partimos das colocações de Nilza sobre a sua experiência com as ocupações, pois estas ratificam o quanto esta luta é estratégica para a conquista dos futuros assentamentos. Entendermos com ela o processo de ocupação implica na compreensão, que apenas o ato de ocupação, por si só não produz o efeito de denúncia e visibilidade almejado pelo movimento, quanto da realização da mesma, por isso, o próximo passo realizado para garantir tais objetivos é a fixação de acampamentos nas áreas ocupadas.

Os acampamentos possuem uma organização característica nas questões de: distribuição de espaços físicos, na elaboração de gestão e funcionamento interno das decisões e tarefas, na construção simbólica e linguística do cotidiano das famílias acampadas (SIGAUD, 2007, p.2). Sobre a novo universo simbólico vivido pelas famílias Sauer in Buainaim (2008, p. 258) explicita:

As histórias de vida e identidade são recriadas segundo o universo simbólico e as condições sociais e geográficas em que estão situadas. As pessoas se reconhecem como “sem terra” a partir de uma identidade construída nas interações sociais dos acampamentos, interiorizando representações e imagens que permitem a familiaridade e a comunicação, mesmo entre “estranhos”. Esse estranhamento é amenizado diante das constantes ameaças e insegurança.

Desde o momento da chegada à área ocupada há uma relação direta de todos os participantes na construção dos acampamentos, aos poucos o espaço ocupado já vai sendo povoado por barracas de lona preta, e de espaços de convívio coletivo, como escola, espaço de reuniões e às vezes até barracas de moradia coletivas.

Estes acampamentos constituem um espaço de moradia e convivência provisório, pois a permanência das famílias na área faz parte do processo de luta pela Reforma Agrária e pelo assentamento das famílias sem terra. O MST percebe o acampamento como lócus de fortalecimento e formação da identidade coletiva dos camponeses, com vivências necessárias a compreensão da luta sob uma ótica classe e como espaço privilegiado para a formação da consciência desta classe, sobre as condições de antagonismos relacionados a outras classes presentes na sociedade capitalista. Deste modo, Caldart (2000, p.49) assegura:

No MST a reflexão é a seguinte: O Movimento educa as pessoas que dele fazem parte à medida que as coloca como sujeitos enraizados no movimento da história, e vivendo experiências de formação humanas que são próprias do jeito da organização de participar da luta de classes, principal forma em que se apresenta o movimento da história. Mesmo que cada pessoa não saiba disso, cada vez que ela toma parte das ações do MST, fazendo sua tarefa específica, pequena ou grande, ela está ajudando a construir a identidade Sem Terra, a identidade dos lutadores do povo, e está se transformando, se reeducando como ser humano. (CALDART, 2000, p.49).

Os acampamentos seriam espaços e tempos intermediários, mas como vimos necessários. Para o MST a estadia nos mesmos é um critério estabelecido para quem tem interesse em ser beneficiário da Reforma Agrária. Precisamos esclarecer que para alguns movimentos que também reivindicam terras, ser acampado não é

um critério para acesso à terra; e que o próprio Incra também utiliza outros critérios, como por exemplo, abertura de editais para cadastro de interesse em assentamentos de Reforma Agrária.

No Estado do Rio Grande do Sul, já houve acampamentos com mais de duas mil famílias, como o da ocupação da Fazenda Guerra em 2.003, mas atualmente, devido à inúmeros fatores, inclusive os atos de criminalização, estão com uma quantidade bem menor de famílias, os registros do MST no Estado apresentam em torno de 50 acampamentos, com em média 200 famílias.

As ocupações, marchas, atos, enfim, as diversas ações e os próprios acampamentos, acabam por levar ao assentamento destas famílias. Estes são frutos da correlação de forças entre os sujeitos camponeses em seus movimentos e dos dominantes e de seus mecanismos de poder e controle.

3.1 Os assentamentos da Reforma Agrária e as novas facetas do território

Os dados do PNAD 2008 indicam que 16% do total de habitantes no país moram no campo. São 30 milhões de brasileiros, entre crianças, jovens, homens e mulheres, ribeirinhos, quilombolas, produtores e produtoras rurais, dentre outros povos do campo.

Ainda observa-se que, na região Nordeste, a proporção é de 27,6% e na região Norte é de 22%, desta forma conclui-se que estas são as regiões com maior concentração de famílias e casas rurais. Sobre a quantidade de famílias e pessoas que foram assentadas, os números apresentados remetem ao ano de 1996, e fazem parte do chamado: I Senso da Reforma Agrária, realizado com as universidades e sob a supervisão do INCRA, o mesmo foi muitas vezes questionado pelos movimentos sociais, em especial pelo MST, pois segundo estes movimentos, os dados estão além do que realmente existe e ainda não apresentam a realidade destes assentamentos. Mesmo assim, trazemos alguns dos resultados levantados, no texto de Bergamasco (1997, p.3.):

O censo apurou um total de 161.556 famílias beneficiárias em 1.460 projetos de assentamentos distribuídos por 26 estados da Federação. Os Estados do Maranhão e do Pará são os que apresentaram maior contingente de famílias assentadas. Este fato vem confirmar uma territorialização da reforma agrária (reeditada dos processos de colonização do regime militar, reforçada pelas respostas do Estado aos conflitos, que têm maior incidência nas áreas de fronteira.)¹⁹

Esses dados, mesmo que defasados, demonstram a importância de que uma política de Reforma Agrária assumiu e assume para um grande contingente da população brasileira.

Neste prisma, apresentamos agora, o que são e como se concretizam estes novos espaços territoriais. Os assentamentos rurais promovidos pela Política de Reforma Agrária são uma resposta dada aos conflitos sócio-territoriais gestados e desenvolvidos no Brasil desde sua ocupação pelos portugueses, passando pelo modelo agrário exportador, até o período de mecanização da agricultura e o desenvolvimento produtivo, passando pelo momento de redemocratização do país, até nossos dias atuais.

Eles consistem na compra, venda, ou desapropriação de uma fração de terras; na prática são a repartição das terras pelos governos federal, municipal, ou estadual, ou então por órgãos atrelados a eles (como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Incra, Ministério da Agricultura, Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, ou Secretarias de Agricultura) nomenclaturas que mudam de acordo com os períodos e governos instituídos. Martins (2000) afirma que:

Ora, assentamento é a forma da redistribuição da terra, que é em que consiste, no essencial, qualquer reforma agrária. Reforma agrária é todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade. (MARTINS, 2000, p.11)

Estas desapropriações e a política de Reforma Agrária em si, só ocorrem devido a grande pressão social exercida por parcelas da sociedade civil, ou então pelos movimentos sociais organizados através da luta pela terra.

Fernandes apresenta-nos a sistematização da pressão realizada na luta pela terra, a conquista dos territórios de assentamento, e suas possíveis relações daí, a diante, da seguinte forma:

¹⁹ A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números é um artigo de Sonia Pereira Bergamasco esclarecedor na relação às estatísticas e realidades dos assentamentos da Reforma Agrária.

A ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição naquele território- da relação social capitalista e da criação e /ou recriação da relação social familiar camponesa. Esse é seu ponto forte, que gera a possibilidade da formação camponesa, da sua própria existência, fora da lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo. Este também é seu limite, porque não possui o controle político das relações econômicas. (FERNANDES, 1988, p.179).

Em relação ao aspecto territorial, a luta pela terra inicialmente consiste na luta por um espaço territorial, nesse caso o território, não assume apenas o aspecto do controle de poder e de quem o governa, o território não é aqui considerado somente um espaço de governança, pois priorizamos considerar os diversos interesses que produzem e que atuam sobre os mesmos.

Para Veiga (2005) o território não é um simples termo, mas, sim, como um importante conceito analítico para o entendimento do espaço. Conseguimos identificar no Brasil a retomada dos estudos sobre a categoria território a partir da década de oitenta, principalmente na área da geografia, e com as abordagens feitas por Becker (1983), Santos (1993, p.1994) e Souza (1995).

Nas teorizações de Becker (1983, p.7), a passagem de uma compreensão técnica de território, relacionada somente com as questões do Estado, para uma noção que incorpora elementos da problemática humana, (1983, p.7), começa a ocorrer a partir deste momento, a autora afirma que “face à multidimensionalidade do poder, o espaço reassume sua força e recupera-se a noção de território”.

Uma das perspectivas de análise e interpretação da categoria sustenta-se na questão política, que destaca as relações de dominação e apropriação do espaço, compreendendo desde as relações pessoais do cotidiano que se configuram nas relações locais, até as relações em escala global, bem como na interrelação entre estas escalas locais-globais. Assim Souza (1995, p.78) diz que “o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”.

Também precisamos considerar as relações que permeiam o território dentro de um sistema econômico globalizado, onde para as empresas e conseqüente para as políticas de interesses internacionais ele tem imenso valor, de afirmação econômica, mas, principalmente de garantia de espaço territorial de domínio e influência, assim como defende Santos (2008, p.79): “Os territórios tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral

da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local da sociedade nacional”.

Em uma perspectiva que trata do território como formador de subjetividades e simbologias, destacamos Raffestin (1993, p. 158), que considera o território como condutor de papel diferenciado, onde os grupos sociais se identificam e se relacionam com a experiência vivida, seria um espaço de um passado afetivo, esse mantido pelas representações culturais.

O território nesta ótica, é um espaço em que se criam cotidianos, se desenvolvem relações, enfim, processos sociais que auxiliam no esclarecimento do desenvolvimento do campo. Concordamos com o entendimento de Arroyo e Fernandes (2000) de que:

O Campo é “lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar e a sua identidade cultural”. Desta forma, defendem que o campo não é só lugar da “produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio, de grilagem de terras, portanto, o campo é lugar de vida e, sobretudo, de educação” (ARROYO; FERNANDES, 2000, p. 92).

Os assentamentos de Reforma Agrária seriam uma nova dinâmica na discussão do território e na configuração destes territórios no campo, sendo escassos os registros dos primeiros²⁰, e mesmo assim, são novas experiências de gestão, formação e consolidação da agricultura familiar em um território geralmente marcado por grandes extensões de terras, na mão de um único proprietário. Sobre a questão da classificação destes territórios chamados assentamentos, Girardi e Fernandes (2008), fazem uma distinção com relação a procedência, distribuição e ocupação dos assentamentos e para isso, apresentam os seguintes argumentos:

Classificamos os assentamentos em *não reformadores* e *reformadores*.[...] De modo geral, os assentamentos *não reformadores* são os reconhecimentos de posse, assentamentos criados a partir de terras públicas, unidades de conservação sustentáveis e outros projetos de caráter ambiental. Esses assentamentos se confundem com as políticas ambiental e de ocupação do território. Essas áreas não fazem parte da estrutura fundiária e geralmente são criadas em terras públicas, o que não implica em desapropriação de terras.

[...] A regularização de posses também não implica em desapropriação de terras. Desta forma, consideramos que o reconhecimento de posses e a criação de assentamentos em terras públicas são formas de alterar a estrutura fundiária com a adição de novas áreas e de novos detentores, sem que seja necessário *reformar* as áreas que previamente compunham a

²⁰ Sabemos que oitenta famílias foram assentadas na Fazenda Macali, nos primeiros meses de 1980, sendo este, o primeiro assentamento rural no Rio Grande do Sul, segundo registro no livro de Miguel Carter, 2010, p.206.

estrutura fundiária, ou seja, dividir as terras. No caso dos assentamentos *não reformadores* o campesinato se territorializa sem que haja a desterritorialização do latifúndio. Para os assentamentos *reformadores* as terras são arrecadadas geralmente a partir de desapropriação, o que representa o mais alto grau de reforma da estrutura fundiária possível na legislação brasileira atual. Através da criação desses tipos de assentamentos é cumprido o artigo 186 da Constituição e a estrutura fundiária é *de fato* desconcentrada: com os assentamentos reformadores o campesinato se territorializa a partir da desterritorialização do latifúndio e isso é reforma da estrutura fundiária. GIRARDI e FERNANDES (2008, p.14)

Os autores apresentam os períodos de 2001 até 2011, com um índice maior de assentamentos não reformadores, ou seja, o período de menor desterritorialização do latifúndio, ou ainda, um período de uma política social e econômica de menor distribuição e divisão de terras. Segundo os mesmos, *esses assentamentos não reformadores correspondem, no primeiro mandato de Lula, a 21% dos assentamentos criados, 43% das famílias assentadas e 80% da área total* e, portanto, uma política agrária mais *conservadora*. (GIRARDI e FERNANDES, 2008, p.14).

Um aspecto importante é a questão da produção nos assentamentos, e nestes territórios a agricultura familiar ainda é a principal matriz econômica e produtiva. O Censo Agropecuário datado de 2006 identificou 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar, estes representam 84,4% do total, em contrapartida ocupam apenas 24,3% da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Os dados demonstram-nos que ainda cultivando uma área menor, a segurança alimentar do país está nas mãos da agricultura familiar; estes dados ainda revelam que, de cada dez pessoas que trabalham no campo, sete ocupam-se da agricultura familiar.

Sem dúvida alguma, os assentamentos da Reforma Agrária são espaços de reinvenção e resgate da vida, do trabalho e da cultura camponesa, em seus fazeres característicos, em sua cultura e sobrevivência, mas estes ainda são espaços de extremas dificuldades, conflitos e constantes desafios para a estrutura agrária brasileira e para os camponeses que neles habitam. Isso é o que veremos a partir da apresentação e análise de nosso objeto e sujeitos de pesquisa em estudo.

3.2 São Gabriel Terra de Marechais²¹, e Terra de Sem Terra?!

GABRIELENSES DIZEM NÃO À INVASÃO E A SEUS APOIADORES

Povo de São Gabriel, não permita que sua cidade tão bem conservada nesses anos, seja agora maculada pelos pés deformados e sujos da escória humana.

São Gabriel, que nunca conviveu com a miséria, terá agora que abrigar o que de pior existe no seio da sociedade. Nós não merecemos que essa massa podre, manipulada por meia dúzia de covardes que se escondem atrás de estrelinhas no peito, venham trazer o roubo, a violência, o estupro, a morte. Estes ratos precisam ser exterminados. Vai doer, mas para grandes doenças, fortes são os remédios. É preciso correr sangue para mostrarmos nossa bravura. Se queres a paz, prepara a guerra, só assim daremos exemplo ao mundo que em São Gabriel não há lugar para desocupados. Aqui é lugar de povo ordeiro, trabalhador e produtivo. Nossa cidade é de oportunidades para quem quer produzir e não há oportunidades para bêbados, ralé, vagabundos e mendigos de aluguel.

Se tu, gabriense amigo, possuis um avião agrícola, pulveriza a noite 100 litros de gasolina em vôo rasante sobre o acampamento de lona dos ratos. Sempre haverá uma vela acesa para terminar o serviço e liquidar com todos eles.

Se tu, gabriense amigo, és proprietário de terras ao lado do acampamento, usa qualquer remédio de banhar gado na água que eles usam para beber, rato envenenado bebe mais água ainda.

Se tu, gabriense amigo, possuis uma arma de caça calibre 22 atira de dentro do carro contra o acampamento, o mais longe possível. A bala atinge o alvo mesmo há 1200 metros de distância.

FIM AOS RATOS. VIVA O POVO GABRIELENSE! (Manifesto dos latifundiários contra os Sem Terra)²².

O texto acima utilizado foi uma das respostas dadas pelos latifundiários da região de São Gabriel a grande marcha do MST ocorrida na região em 2003, rumo a Fazenda Southall. Este manifesto foi distribuído na cidade sob a forma de panfleto, contendo um apelo criminoso, discriminatório, diríamos até fascista, o qual demonstra a intenção de acabar com qualquer tipo de manifestação e inclusive contra a presença dos trabalhadores Sem Terra no município. A tentativa explícita em todo texto é a de construir uma opinião consensual em toda população, essa estaria em defesa da propriedade privada, da política do “manda quem pode”, “obedece quem precisa” e, principalmente com o objetivo de extermínio de qualquer

²¹ O município de São Gabriel é chamado de Terra dos Marechais por seu histórico de personalidades militares, lá nasceram os Marechais: João Propício Menna Barreto, Fábio Patrício de Azambuja, um dos Presidentes da República Hermes Rodrigues da Fonseca.

²² Disponível em <http://www.midia independente.org>. Acesso dia 13/06/2012.

iniciativa popular de questionamento ao modelo de acumulação neoliberal de capital através das terras.

A Fazenda foi desapropriada durante o primeiro governo Lula, mas, devido a pressão dos ruralistas e da FARSUL, ao governo local, estadual e federal, o caso acabou no Supremo Tribunal Federal, que anulou a desapropriação, com a justificação de que a mesma era produtiva. Devido a um acordo entre o proprietário e o Incra em 2008, ocorreu a desapropriação de uma fração da área, com o pagamento de indenização, e hoje dois assentamentos desta região, localizam-se na mesma, o Assentamento Conquista do Caiboaté, com 330, e assentamento Itaguaçu com 122 famílias.

Este conflito na região demonstra-nos o embate direto da proposta de reforma agrária promovida pelo MST versus a proposta de continuidade dos Latifundiários, estes em sua maioria, condutores do agronegócio no Estado, além é claro, de transparecer o peso político e o poder que possuem na região em destaque.

Sempre foi, e no sistema que vivemos, será difícil romper com as cercas do latifúndio e do poder que a classe que o assegura representa, e na região de São Gabriel isto ficou evidente no período de realização das manifestações e da conquista dos assentamentos, mostrando-nos assim a dinâmica da luta de classes. Os sujeitos da pesquisa vivenciaram situações até então inimagináveis no que tange a questão da não garantia dos direitos sociais básicos, como saúde, educação, segurança, saneamento básico, e respeito a sua condição humana, mas o discurso local e estatal apresentam outras argumentações a este respeito, questões que veremos na sequência deste texto.

A partir de dezembro de 2008 em uma ação do MDA e a Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul, foi realizada a instalação de quinhentas e noventa famílias sem-terra em cinco novos assentamentos nos municípios de São Gabriel e Santa Margarida do Sul. Leite et al., (2004), esclarecem que a expressão assentamento engloba uma importante diversidade de situações com origens e características que variam de acordo com o contexto histórico em que se inserem essas unidades de produção.

Também são bastante diversificados os beneficiários diretos dos assentamentos de reforma agrária. No local em estudo, com o passar do tempo, o número de famílias assentadas aumentou e em 2011, são oito áreas de assentamento no local. As famílias que ali chegaram provinham de várias regiões

diferentes do Estado e tinham em comum o interesse de chegar à terra conquistada depois de grande período embaixo das barracas de lona preta. Cada uma das famílias tratou de ali semear seus sonhos e planos para a constituição e concretização de uma vida digna e sustentável.

Com as famílias, chega também a oportunidade de maior desenvolvimento para os municípios, pois estas pessoas aumentam o consumo de gêneros alimentícios, transporte coletivo, alguns artigos de vestuário, onde há uma mudança na estrutura e circulação econômica local. E com relação à economia, também deve haver um investimento do governo federal para garantir a continuidade do programa de reforma agrária instaurado na região, o pronunciamento do então superintendente regional do INCRA/RS, Mozar Artur Dietrich informa que:

A reforma agrária traz investimentos, gera ocupação e renda. Apenas nos três primeiros anos, cada família recebe em créditos R\$ 31,8 mil. "Isso significa, tomando o exemplo de São Gabriel, onde serão assentadas 612 famílias, quase R\$ 20 milhões". (DIETRICH, 2008, s/p.).

Cria-se também a necessidade de obras de infraestrutura, como a abertura de estradas e a garantia de água para os camponeses, além do acesso à luz elétrica, atendimento à saúde, saneamento básico e o direito à educação. As autoridades locais representadas pelo Prefeito Rossano Gonçalves tiveram em audiência com o Ministro da Agricultura, Guilherme Cassel e com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

O que esteve na pauta foi a discussão de ações para melhoria da infraestrutura e serviços de saúde no município gaúcho, segundo Rossano: "*A nossa população está crescendo 10% anualmente. A oferta de serviços como os de educação e saúde devem acompanhar esse crescimento*", e ele ainda apresentou obras como escolas, postos de saúde, serviços de ambulância e equipes do programa saúde da família, já José Gomes Temporão, garantiu a infraestrutura necessária na área de saúde para o desenvolvimento de São Gabriel. (INCRA, 11 Março de 2009, s/p).

Mas a situação em que se encontram as famílias (crianças, jovens e adultos) nas áreas de assentamento de São Gabriel e Santa Margarida do Sul, após três anos de assentamento nesta região, é extremamente difícil. Assim, salientamos alguns elementos de evidência da situação local na seguinte ordem: a) Infraestrutura, b) Créditos e Agricultura, c) Saúde, d) Educação, lembramos que os

mesmos constituem a realidade da região e reproduzem-se em nosso objeto de estudo o Assentamento Novo Horizontell, e o que tiver ocorrido de forma diferente, nesses elementos, em nosso foco de pesquisa, será esclarecido quando tratarmos especificamente do mesmo.

Relatamos agora os dados coletados²³ e a possível análise da questão infraestrutura, depois de três anos de assentamentos nessa região, pode-se constatar que dos oito assentamentos estabelecidos apenas dois possuem os “riscos” de abertura de estradas, sendo eles assentamento: Itaguaçu (abertura ainda em curso) e Assentamento Novo Horizonte (feito apenas com retro escavadeira da prefeitura), os outros seis assentamentos não possuem estradas de ligação nem com a estrada principal, muito menos entre os lotes dos assentados.

A questão do abastecimento de água nos assentamentos é precária, pois apenas o Assentamento Caiboaté já possuía um poço artesiano, dos outros assentamentos, apenas quatro receberam os poços, mas que ainda não estavam em funcionamento no período da pesquisa; e muitas crianças e adultos já apresentavam sintomas de contaminação e doenças devido ao consumo das águas disponíveis²⁴.

Ainda faz parte da infraestrutura a luz elétrica, que foi colocada em seis assentamentos através do Programa Luz para Todos, mas alguns lotes não foram contemplados, e devido ao prazo de convênio estar esgotado, segundo o Incra, dois assentamentos estavam sem abastecimento e também sem previsão para o mesmo até o fim de 2010. Como podemos brevemente observar as questões básicas de infraestrutura, como estradas, água, luz ainda eram sérios problemas para os assentados da região no período analisado.

Passamos assim, ao segundo tópico de análise: b) Créditos e Atividade Agrícola, estes assuntos para nós e nossos sujeitos são primordiais, pois se referem diretamente as questões produtivas e de garantia da reprodução social destes camponeses hoje assentados. O II Plano de Reforma Agrária, política em vigor no período da pesquisa, prevê investimentos em crédito agrícola e produção específica

²³ Todas as informações contidas nos itens: a) Infraestrutura, b) Créditos, c) Saúde, e d) Educação; estão devidamente registradas nos arquivos da COPTEC, e nos foram integralmente disponibilizadas.

²⁴ Esta situação foi comunicada ao INCRA pelos técnicos sociais da Coptec, através de um ofício em março de 2010, este documento faz parte do arquivo da cooperativa.

para os assentamentos, assim como anunciou em entrevista por nós já utilizada, o superintendente do Incra no Estado, Mozart Dietrich.

Ao chegarem nos assentamentos as famílias encontram-se descapitalizadas devido ao tempo que passaram em acampamentos, na sua grande maioria, sem realizar nenhum tipo de trabalho remunerado, esta situação vai agravando-se na medida em que há uma demora considerável no que diz respeito ao crédito de apoio a produção.

O Incra tem estabelecido como meta a liberação do crédito apoio inicial nos primeiros meses de assentamento, este crédito seria no valor de R\$ 3.200,00, sendo que R\$ 800,00 seriam destinados à compra de alimentos, e restante para ferramentas, pequenos animais e sementes. A próxima fase é o crédito fomento, que consiste em duas parcelas do mesmo valor do apoio, salientamos que depois de acessado o primeiro crédito, o MDA não fornece mais a cesta básica as famílias.

Esse valor torna-se irrisório se considerarmos que estas famílias ainda estão alojadas em barracos de lona, e que não possuem nenhum, ou quase nenhum instrumento de trabalho para trabalharem suas terras nos assentamentos, mas esse não é o problema maior, como o Senhor Odone traz em suas colocações:

Já faz quatro anos que a gente tá aqui, e tudo que nós recebemos foi 3.200,00 e mais nada, tudo é lento, e devagar, a comida acaba e se o milho que tu plantou não der por causa da seca?... E as famílias que tem cinco ou seis pessoas, como ficam? E as crianças? E o pior, o pior é que tem famílias que depois desse tempo não acessaram nada ainda, nem crédito, nem projeto... E a sociedade e o Incra querem que a gente saia já produzindo...risos..Produzindo o que? Capim?

Além do crédito, um fator determinante, é a opção produtiva, que pode ser pela agricultura familiar camponesa, ou então pela agricultura industrial e a serviço do mercado. As famílias camponesas que vivem no território conquistado desenvolvem seu trabalho e buscam através do comprometimento com a vida saudável, o crescimento dos municípios respeitando o meio ambiente e garantindo a sua sobrevivência econômica, cultural e social. Neste aspecto sua produção fundamenta-se na unidade familiar, a qual não tem recebido incentivos para ampliar nem melhorar a produção, visto que o Estado mostra-se cada vez mais comprometido com o agronegócio. Isto é uma situação que se pode observar, por exemplo, na afirmação do Ministro da Fazenda Guido Mantega (2009) *ao assegurar*

que os recursos serviriam para financiar principalmente frigoríficos, setor de suinocultura, aves e carne bovina. (AGÊNCIA BRASIL, Folha on line, 2009).

De outro lado, a agricultura familiar camponesa é defendida pelos organismos internacionais entre eles a FAO (Fundo das Nações Unidas para a Agricultura), como sendo o modelo de uma agricultura sustentável. Além da FAO, organizações nacionais como a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores/as da Agricultura) e organizações não governamentais (ONGs) apresentam-na como referencial de produção agrícola com base na unidade familiar.

No caso dos municípios de Santa Margarida e São Gabriel, as ideias de Marx no: *Dezoito Brumário* ajudam a compreender o processo de trabalho e da produção no capitalismo. As relações de trabalho neste sistema são de exploração de uma classe sobre a outra; além disso, o objeto de trabalho, os meios e os instrumentos utilizados na produção da economia local estão a serviço do capital. A maioria das terras economicamente produtivas da região está a serviço do agronegócio, pois mais de 65% delas produzem arroz e soja, principalmente para a exportação.

Há uma intensa utilização de produtos químicos e de máquinas agrícolas, o que, ao invés de facilitar o trabalho dos camponeses, faz com que se tornem dependentes do capital internacional e consumidores permanentes desses produtos, o que é observável nas fazendas que circundam os assentamentos.

Isto se torna evidente à medida que ocorre um desequilíbrio no ecossistema, tais como os longos períodos de seca, as chuvas intensas, a desertificação. O desgaste da terra e dos recursos naturais faz com que recorram aos mecanismos do capital e do Estado, buscando financiamentos, empréstimos a juros altíssimos e comprometimento total dos seus rendimentos, o que os faz reféns da economia capitalista de mercado.

Essas são, portanto, questões que Marx ajuda a entender, uma vez que, ainda hoje, o capitalismo, em sua fase imperialista reafirmada com a globalização econômica, faz com que as classes sociais estejam permanentemente em contradição e luta, seja para manter as relações sociais, econômicas, culturais, políticas e ideológicas de um modo de produção, seja para mudá-las.

A relação do mercado e do capital são apoiadas e sustentadas pelos governos, enquanto que os movimentos sociais, nesse caso os assentados do MST,

e suas lutas são contra os governos e contra o capitalismo, apesar de estarem submissos às suas regras.

No que diz respeito ao item Saúde, retomaremos o trecho da fala do Prefeito de São Gabriel Rossano Gonçalves que afirmou: *"A nossa população está crescendo 10% anualmente. A oferta de serviços como os de educação e saúde devem acompanhar esse crescimento"* (INCRA, 11 março de 2009). Apesar das colocações do poder municipal a situação encontrada nos assentamentos em relação à saúde dos assentados é de calamidade, todos os assentados visitados pelos técnicos da COPTec fizeram reclamações sobre o atendimento na região, ou a falta deste. São vários os registros na cooperativa sobre o descaso, negligência e até discriminação recebida pelos assentados com relação ao sistema público de saúde no município.

A partir disso resolvemos fazer uma entrevista com uma das técnicas responsáveis pela área social, de saúde e educação que acompanha os assentamentos para dar mais veracidade às informações coletadas nos arquivos da cooperativa. Isabel, e mais dois técnicos da área, são contratados através de um convênio do INCRA para atenderem todos os assentados da região, ela contou-nos que está em São Gabriel, desde a criação dos assentamentos, que já havia trabalhado com assistência técnica em outras localidades, mas que, não havia ainda trabalhado em uma localidade: *"onde a dificuldade de diálogo com as autoridades sobre os direitos sociais básicos dos cidadãos fosse tão difícil"*, ainda complementa dizendo , *"isso só acontece na terra dos marechais", risos...* Pedimos para que ela contasse-nos algumas atitudes ou então fatos que haviam chamado-lhe atenção com relação ao não cumprimento dos direitos sociais básicos.

Isabel então começou a enumerar atitudes e fatos, dos quais escolhemos o seguinte trecho de sua fala:

Em relação ao poder público de São Gabriel era o caos estabelecido, tudo era negado aos Sem Terra. Desde chegar à rodoviária pela madrugada era negado de ficar esperando o ônibus para ir para o assentamento no outro dia. Uma mulher do assentamento Conquista do Caiboaté teve seu bebê na sede do assentamento porque as pontes foram cobertas pelas águas. E não se conseguia chegar até ao hospital. A prefeitura nunca disponibilizou ambulância em caso de emergência. Sempre tratou as famílias assentadas no município sempre ,com discriminação total. As famílias não eram munitipes de São Gabriel, palavras ditas pelas autoridades municipais.

...Um senhor do assentamento Madre Terra, a 80 km de São Gabriel faleceu na 6ª feira e apenas foi enterrado na 2ª feira. Passamos 4 dias tentando fazer o funeral. E para completar era feriadão e nem um órgão público funcionava no município. A polícia iria até o assentamento se fosse

assassinato, a funerária que estava de plantão não atendia 'indigente', e outra funerária atenderia só mediante consentimento da Secretaria de Assistência Social. O plantão desta secretaria negava-se a atender. O médico negava-se a dar o óbito. E paralelo a tudo isso, às famílias assentadas o velavam em cima de uma mesa na sede do assentamento. Depois de muito se fazer, e de eu ter que deixar minha identidade empenhada como forma de pagamento, a família conseguiu fazer o funeral para o 'Seu' Santino. É um cartel: prefeitura, assistência social, funerária, capela, médico e cemitério, todos contra os Sem Terra. (ISABEL,2011).

Podemos com esse depoimento minimamente levantar dúvidas sobre as colocações do poder público municipal, no que diz respeito aos investimentos gerados na área da saúde, ou então questionarmos para quem eram esses direitos, pois se uma grande quantia da população pereceria, qual seria a parcela que recebia esse atendimento e era abarcada com esses investimentos?

Um grande indício do poder centralizado e principalmente de uma política de privilégios sociais ao alcance de quem comanda o poder estabelecido. Acrescentamos que, no nosso objeto de estudo, Assentamento Novo Horizonte II, os assentados, segundo registros das entrevistas, eram atendidos no posto de Saúde Municipal, mas quando tratava-se de uma especialidade, os mesmos eram encaminhados a São Gabriel, e "*...era ter paciência de esperar para ser atendido e fazer exame, se fosse atendido é claro*" (NILZA,2012).

Seguimos nossa análise com um dos elementos de sustentação deste trabalho, a Educação, item, d) da realidade investigada; aqui como trazido em nossa metodologia utilizaremos entrevistas realizadas com a Secretária de Educação de São Gabriel, Denise Notarjágamos e a Secretária de Educação de Santa Margarida do Sul, Márcia Take Maruyama Dias, onde estão os familiares de nossos sujeitos da pesquisa, contamos ainda com falas da Isabel já apresentada anteriormente.

A negação dos direitos sociais básicos fica ainda mais preocupante, quando isso remete a situação da educação, e, especialmente quando não se dá o direito de tê-la. A legislação brasileira prevê o direito à educação. Assim, na Constituição Federal consta o seguinte:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, Constituição Federal, 1998).

As leis são direitos sociais conquistados com muita persistência e luta, o que nos causa inquietudes e grandes insatisfações quando nos deparamos com a

realidade apresentada nos Municípios de São Gabriel e Santa Margarida com relação ao: aumento de número de crianças matriculadas; calendário escolar; situação do deslocamento para ir a escola; número de crianças fora da escola; avanço na concretização do projeto da escola pólo; desconsideração com a educação do campo, com a pedagogia da terra em relação aos professores e proposta pedagógica das escolas que atendem as crianças dos assentamentos e falta de turmas de ensino médio e profissionalizante.

A legislação brasileira reformulou as regras para a educação a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/96 – em um contexto de privatização e redução do papel do Estado. Este processo ignorou a trajetória de reflexão e discussão da própria área de educação, representada por suas entidades, consolidando um projeto educacional de cunho neoliberal, em que neste modelo de Estado mínimo se desobriga de sua responsabilidade histórica com a educação de seus cidadãos, atendendo aos ditames dos organismos internacionais.

É o que pode ser observado neste momento nos locais em estudo. Atualmente são duzentas e três crianças matriculadas, embora, o censo escolar da cidade não deixa claro o número real do aumento, em razão dos assentamentos. O relato da diretora da Escola Municipal Ataliba Chagas de São Gabriel mostra a diferença considerável do número de matrículas com a chegada dos assentados (esta escola que estava tentando o processo de municipalização): “antes de Dezembro havia na escola dez crianças matriculadas, hoje são em torno de 190 crianças que freqüentam o Ensino Fundamental nesta escola, resultado dos assentamentos” (afirmação da Diretora).

Nesta escola as turmas vão de quinze até trinta crianças, em espaços apertados de três, no máximo quatro metros de largura, cuja altura também é mínima, onde os alunos ficam amontoados e apresentam até dificuldade para ir ao banheiro, apenas foi feito “um puxado” onde funciona mais uma sala de aula. A escola só possui um banheiro que é utilizado por todos e que segundo as próprias crianças gera vários constrangimentos. Vejamos as colocações de Isabel, técnica da COPTec sobre essas escolas e suas realidades, e, as colocações do poder público, por ela procurado:

Na Ataliba, uma escola com 2 salas passou a ter 4 minúsculas salas. Onde ficavam 'empilhadas'. Precisando uma criança sair para ir ao banheiro todos tinham que levantar. Outras crianças estudam na Escola Manoel localidade de Palma, distante 60 km em estrada de chão muito ruim em propriedade da Votorantin. Localizada numa vila 'fantasma' de casas abandonadas, de funcionários que trabalhavam na empresa mineradora. Umas estudam na Escola do distrito de Suspiro também 'empilhadas' em uma sala apenas. E outras estudam espalhadas pela cidade.

Foram tentadas várias audiências com o governo municipal e em uma dessas, o secretário de educação substituto, Sr. Hélio Menna, militar aposentado disse: " eu quando era pequeno caminhava 12 km a pé para estudar e hoje estou onde estou...e porque que as crianças sem terra não podem andar 7 km?"

Em outra ocasião nos recebeu a secretária Denise e nos disse que as crianças sem terra eram felizes: "elas entram no ônibus escolar cantando e irritam o motorista", porque só elas que cantam as outras crianças da cidade não cantam.

Apesar do aumento do número de alunos no município, não foi realizada nenhuma melhoria significativa com relação às áreas físicas das escolas que atendem aos alunos dos assentamentos. Outra questão preocupante e que compromete a qualidade de ensino nesta escola é o funcionamento do calendário escolar.

Defendemos que um dos aspectos mais importantes para a preservação das singularidades da escola do campo, é a necessidade de um calendário específico. Assim se evidenciam como as estruturas escolares não consideram a realidade das escolas. As escolas que são compostas por educandos oriundos do campo, nas épocas de safra, sofrem acentuadamente com a evasão escolar, uma vez que o trabalho familiar necessita do envolvimento direto ou indireto do jovem educando (a).

Os tempos camponeses não são os tempos urbanos, no entanto, a existência de escolas com calendários específicos é praticamente nula, o que evidencia uma total despreocupação do Estado com a frequência e aproveitamento escolar destes alunos. O que ocorre é uma repetição mecânica do calendário da "rede urbana" de ensino, para as escolas da área rural, desnecessário seria repetir que é imperativo refletir e realizar ações para se postular uma organização do trabalho pedagógico de acordo com as necessidades da educação do campo.

Nesse caso específico, a escola atende três vezes na semana em turno integral as séries iniciais, nos outros três dias as séries finais do ensino fundamental, sendo que uma grande parte dos alunos tem aula todos os sábados e muitas crianças faltam às aulas neste dia para ajudar nos afazeres domésticos. A educação nesta perspectiva não cumpre o papel social que lhe cabe, não se faz

presente no contexto vivido, ignora as dificuldades dos educandos e suas famílias, e não contribui com a emancipação das massas, assim como afirma Freire:

A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre nós. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação. A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação” para a “domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto ou educação para o homem-sujeito (FREIRE, 1967, p.36).

Ainda sobre o calendário escolar não há nenhuma escola (municipal ou estadual) nos dois municípios que tenha calendário diferenciado devido às especificidades do campo, nem mesmo adaptações nos períodos de grandes precipitações pluviométricas, e as dificuldades geográficas e físicas de deslocamento dos educandos. Segundo a Secretaria Denise, “as estradas são há trinta anos assim no interior, não se espera que mudem agora, tão rápido”. As crianças acordam muito cedo, caminham vários quilômetros e em alguns casos, passam o dia todo na escola, ao retornarem repetem o mesmo itinerário cansativo e massacrante.

Uma das maiores reivindicações dos pais, famílias do assentamento e do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na região, é à entrada dos ônibus escolares dentro dos assentamentos, o município remete esta responsabilidade ao Incra, nesse caso as duas secretárias manifestaram-se nesse sentido, sendo que Denise afirma: “o Incra jogou essas pessoas aqui e agora, quer que o município assuma, isso é trabalho deles, inclusive o transporte das crianças, nós estamos ajudando, no que é possível..”, já o Incra afirma que o transporte e educação dos municípios deve ser responsabilidade dos mesmos, mas garante auxílio, e afirma novamente que precisa do apoio do município.

Estas dificuldades acabaram provocando inúmeras evasões que já puderam ser comprovadas no ano de 2010 (pelo número de matrículas), muitas crianças evadiram da escola devido à dificuldade de deslocamento até o ponto de ônibus, algo que poderia ser resolvido, se houvesse vontade política, com a união e apoio dos poderes municipais, estaduais e federais.

O Regime de Colaboração entre os Entes Federados (LDB N° 9394/96) deixa clara esta questão. A LDB estabelece ainda que a União, em colaboração com estados, o Distrito Federal e os municípios, definirá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o ensino fundamental, baseado no cálculo do custo mínimo por

aluno, buscando assegurar um ensino de qualidade (art. 74). Além disso, de acordo com o previsto na legislação, as ações supletivas e redistributivas da União buscarão corrigir, progressivamente, as disparidades de acesso e garantir o padrão mínimo de qualidade de ensino (art. 75).

Especificamente sobre o regime de colaboração entre os entes federativos para o desenvolvimento da educação do campo o Decreto Presidencial Nº 7352/2010 assegura:

Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

A educação e a possibilidade de emancipação dos grupos sociais, em Santa Margarida do Sul e São Gabriel, entretanto, são negadas, e, como indica Freire (1967, p.26) se a humanização dos oprimidos é subversão, sua liberdade também o é. Daí a necessidade de seu constante controle. E, quanto mais controlam os oprimidos, mais os transformam em “coisa”, em algo que é como se fosse inanimado. Esta afirmação de Freire é fundamental para o entendimento das relações entre opressor e oprimido, pois, na “imersão” em que se pretende colocar os sujeitos não podem discernir, claramente, na condição de oprimidos os interesses dos opressores.

Nesta perspectiva, acaba sendo negada a possibilidade do próprio grupo de assentados constituírem-se enquanto classe. Ao mesmo tempo em que não permite que a educação popular no e do campo, aconteça no assentamento (ao não dialogar com o povo que reivindica a construção de escolas em seus assentamentos), caso de Santa Margarida do Sul onde a atual Prefeita afirma não haver neste local necessidade de uma escola, o que nos foi dito em entrevista com a secretária Márcia, a qual relatou:

[...] quando a prefeita esteve em Brasília, depois que o assentamento foi criado, ofereceram recurso para ela, pra fazer uma escola, mas a gente aqui já tem escola, talvez precisasse arrumar um pouco as que tem, seria muito oneroso pro município, pagar professor, funcionário, tudo, aí nós não aceitamos os recursos que seriam disponibilizados, afinal queremos diminuir as escolas rurais, hoje só tem duas funcionando. (Márcia, 2010)

O poder público desta forma impede, desta forma, que o conhecimento historicamente construído seja socializado pelos sujeitos sociais. Como assinala Freire (1967, p.43):

Por isso, toda vez que se suprime a liberdade, fica ele um ser miramente ajustado ou acomodado. E é por isso que, minimizado e cerceado, acomodado a ajustamentos que lhe sejam impostos, sem o direito de discuti-los, o homem sacrifica imediatamente a sua capacidade criadora.

Quando não possibilita ou concretiza a matrícula das crianças, ou não cria condições para que permaneçam na escola, dificulta a situação dos educandos e das famílias. Sobre isso foram coletadas as informações²⁵, in loco e enviados os dados à Secretaria Municipal de Educação, de que são 32 crianças que estão fora da escola no Assentamento Caiboaté, sendo que quatro não possuem nem matrícula. No Assentamento Itaguaçu são dez crianças fora da escola, mais trinta que estão na Fazenda 33. Esta fazenda não faz parte da rota do ônibus escolar, além é claro, de algumas que houve dificuldade de encontrar e que podem estar isoladas e sem atendimento.

Por outro lado, enquanto a situação das crianças e adolescentes destes locais no que se refere à educação é de total exclusão, o Decreto Presidencial Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, em seu § 4º assegura que : A educação do campo concretizar-se-á mediante [...] a garantia de condições de infra-estrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo.

A legislação, entretanto, ao mesmo tempo em que assegura o direito destes educandos, não garante que os governantes efetivamente coloquem em prática os dispositivos legais. Com isto, embora de direito, a questão educacional deste grupo pareça resolvido, de fato, nada acontece.

Uma das alternativas para melhorar estas condições seria a concretização do projeto de construção da Escola Pólo; projeto do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e MEC - escolas em zona rural- onde haveria possibilidade de construção de uma Escola Pólo para atender a demanda da Educação nas áreas de Assentamento. Neste caso, São Gabriel deveria encaminhar o projeto ao MEC. O INCRA fez a doação oficial de um terreno de treze hectares localizado na área de

²⁵ Estes dados fazem parte do Relatório (2010) dos Técnicos da ATES, COOPTEC .

Assentamento Itaguaçu para a construção da escola. A informação do município é que este encaminhou o projeto, mas, que o mesmo estaria “parado” no MEC, tentamos ter acesso ao projeto em vão, pois a Secretaria de Educação e Cultura do Município apresenta apenas informações desencontradas. Na Coordenadoria de Educação a informação dada é semelhante, ou seja, nenhuma.

Esta reivindicação da construção da escola Pólo dentro da área de Assentamento, para as famílias e também para o MST, representa a concretização de uma escola enquanto formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana; com princípio pedagógico da valorização dos diferentes saberes no processo educativo; o princípio pedagógico dos espaços e dos tempos de formação dos sujeitos da aprendizagem; o princípio pedagógico do lugar da escola vinculado à realidade dos sujeitos; o princípio pedagógico da educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável e o princípio pedagógico da autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino.

Nesta perspectiva entende-se que a educação estaria cumprindo com seu papel social e criando assim como assinala Freire (1967, p. 45) a necessidade de uma permanente atitude crítica, único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação. Desta forma entendemos junto com Freire que a importância do comprometimento, da valorização dos conhecimentos de mundo que os alunos já possuem, e, a apropriação do conhecimento novo conduz à autonomia e representa um instrumento de libertação para os oprimidos.

Estas são características da educação popular voltada ao homem do campo, que de acordo com Brandão (1985), pode ser compreendida como educação das classes populares; como saber da comunidade/conhecimento popular; e, como ensino público. Sendo a educação do homem do campo compreendida como uma das concepções de desenvolvimento rural sustentável e transformador da realidade.

Mesmo diante as características apresentadas os assentados estão resistindo às pressões da sociedade capitalista, ainda estão realizando ações conjuntas de discussão e de trabalho coletivo, que representam uma contra partida os modelos pré-estabelecidos na região e em seus municípios, e este será o conteúdo de elaboração dos itens subsequentes deste trabalho.

3.3 A resistência dos camponeses: a composição da classe e da consciência no Assentamento Novo Horizonte II

No decorrer desta pesquisa, apresentamos e desenvolvemos aspectos históricos que caracterizam “o processo de destruição, criação e recriação simultâneas das relações sociais” (FERNANDES, 2008, p.178), do campesinato no país. Tivemos o intuito de caracterizá-las também como uma luta de resistência contra o avanço e a imposição manutenção das relações capitalistas de produção. Além disso, tivemos a intenção de questionar as possíveis interpretações de que o campesinato estava fadado a se extinguir como modo específico de viver e de existir destes sujeitos.

Outros espaços de luta pela terra foram analisados, com o intuito de demonstrar que a resistência desses camponeses efetivou-se e mostrou-se capaz, através da conjugação de estratégias distintas, em que, a clareza dos objetivos destes sujeitos, em consonância com à experiência adquirida ao longo da luta nos movimento sociais, afastaram qualquer possibilidade de atribuição de passividade ou então de aceite à expropriação capitalista ao qual são submetidos os homens do campo.

Desta forma caracterizamos agora as ações desenvolvidas pelos sujeitos da pesquisa como estratégias ampliadas de resistência, pois as mesmas formatam-se para além da sobrevivência imediata, e estruturam-se a partir da forma como realizam e pensam sua produção. Fundamenta-se ainda, na maneira como almejam a educação de suas famílias, e principalmente como agem e pretendem agir para consolidação da nova configuração do território, designado de assentamento.

Para dar continuidade a nossa análise apresentamos os fatores comuns entre estas famílias, o que poderia fazer com que se tornassem uma comunidade de interesses, buscando assim unidade na questão produtiva, perpassando pela questão política, e ideológica. Nossa reflexão neste sentido estrutura-se nos questionamentos feitos por Marx, no 18º Brumário, em que apresenta a incapacidade de classe e de consciência presente nos camponeses, voltaremos à citação para que os leitores possam acompanhar as reflexões.

Neste sentido, Marx afirma:

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. (MARX, 1997, 128, b).

Compreendemos que tempos e interpretações históricas não são transponíveis e que não podem “formatar” reflexões, mas partiremos destas considerações para análise das características dos sujeitos da pesquisa. Ao relembrar a trajetória histórica dos sujeitos camponeses do Brasil, foi por nós apresentado, como despertar organizativo da Luta pela Terra, a Formação do MST, onde os sujeitos, insatisfeitos com a situação de desapropriação, miserabilização, e exploração, unem-se em busca de um objetivo comum, a terra de trabalho.

Em torno do interesse comum: a terra; estes sujeitos compõem um Movimento Social que luta principalmente pela intervenção política na sociedade, intervenção nas políticas públicas, mas também na percepção que a sociedade possui dos camponeses e da estrutura de exploração capitalista, assim constituindo uma comunidade de interesses de proporções nacionais.

A partir da compreensão que os mesmos adquirem nesse processo histórico de luta, desde a formação do MST, na década de oitenta, até o ano de 2010, mudam em alguns aspectos, mas a questão estrutural e ideológica tende a manter-se a mesma, pois as contradições e antagonismos de interesse perpetuam-se, pois se perpetuam as relações capitalistas.

O que podemos ver em um trecho da fala de Simone, sobre o que ela tem em comum com os outros assentados:

Quando a gente entra no MST, não tem a compreensão de quanto os interesses da sociedade são diferentes, mas aí quando a gente luta, e isso é, digamos um mal necessário, diretamente contra o latifúndio e contra o Estado, tu te da conta dos comentários manipulados pela mídia, e te pergunta: Peraí, opa, mas só um pouquinho, eu não sou bandida, eu sou trabalhadora, eu entrei aqui pra conseguir um pedaço de terra...então porque vocês da polícia querem me prender? A polícia não está aqui pra defender os cidadãos honestos?... Aí a gente entende que o Estado não é para nós, que tudo que passou no Jornal Nacional e que tu viu, é tudo mentira... Que eles só querem defender o interesse de alguns que tem o poder, e não os nossos, da maioria pobre, sem terra, sem trabalho... (SIMONE, 2012).

Desta maneira estes sujeitos adentram no movimento e não conseguem apenas a legitimidade da organização política, eles constroem uma identidade de classe pelas ações do movimento e as suas próprias, enquanto parte do movimento. Podemos assim, concluir que: o Sem Terra constitui-se como classe na luta de classes. Essa luta para reproduzir-se enquanto classe, em consideração a maneira de produzir, de viver, e de pensar o mundo. Assim como Thompson in Silva, afirma:

A questão é que não podemos falar de classes sem que as pessoas, diante de outros grupos, por meio de um processo de luta (o que compreende uma luta em nível cultural), entrem em relação e em oposição sob uma forma classista, ou ainda sem que modifiquem as relações de classe herdadas, já existentes. (THOMPSON in SILVA, 1991, p.4).

Nesta linha de análise, os camponeses ao constituírem um movimento social, lutar e apresentar reivindicações nacionais e internacionais, já estão constituindo-se como classe para si, ou seja, já possuem consciência de classe, e de seus atos enquanto classe. Primeiramente camponesa, pois defendem a produção no âmbito familiar, mas com o diferencial de perceber que, sua estratégia de reprodução social, é possível apenas com a solidariedade de classe, no caso, às classes que sofrem a mesma exploração e antagonismo de interesse, é o que Nilza afirma:

Primeiro a gente luta pela terra, mas a gente pega tanta pertença pela luta, que a gente se une por uma causa maior sabe, que não é só a terra[...]No período que tive acampada, tinha uma greve dos metalúrgico a gente ía apoiar, uma manifestação dos professores, nós íamos também, enfim, quem tivesse pautando algum direito, a gente estava lá, por que nós sabemos que juntos nos aprendemos e podemos construir um mundo melhor, juntos, com melhores condições pra todos. (NILZA, 2012).

Abordaremos agora um aspecto importante que pode fundamentar nossa investigação, e auxiliar a responder um de nossos questionamentos da pesquisa, se os camponeses constituíram ou não uma classe social, e para isso partiremos da análise da questão produtiva.

São várias as teorias e os teóricos que caracterizam a produção na unidade familiar, como algo que diferencia os camponeses dos demais trabalhadores que se fazem presentes no modo de produção capitalista, dentre eles estão (SILVA, 1981), (AMIN, 1977) e (FERNANDES, 2000).

Nós consideramos nesse caso, os sujeitos em análise, pois possuem as seguintes características com relação a este aspecto: a propriedade privada da terra e dos recursos naturais que ela suporta, mesmo que através da posse tutelada²⁶ por uma família, singular; e a presença da força de trabalho única é proveniente dos membros da família como trabalhadores diretos nos processos de trabalho ou nos de extrativismo que essa família desenvolve na terra. Essas são, portanto, as primeiras características da produção dos sujeitos da pesquisa, a produção centrada na unidade familiar; mas isso ainda não quer dizer que são uma classe.

Temos de considerar que a matriz produtiva na agricultura está ancorada no modelo tecnológico, hoje a questão está sob o domínio do agronegócio, que se constitui em um entrave, mas que faz parte também do “sonho” e ideal de produtividade. Este modelo de produção também está sendo empregado no campesinato, o que é preocupante, tendo em vista que a maioria dos camponeses também aceita e concretiza essas matrizes de produção dominantes. Mesmo não perdendo o controle interno sobre seu processo de trabalho, estão submetidos à burguesia agroindustrial e à agro comercial, devido as trocas comerciais e a ideologia presente na matriz tecnológica dominante, que em sua maioria adotam.

Este é um dos aspectos diferenciais dos camponeses inseridos nos movimentos sociais, em especial o MST, que sempre discutiu com seus participantes a necessidade de outra matriz de produção e tecnologia, para que possam de maneira autônoma, afastar-se da dependência das trocas espoliadas pelo capital. Segundo afirmações do movimento:

De forma resumida, pode-se dizer que os movimentos sociais em questão lutam por um outro modelo de agricultura no Brasil. Lutam por uma matriz produtiva antagônica ao do agronegócio, que não se baseia na alta concentração de terra, no monocultivo de commodities voltado à exportação, na enorme utilização de agrotóxicos e na baixa geração e precariedade do trabalho para a população do campo.(MST,2012).

Isto fica explícito na fala de Marcelo, sujeito da pesquisa, quando questionado sobre o tema produção:

²⁶ Chamamos de posse tutelada, pois estes camponeses possuem um Contrato de Concessão de Uso pelo período de 10 anos, este concedido pelo Incra, que se infringido em algum dos seus aspectos, assegura a volta de domínio e posse à União, podendo inclusive este beneficiário, ser excluído do programa de Reforma Agrária.

No acampamento que se constrói coletivamente que modelo de vida a gente quer ter, tu planeja isso coletivamente, se tu que servi ao capital agrícola, se tu que servi a uma cooperativa, ou se tu que pra ti e para os outros uma agricultura familiar, orgânica, e mais livre, saudável... Tu debate e vai junto decidindo o que seria ideal pro teu assentamento, pro lugar onde tu imagina passa o resto da tua vida..(MARCELO,2012)

A busca por essa autonomia na questão da produção exige que os camponeses adotem posturas e atitudes que os afastam da dependência das trocas comerciais e de superexploração ao qual estão submetidos na atual estrutura capitalista.

Este posicionamento e ação perpassam pela força de trabalho, opção pelo modelo agrícola, e vai até a questão da comercialização destes produtos. Aqui os sujeitos da pesquisa vão esclarecer como realizaram suas escolhas com relação a matriz produtiva e tecnológica e como está acontecendo este processo, pois todos participam de grupos de produção coletiva. Simone afirma que:

A escolha pelo trabalho coletivo começou, pois assim a gente dividi tarefas, agrega pessoas que querem as mesmas coisas, neste trabalho cada um ajuda o outro gera uma renda maior que é dividida igualmente...Ele se torna mais "forte", a gente se incentiva com o outro, é mais fácil, a gente não precisa pagar ninguém de fora...E principalmente a gente, trabalha com pessoas que respeitam o ambiente, que não usam venenos, que apenas usam os adubos que saem dos lotes,que não querem explorar ninguém... Tudo é discutido coletivamente, e no final, o excedente nós vendemos diretamente para as pessoas, as vezes em casa, às vezes na feira....Mais á frente pretendemos fazer uma associação talvez, para organizar e legalizar esses produtos...(SIMONE,2012).

Simone argumenta que, optaram por utilizar a matriz de produção e tecnológica com princípios da agroecologia, para proporcionar a esses camponeses a possibilidade de autogestão na produção, pois não dependem assim dos insumos de origem industrial, e também discutem coletivamente os rumos que esta produção irá tomar.

Podemos observar que, realizando o autoconsumo dos produtos e fazendo a venda direta dos mesmos, estes sujeitos conseguem reduzir, quase ao limite a transferência de valores produzidos por suas mercadorias ao mercado capitalista, sendo este um grande fator de resistência destes sujeitos, a estrutura hegemônica pré-estabelecida.

3.4 A fragmentação da classe, algumas contradições do Novo Horizonte II

Um dos questionamentos abordados neste trabalho de pesquisa diz respeito, as contradições entre as atitudes dos assentados no período de acampamento, estas que remetiam como vimos à unidade de classe, de interesses, e ações, voltadas ao bem e alcance comum, ou seja, a conquista e realização dos objetivos coletivos. Estas são referentes aos problemas do assentamento, e aparecem na maioria das colocações dos sujeitos quando tratamos do tema: a questão organizativa e de gestão coletiva no assentamento. As afirmações de Simone podem ser ponto de partida de nossa análise:

Quando nós chegamos no assentamento, já estava tudo preparado, para cada um ir para o seu lote, para sua parcela...Aí ficou muito difícil reunir as pessoas, organizar pra usufruir da mesmas conquistas, da mesma escola talvez...Houve tentativas, mas algumas pessoas não estavam preparadas, para viver e pensar, o coletivo...Desse jeito foram pro seus lotes, cuidar apenas do seus umbigos, mas é bem compreensível, pois sempre viveram assim, individualmente....E segundo elas, não têm tempo para o coletivo...

Podemos perceber que, a ideologia neoliberal, de individualismo, livre concorrência, compõem o imaginário vivido por estes camponeses, e tem efeito direto no comportamento e atitudes de grande parte destas famílias. Para as mesmas, os desejos e a vontade de melhorar as condições de vida e trabalho, em contraposição as decepções vividas na tentativa de obtenção de renda enquanto produtores rurais, estes camponeses “fecham-se” em suas unidades familiares com a intenção, de como ouviram a vida inteira, proteger-se dos outros que poderiam ser empecilhos para seu crescimento, e sua obtenção de maiores rendimentos. Nesse aspecto Maria, conta-nos:

Quando nós chegamos aqui o marido falou, agora chega de coletivo, vamos cuidar do nosso lote e melhorar de vida, cuidar da nossa vida, chega de trabalhar pros outros... Começamos assim, mas foi ficando cada vez pior, ficamos com pouco dinheiro e pouca comida... (Maria, 2012)

Essas colocações de Maria retratam certa limitação da consciência adquirida por estes sujeitos durante sua trajetória, que estão diretamente ligadas aos referenciais capitalistas de lucro e de rendimentos das empresas agrícolas, ideários presentes na sua trajetória de vida.

Além disso, o ofensivo apelo da burguesia industrial capitalista no campo adentra o território do assentamento, concorrendo diretamente com o modo de produzir fundamentado na cooperação, respeito ao meio ambiente e ao trabalho como potencial de autonomia, o que nos relata Marcelo:

Quando tu chega em cima da terra já tem um monte de cara, oferecendo pra bota gado em cima da tua terra, já tem gente com os maquinários lá, querendo arrenda tua área de arroz, e ao mesmo tempo a gente passa por um período em que, tu que te um estilingue pra pega umas perdiz, por causa das dificuldades financeiras, enquanto os cara passam por dentro do assentamento com os caminhão carregado com mil cabeças de boi, te oferecendo pra coloca em cima do teu lote, te dá dinheiro fácil... Sempre vai te os espertos querendo te explora....(Marcelo,2012)

Desta forma também amplia-se a investida ideológica, da burguesia industrial contra os camponeses, pois além de pressioná-los a assumir seu modelo produtivo, ainda “oferece” facilidades em sua produção, para assim permanecerem sob sua tutela. Estas investidas tentam fragilizar a identidade destes camponeses na medida em que, ficam tentando de todas as maneiras desconstruírem sua identificação com a terra de trabalho, ao oferecerem o arrendo das mesma.

Essas são algumas das contradições encontradas no objeto de pesquisa, a situação contraditória de classe é vivenciada de maneira relativamente diferenciada dentro do assentamento, mas está intimamente ligada com a correlação de forças entre as classes sociais presentes nesse sistema. Esta correlação de forças é alimentada também pela conjuntura econômica e política internacional, que em muitos casos, conduz os rumos políticos e de políticas públicas dos países em desenvolvimento. Afirmamos ainda que, há espera dessas políticas públicas compensatórias, também conduz a estratificação e desestabilização dos camponeses enquanto classe, pois ao aguardarem, e, receberem tais políticas, como o Pronaf, por exemplo, apaziguam as lutas por outras matrizes produtivas, e pelo fim da exploração do campesinato, o que já pode ser verificado em assentamentos mais antigos.

As possibilidades da superação destas contradições, ou então da fragmentação da classe camponesa, perpassam por um projeto de educação dos sujeitos camponeses. A educação aparece também, como mediações entre as diferentes aspirações individuais, dando-lhes um sentido, orientando as práticas e conferindo identidade, a estes sujeitos, uma identidade coletiva. Este consiste, nosso último elemento de explanação e argumentação desta dissertação.

3.5 A (re)construção, criação e estruturação da consciência de classe por meio da educação

Os movimentos sociais em especial os camponeses, em suas lutas e estratégias têm revelado novas formas de produção e relações sociais, oportunizando o surgimento de uma nova concepção de sociedade, mas, especialmente, uma nova forma de educação.

A proposta educativa desenvolvida pelos movimentos sociais do campo tem se mostrado essencialmente dialética, fundamentada na realidade de onde nascem, na qual se recriam e de onde se recriam os sujeitos em seus movimentos.

Trata-se de uma proposta educativa que se fundamenta na contracorrente do discurso hegemônico que invade, inclusive, as instituições educacionais formais e permite que a aprendizagem, tenha sentido, de que esse sentido conjugue na busca de “solução apontando na direção da alternativa hegemônica historicamente sustentável do trabalho”, vislumbrada através “das condições realmente dadas da ordem sociometabólica dominante [...] como necessidade de colocar-se como alternativa hegemônica [...] a longo prazo, à ordem estabelecida”. (MEZSAROS, 2009, p. 261).

Gohn (1989) no artigo em que analisa os paradigmas teórico-metodológicos sobre os movimentos sociais, afirma: “entendemos os movimentos sociais como processos educativos para seus participantes, quer se trate das bases, lideranças ou assessorias dos movimentos” (GOHN, 1989, p.62).

A autora argumenta que nos movimentos sociais a “educação é autoconstruída no processo e o educativo surge de diferentes formas” (GOHN, 1992, p. 37). Em um programa de educação isto seria fácil de identificar, mas, em se tratando de movimentos sociais, de acordo com a autora, algumas fontes precisam ser consideradas, como, por exemplo, as formas:

Da aprendizagem gerada com a experiência de contato com fontes de exercício do poder. Da aprendizagem gerada pelo exercício repetido de ações rotineiras que a burocracia estatal impõe: da aprendizagem das diferenças existentes na realidade social a partir da percepção das distinções nos tratamentos que os diferentes grupos sociais recebem de suas demandas. Da aprendizagem gerada pelo contato com as assessorias contratadas ou que apóiam os movimentos: da aprendizagem da desmistificação da autoridade como sinônimo de competência, a qual seria sinônimo de conhecimento...(GOHN, 1992, p.50).

Estas formas de saber no caso do MST constituem um importante instrumento dos sujeitos do campo, no sentido de atingirem seus objetivos em relação ao trabalho, às condições de vida e conquista de espaços.

Neste contexto, se desenvolve a educação do campo, levada a sério, sendo reinventada, e não mais ignorada nem desprezada como escola do passado (ARROYO, 2009). Assim, se constitui a escola itinerante, como a que permite ver e captar que o campo está vivo, que é um dos territórios sociais, políticos, econômicos e culturais de maior tensão. Nesta escola, com a proposta educacional definida pelos próprios sujeitos, os povos do campo, em sua rica diversidade, afirmam-se como sujeitos políticos em múltiplas ações coletivas.

Saviani (2008) assegura que a educação é um ato de produzir, intencionalmente, a humanidade, que é produzida historicamente pela coletividade. Para o pensador:

[...] o saber que diretamente interessa à educação é aquele que emerge como resultado do processo de aprendizagem, como resultado do trabalho educativo. Entretanto para chegar a esse resultado a educação tem que partir, tem que tomar como referência, como matéria prima de sua atividade, o saber objetivo produzido historicamente (SAVIANI, 2008, p.7).

Este saber gera mobilizações e inquietações que põem em risco o poder constituído. O saber politizado, popular, condensado em práticas políticas participativas torna-se uma ameaça as classes dominantes à medida que reivindica espaços na sociedade, nos territórios, nos aparelhos estatais através de ações e mobilizações e especialmente através das lutas.

Este saber fundamenta-se no trabalho, o trabalho como princípio educativo, à medida que:

O trabalho é um processo que permeia todo o ser do homem e que constitui a sua especificidade. Só o pensamento que revelou que no trabalho algo de essencial acontece para o homem e para o seu ser, que descobriu a íntima, necessária conexão entre os problemas do que é o trabalho e que é o homem, pôde também iniciar a investigação científica do trabalho em todas as suas formas e manifestações (...) e bem assim a investigação da realidade humana em todas as suas formas e manifestações. (KOSIK, 1985, p.178).

Em entrevista concedida a Fernanda Buarque de Holanda, Gaudêncio Frigotto, insiste em que, quando se entende a visão ontocriativa do trabalho se pode perceber que mesmo dentro do capitalismo, o trabalho não é pura negatividade. O trabalho é uma categoria ontológica anterior ao capital e vai ser posterior a ele. "Por

isso que Marx via mais valor na burguesia enquanto traço histórico do que na aristocracia e nas sociedades em que o escravo trabalha para o senhor, enquanto este se dedica apenas às atividades do intelecto” (FRIGOTTO, 2006, p. 134) .

Com suas afirmações o pesquisador deixa nítida a ideia de que não existe vida humana sem transformação de natureza, posterior do homem, e sem ação-trabalho. E o trabalho sempre vai existir. O trabalho como princípio educativo “é uma compreensão, que Marx e Engels trouxeram, de que, como todo ser humano precisa de metabolismo entre ele e a natureza, é fundamental que desde a infância a criança e o jovem socializem a idéia do direito e do dever do trabalho” (FRIGOTTO, 2006, p. 134).

A partir destas constatações, algumas questões e afirmações são pertinentes, e envolvem a compreensão de que a proposta educativa e os princípios da escola itinerante fundamentam-se no trabalho, não o trabalho explorado do modelo capitalista, mas, o trabalho como forma de humanização do homem.

Em relação à educação desenvolvida nos acampamentos e à importância e necessidade de realizá-la nos assentamentos, o Senhor Odone assegura:

É a única forma de educação viável das crianças estarem na escola, e a única forma de entenderem a educação como algo que leva as pessoas a terem consciência de sua condição de vida e das possibilidades de transformar suas vidas, e assim sua vida no campo. (Sr. Odone, 2012).

Nesta mesma direção Marcelo em seu depoimento sublinha que:

Para mim, em primeiro lugar, eu sou um apaixonado, pela proposta da educação desta escola, que nos ensina e ensina nossas crianças a serem **criativas**, críticas, politizadas, conscientes e felizes. Eu entendo que no assentamento não vai existir escola itinerante, mas, a proposta educativa dela deve sim permanecer... Eu defendo ainda que jamais teríamos conquistado a terra, não fosse a escola itinerante, pois, ela, além de educar, assumiu o compromisso de liberar os pais para as lutas. (MARCELO, 2012).

Os princípios educativos da itinerante fundamentam-se na educação popular defendida por Freire, Pedagogia do trabalho de Makarenko e Pistrak entre outros. Nesta perspectiva, o trabalho realizado pelos educadores que desenvolvem os princípios educativos da itinerante, considera o trabalho como princípio balizador de uma proposta emancipadora de educação mesmo no interior do capitalismo.

Além disso, o trabalho coloca-se como princípio educativo de uma concepção de educação que pretenda a emancipação humana. Guareschi (1996, p. 99) contribui com os seus argumentos. Para ele, todo projeto empreendido junto com grupos de uma comunidade (seja esta de qualquer classe social, religião, raça etc.) deve incluir além do diálogo e a partilha de saberes, a garantia de autonomia e autogestão das próprias comunidades. Neste sentido, todos os sujeitos da pesquisa defendem a necessidade de uma escola no assentamento, uma escola que respeite à comunidade, suas necessidades, que contribua com a tomada de consciência e com o entendimento de classe.

Simone assegura que:

[...] a escola no assentamento, se tiver uma perspectiva de trabalho coletivo, de emancipação dos sujeitos, para nós é fundamental, para que nossos filhos entendem que a luta por esta terra, não acabou, que eles têm tarefa importante na luta por uma vida mais digna para todos. (SIMONE, 2012).

Com certeza, um dos fatores da estratificação da classe camponesa, é a reprodução de uma escola desvinculada dos princípios supracitados, pois os jovens, crianças e adolescentes que a frequentam, reproduzem, internalizam e incorporam, principalmente, a cultura e os valores, que são trabalhados e ensinados na escola. Esse é o caso dos estudantes deste assentamento, que vivem exatamente esta situação, pois as escolas deste município têm apenas uma matriz curricular unitária, a qual trabalha com os conteúdos e conhecimentos “iguais” para as crianças do campo e da cidade, segundo a Secretária Márcia. Isso gera uma contradição enorme nesses sujeitos, que, junto com suas famílias lutaram pelo campo, mas que, aprendem para a cidade.

Quando se coloca a educação e a escola como possibilidade de transformação e formação de consciência de classe também se compreende que, sem ela é muito mais difícil. Nesse caso, como já afirmamos, todos os sujeitos almejam, querem e afirmam lutar para uma escola no assentamento. Nesta ótica, compreende-se com Gadotti (1996) que se a escola não é alavanca da transformação da sociedade, tampouco sem ela a transformação e a tomada de consciência não será possível.

CONCLUSÃO

A discussão, ainda que parcial, sobre a compreensão do conceito de classe social, consciência de classe e sua possível aplicação e vivência na prática dos sujeitos assentados no Assentamento Novo Horizonte II, representou, assim, uma resistência, fragmentação ou estratificação, relacionando este período ao anterior quando ainda eram acampados, constituiu-se em um dos propósitos do presente estudo.

A pesquisa partiu do pressuposto que a educação teve e tem papel fundamental na elaboração da consciência de classe dos sujeitos enquanto eram acampados e, por este motivo, também foi trazida para discussão, para saber-se até que ponto estes sujeitos tem interesse em uma proposta de educação com os mesmos princípios educativos desenvolvidos no acampamento.

O período em estudo nesta Dissertação teve como tempo histórico de investigação e análise, os anos de 2006 a 2011, que se configuraram em um período de total massacre a qualquer tipo de manifestação contrária ao modelo neoconservador no Estado do Rio Grande do Sul (RS). Além disso, por ser em 2008, fundado o Assentamento Novo Horizonte II, no município de Santa Margarida do Sul.

Para realizar tais intentos, a pesquisa apropriou-se de alguns princípios basilares do materialismo histórico e dialético, notadamente das contribuições de Karl Marx, Giörgy Lukács, Edward P. Thompson e Karel Kosik, considerados autores clássicos, e alguns contemporâneos, tais como: István Meszáros, Carlos Lessa, Maria da Glória Gohn, Ilse Scherrer-Warrene e Ellen W. Wood.

A partir daí, buscou-se desenvolver um movimento de contextualização do objeto em uma totalidade histórica social mais ampla, e de compreensão de suas dinâmicas internas, num esforço contínuo não apenas de descrição da realidade, mas de suas contradições e possíveis superações em um contexto permeado por conflitos.

Para chegar aos sujeitos da pesquisa, recorreu-se ao estudo de aspectos da história dos camponeses e da agricultura brasileira e, em especial, a questão da luta pela terra. Dentro desta temática, foi importante o enfoque dado ao maior movimento de camponeses no País, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): suas ações, estratégias e constituição histórica. Ainda abordaram-se categorias de análise presentes na geografia, que auxiliaram na compreensão desta nova configuração territorial, designada “assentamento”.

O Assentamento Novo Horizonte II é composto, em sua maioria, por sujeitos que compõem o MST, e que, inicialmente, uniram-se no movimento por “Lutar pela Terra”, terra para seu trabalho e sua reprodução social, mas que, seriam capazes de “durante as lutas, constituírem-se como classe” (THOMPSON, 1979, p.232.). Nesta perspectiva, considerou-se com Thompson, que é no fazer a luta e no fazer-se na luta que os sujeitos constituem-se como classe – classe que luta em busca de direitos sociais que lhes são negados.

Além disso, no decorrer da pesquisa, mostrou-se evidente a importância da escola no processo deste fazer-se de classe, classe camponesa. E isto se deve ao fato de que esta escola teve como princípios pedagógicos o trabalho e a pedagogia voltada para o campo – um campo cheio de vida, cultura e movimento.

Ao utilizar-se de E. P. Thompson e Ellen Wood para o auxílio na interpretação da classe como algo sócio histórico, foi possível entender que tais sujeitos, ao experienciarem situações conflituosas, com interesses antagônicos a seus opositores, constituem-se em classe em si e classe para si – uma classe com condições e possibilidades de transformações históricas.

Entendeu-se que estes sujeitos e a classe também estão suscetíveis à fragmentação e contradições, pois estas estão permeadas pelos movimentos históricos da correlação de forças, e da luta de classes presentes na sociedade capitalista.

Foi possível ainda perceber movimentos de resistência destes sujeitos assentados, onde, dentro do assentamento em estudo, fazem existir com muita persistência e dedicação, vários grupos de produção coletiva, que teimam em resistir aos fetiches da sociedade capitalista, e produzir de forma relativamente autônoma e cooperada.

Além disso, observou-se o descaso e a omissão do Poder Público Municipal, tanto de Santa Margarida do Sul, quanto de São Gabriel (macro região a qual pertencem), com os interesses e as demandas dos povos do campo e, estabelecendo um contraponto, o interesse genuíno dos sujeitos por uma escola dentro do assentamento – esta de caráter popular, emancipatório, com proposta pedagógica voltada aos homens e mulheres do campo, com os interesses e demandas dos povos do campo.

Assim compreende-se a Educação do Campo como a que assume sua particularidade, que é o vínculo com sujeitos sociais concretos; e com um recorte específico de classe, mas sem deixar de considerar a dimensão da universalidade: de tudo, esta é educação, formação de seres humanos. Neste sentido, a Educação do Campo, ao fazer o diálogo com as teorias pedagógicas a partir da realidade dos camponeses, com um conjunto de trabalhadores do campo, assume um compromisso com a transformação social, com a constituição dos sujeitos como classe e com a formação humana.

Uma proposta educativa, como sublinha João Cabral de Melo Neto, conseguiu captar este ideário em poesia. Em seu poema *A Educação pela Pedra*, compreendeu-se a lógica formativa do homem simples:

Uma educação pela pedra: por lições;
para aprender da pedra, freqüentá-la;
captar sua voz inenfática, impessoal
(pela de dicção ela começa as aulas).
A lição de moral, sua resistência fria...

Nesta ótica, especialmente na defesa por uma escola no assentamento com princípios pedagógicos da itinerante, faz com que a relação entre os sujeitos assentados, e o poder público municipal esteja permanentemente em tensão, sendo que o descaso perpassa todas as áreas sociais deixando, inclusive, espaço para os questionamentos sobre o atendimento dos direitos sociais básicos dos povos, que por vezes são violados.

Assim, ao defender uma proposta educativa alicerçada, sobretudo, na realidade dos sujeitos do campo, na concepção de mundo destes sujeitos, trata de construir uma educação que é do povo do campo, não apenas com ele, nem muito

menos para ele. Este fazer-se com o/no povo implica ainda, no fazer-se classe trabalhadora, povo camponês.

REFERÊNCIAS

ACCURSO, J; SCHETTERT, M. C. A trajetória da indústria de transformação gaúcha: 1980-1992. In: **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 21, n. 3. 1993.

AGÊNCIA BRASIL. Lula pede agilidade na liberação de recursos para agronegócio. **Folha on line.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u552250.shtml>>. Acesso em: 19 out. 2009.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985.

ALTVATER, E. Existe um Marxismo Ecológico. BORON, A. A.; JAVIER, A. G. **A teoria marxista** hoje. Problemas e perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 1987. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/marxispt/cap.15.doc>. Acesso em: 15 out. 2010.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In. SADER, E; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R.. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.

ARROYO, M.; FERNANDES, B. M. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação, 2000. (Coleção Por uma Educação Básica do Campo, n. 2).

BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial**: GEPAL – Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BARRACLOUGH, S. A reforma agrária nos países em desenvolvimento: o papel do Estado e de outros agentes. In. TEÓFILO, E. (Ed.) **A economia da reforma agrária**: evidências internacionais. Brasília: NEAD/MDA. 2001.

BECKER, B. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B.; COSTA, R. H.; SILVEIRA, C. B. (Orgs.). **Abordagens políticas e espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BERGAMASCO, S. P. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números**. Estud. av., São Paulo, v. 11, n. 31, Set./Dez. 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141997000300003>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

BOGDAN, R. C; BEKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos**. Porto: Porto Editora, 1999.

BORBA, O. F. Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. **Constituição de 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 05 mai. 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988**. 5. ed. São Paulo: Forense, 2001.

_____. **Decreto Presidencial nº. 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7352.htm>. Acesso em: 13 jan. 2011.

_____. **LDB Nº 9394/96**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso dia 23 de março de 2011.

_____. INCRA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **ATES** Disponível em: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=39&Itemid=69>. Acesso dia 12/03/2011.

BRAVERMANN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século. XX**. 3 ed. Rio de Janeiro: LTR, 1987.

BUAINAIM, M.A, et al. **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. São Paulo: Editora Unicamp, 2008.

BUCI-GLUCKMANN, C. **Gramsci e o Estado**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1980.

CARTA MAIOR. **RS vive estado de sítio, denuncia CUT**. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15049> Acesso em: 12 jan. 2010.

CALDART, R. S. Escola é mais do que escola... **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. "A escola do campo em movimento". *Currículo sem Fronteiras*, v.3, n.1, p. 60-81, jan./jun. 2003.

CAMINI, I. **O cotidiano pedagógico de professores e professoras em uma escola de assentamento do MST: limites e desafios**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1998.

CARRION JUNIOR, F. A economia do Rio Grande do Sul. Evolução recente. In. DACANAL, J. H.; GONZAGA S. (orgs.) **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1979.

CARTER, MIGUEL (Org.). **Combatendo a desigualdade social**. O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CHIZOTTI, Antônio. **A pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

COELHO, E. A dialética na oficina do historiador: ideias arriscadas sobre algumas questões de método. *Revista História e Luta de Classes*. **Teoria da História**. Ano 6. Ed. Nº 9. Paraná. Junho de 2010.

COPTEC. **Relatório de Pesquisa dos Municípios de São Gabriel e Santa Margarida do Sul**. 2009.

COSTA, E., V. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUNHA, L. A. R. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

DAMASCENO, M. N.; THERRIEN, J. **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993

DELGADO, Guilherme C. **Capital financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone-Unicamp, 1985.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da Propriedade Privada e do Estado**. Disponível em: <http://www.marxismo.org.br/uploads/205092007112811.pdf>. Acesso dia 13/09/2011.

FAO; INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, DF, 1996.

FERRANTE, V. L. S. B.; WHITAKER, D. C. A.; BARONE, L. A. A. **Poder local e assentamentos rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência**. (Projeto de Auxílio Integrado – CNPq.). Araraquara/Presidente Prudente: UNIARA/FCLUNESP/FCTUNESP, 2004.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. São Paulo. Paz e Terra. 1967.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra. 1970, a).

_____. **A Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra. São Paulo, 14ª ed. 1985 b).

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

_____. Professora sim, tia não. São Paulo: Ed. Olho d'água. <http://forumeja.org.br/files/Professorasimtianao.pdf>. Acesso, dia 08/09/2011.

FRIGOTTO, G.. Os delírios da razão; crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995ª.

_____. **Educação e crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995b).

_____. Entrevista concedida a Fernanda Buarque de Holanda. Para a Ag. Fiocruz de notícias Disponível em <http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>. Acesso em 06/11/2006, às 16h.

FURTADO, Celso. **O Brasil “Pós- Milagre”**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, M. **Ação pedagógica e prática social transformadora**. Educação e Sociedade Campinas: v.1, n. 4, p. 5-14, set. 1979.

_____. **Escola Cidadã**: Uma aula sobre a autonomia da escola. São Paulo: Cortez, 1ª ed. 1992 e 2ª ed. 1995.

_____. **Educação e Ordem Classista**. In.: FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Escola Cidadã, Cidade Educadora**: projetos e praticas em processo .in: SMED, POA: (org). de POA. SMED, POA, 2002.

_____. Estado e sindicalismo docente no Brasil. Conflito, consenso, pacto ou pareceria? Disponível em: <www.paulofreire.org/biblioteca/Artigos/Português.htm>. 1996, > p.3. Acesso em 13/09/2010. 16h.

GARCIA, E. M. S. **A educação do homem do campo**. Itatiba: USF, Dissertação de Mestrado, 2006, 175p. disponível em: [http://www.usf.edu.br/itatiba/mestrado/educacao/uploadAddress/Dissertacao_Elenira_Garcia\[1575\].pdf](http://www.usf.edu.br/itatiba/mestrado/educacao/uploadAddress/Dissertacao_Elenira_Garcia[1575].pdf). Acesso em 20 de Maio de 2012.

GENTILI, P.; SILVA, T. T. da (orgs.). **Neoliberalismo, Qualidade total e Educação**. Visões Críticas. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. Na América Latina o neoliberalismo mostrou de forma evidente as perversidades do seu projecto. Disponível em: <<http://firgoa.usc.es/drupal/node/34855>> Acesso em: 20 jul. 2007.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1990.

G1. Globo. Com. **MST descumpe decisão do Ministério Público e mantém escolas itinerantes**. Escrito em 06/04/09. Disponível em G1.globo.com/Noticias/Brasil/0,MUL1072617-5598,00MST+DESCUMPRE+DECISAO+DO+MINISTERIO+PUBLICO+E+MANTEM+ESCOLAS+ITINERANTES.htm. Acesso em 16/07º012, às 02h05min.

GIRARDI, E.P. Atlas da Questão Agrária Brasileira. São Paulo: 2012. Disponível em http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_b.htm. Acesso em 10/07/2012, às 18h.

GIRARDI, E.P., FERNANDES, B. M. **Luta pela Terra e a Política de Assentamentos Rurais no Brasil: a Reforma Agrária Conservadora**. AGRÁRIA, São Paulo, nº 8, pp. 1-3, 2008. Disponível em www.geografia.fflch.usp.br/revistaagraria/revistas/8/Texto5_girardi.pdf. Acesso 12/07/2012, às 15h10min.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 2000.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1990.

GRAMSCI, Antonio. **Cartas do Cárcere**. Seleção e Tradução de 233 cartas das edições italianas de 1947 e 1955 por Noênio Spinola. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Os intelectuais e a Organização da Cultura**. São Paulo. Ed. civilização Brasileira. 1982.

_____. **Cadernos do cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

KAYE, Harvey J. **The british marxist historians**. Oxford: Polity Press, 1984.

KOLLING, E. J.; NERY, I. J.; MOLINA, M. C. (Orgs.). **A Educação Básica e o Movimento Social do Campo**. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, nº 1. Brasília: UnB, 1999.

KOSIK K. **Dialética do Concreto**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LEITE, S. C.. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LEITE, S. C. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2002 – 2ª Ed.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO, R. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP, 2004. 392 p. (Estudos NEAD, 6).

LIGUORI, G. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade. In. **COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A. P.. Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2003.

LUKACS, Georg . **História e Consciência de Classe**: Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000). Disponível em www.scielo.br/pdf/ts/v11n2/v11n2a07.pdf , acessado em 05/06/2012 às 15 horas.

MARX, K. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, a).

_____. **O 18 brumário e cartas a Kugelmann**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998, b).

_____. **O Capital A Chamada Acumulação Original**, Tendência Histórica da Acumulação Capitalista. Edições Avante. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/cap24/cap07.htm#topp>. Acesso dia 12/09/2011.

_____. **Manuscritos Econômicos- Filosóficos**. Traduções Jesus Ranieri, 3ª Reimpressão, São Paulo, Boitempo, 2009.

MARX, K. **O Capital**. A chamada acumulação original. Tendência histórica da acumulação capitalista. Lisboa: Edições Avante. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/cap24/cap07.htm#topp>. Acesso dia 12/09/2011.

MARX, Karl & ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

MARX, K. & Engels. **Manifesto do Partido Comunista**. file:///C:/site/livros_gratis/manifesto_comunista.htm (1 of 21) [01/07/2001 23:31:58] Acesso em 08/09/2009, às 18h.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **Atualidade Histórica da Ofensiva Socialista**. São Paulo, Boitempo, 2010.

_____. **Estrutura Social e Formas de Consciência: a determinação social do método**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MONTEIRO, J. M. A dimensão histórica do latifúndio. In. D'INCAO, Maria Ângela (org.). **História e ideal**: ensaios sobre Caio Prado Junior. São Paulo: UNESP, 1989.

MORAES, C. R. M. Geografia, história e história da geografia. In. **Terra Brasilis**. Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil, ano I, n. 2, Rio de Janeiro, julho/dezembro de 2000.

MST. **Protesto das mulheres na Aracruz completa 5 anos**. Por Bianca Costa da Página do MST ,4 de março de 2011. Acesso em www.mst.org.br/Protesto-das-mulheres-na-Aracruz-completa-5-anos, 15/07/2012 às 23h30min.

NETTO, J. P.. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, F. O surgimento do Antivalor. Capital, força de trabalho e fundo público. In: **Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PRADO J. C. **Nacionalismo e Capital Estrangeiro**. In. **Revista Brasiliense, São Paulo, n. 2, nov./dez., 1955**.

_____. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Marlene. **Trabalho Cooperativo no MST e Ensino Fundamental Rural: desafios à educação básica**. Maio/Jun/Jul/Ago 2001 N^o 17

_____. **Trabalho-educação numa perspectiva de classe**: apontamentos para a educação dos trabalhadores brasileiros. Texto produzido para a conferência de abertura do III Simpósio Trabalho e Educação - NETE 10 Anos, Belo Horizonte: UFMG. 2005.

_____. **Trabalho e educação no movimento camponês: liberdade ou emancipação?***. Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 42, set./dez. 2009, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a03.pdf>, acesso 25/06/2012, 10h 22min.

RIO GRANDE DO SUL, CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 16315-0900/07-9 ORIGEM: Conselho Superior do Ministério Público INVESTIGADO: **MST – Levantamento de dados sobre suas atividades no Rio Grande do Sul** .CONSELHEIRO-RELATOR: Dr. Gilberto Thums. Disponível em WWW.zerohora.clicrbs.com.br/pdf/4583377.pdf, acesso em 15/07/2012 às 19h15min.

SANTOS, M . **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **O retorno do território**. In: SANTOS, M. et al.(Orgs): **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec / Anpur, p. 15-20, 1994.

_____. **Por uma outra globalização** - do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2008.

SAVIANI, D.. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. **A pedagogia no Brasil: história e teoria.** Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação)

SEDUC, O que é o Saers. 2009. Disponível em www.educacao.rs.gov.br/pse/html/saers.jsp?ACAO=acao1. Acesso em 15/07/2010, às 20h.

SHIROMA E. Ot; MORAES M. C.a M; EVANGELISTA, O. **Política educacional.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SIGAUD,L., ROSA, M., MACEDO M. **Ocupações de Terra, Acampamentos e Demandas ao Estado: Uma Análise em Perspectiva Comparada.** DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, no 1, 2008, pp. 107 a 142. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/dados/v51n1/a04v51n1.pdf>. Acesso em 13/07/2012, às 14h.

SILVA, J.G. **O que é questão agrária.** São Paulo, Ed.Brasiliense,1 ed. (1976)a).

_____. **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

_____. **O Que é a Questão Agrária.** Ed. Brasiliense, 4 ed.São Paulo. 1998 b).

SODRÉ, N. W. Minha vida no Rio Grande. In. FISHER, L. A.; GONZAGA, S. (coords.). **Nós, os gaúchos.** Porto Alegre: L&PM 1992.

SOUZA, MARTINS, J. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, **11**(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000). Em www.scielo.br/pdf/ts/v11n2/v11n2a07.pdf . Acesso dia 05/06/2012,às 15h.,

STEDILE. J. P. (org). **A Questão Agrária no Brasil: o Debate na Esquerda: 1960-1980.** São Paulo. Expressão Popular: 2005.

STONE, L. **Causas da Revolução Inglesa, 1529.** Bauru: Edusc, 2000.

THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase.** Estudios sobre la crisis de La sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica/Grijalbo, 1979.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. 1. A Arvore da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Modos de Dominação e Revoluções na Inglaterra. In SILVA, Sérgio (org.). **As Peculiaridades dos Ingleses**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

TUMOLO, P. S. Trabalho, estranhamento e exploração capitalista: dos Manuscritos Econômico-Filosóficos em direção ao Capital de Marx. In. BATISTA, Roberto Leme; ALVES, Giovanni; GONZÁLEZ, Jorge Luis Cammarano (orgs.). **Trabalho e educação: contradições do capitalismo global**. Vol. 1. Maringá: Práxis, 2006.

VEIGA, J. E.; **Do global ao local**. Campinas: Editora Autores Associados, 2005.

_____. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. CNDRS, MDA, NEAD, **Texto para Discussão nº 01**. Brasília: DF; 2001.

WARREN, Ilse Sherer. **Movimentos Sociais de Luta pela Terra** (nota técnica para CGEE-GSI) (NPMS/UFSC). Disponível em “A política dos movimentos sociais para o mundo rural”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v.15, n. 1, 2007, p. 5-22 acesso: <http://socialsciences.scielo.org/cgi-bin/wxis.exe/iah/>, 10/06/2012, às 15h.

WOOD, E.M. *The Retreat from Class*. 2 ed., London: Verso. 1998.

_____. **Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.